

**FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**ELOISA SILVA MOURA**

**NOVOS OLHARES, NOVAS LEITURAS DAS  
CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS E DE  
CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE**

**Porto Alegre  
2007**

ELOISA SILVA MOURA

**NOVOS OLHARES, NOVAS LEITURAS DAS CRÔNICAS DE  
MACHADO DE ASSIS E DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Teoria da Literatura da Faculdade de Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dr. Dileta Silveira Martins

Porto Alegre  
2007

ELOISA SILVA MOURA

**NOVOS OLHARES, NOVAS LEITURAS DAS CRÔNICAS DE  
MACHADO DE ASSIS E DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Teoria da Literatura da Faculdade de Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 10 de janeiro de 2007

Banca Examinadora:

---

Orientadora: Profa. Dr. Dileta Silveira Martins

---

Profa. Dr. Marilene Weinhardt - UFPR

---

Profa. Dr. Patrícia Lessa Flores da Cunha - UFRGS

---

Prof. Dr. Urbano Zilles - PUCRS

---

Profa. Dr. Alice Therezinha Campos Moreira - PUCRS

## *AGRADECIMENTOS*

*Agradeço a Deus pela capacidade de realizar este estudo e pela oportunidade, pois em nosso País a cultura universitária ainda é privilégio de poucos.*

*Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de estudos.*

*Agradeço aos meus pais pelo apoio e carinho nesta jornada e sempre.*

*Agradeço a minha orientadora professora Dileta Silveira Martins pela acolhida, pela disponibilidade e exemplar postura acadêmica.*

*Agradeço à professora Alice Campos Moreira pelas sugestões propostas para a presente tese.*

*Agradeço à professora Vera Teixeira de Aguiar pela leitura atenta da tese.*

*Agradeço à professora Regina Zilberman pela acolhida no Programa de Pós-Graduação em Letras.*

*Agradeço aos meus colegas de Doutorado pela partilha da amizade e do saber/conhecimento.*

*Agradeço às secretárias do Programa de Pós-Graduação em Letras.*

*Agradeço ao Ir. Avelino Madalozzo pela acolhida e pelo incentivo (In Memoriam).*

*Para finalizar agradeço a todos e a todas que acompanharam minha trajetória enquanto doutoranda dentro e fora do âmbito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

*A João Emílio da Silva, meu avô materno, que trouxe o hábito da leitura para nossa família (In Memoriam).*

## RESUMO

Esta tese apresenta uma análise hermenêutica de crônicas de Machado de Assis, autor do século dezenove, e de Carlos Drummond, autor do século vinte. Apresenta, também, dados biográficos e relativos à produção escrita desses autores. As idéias de Gadamer, Thompson e Ricoeur formam o suporte teórico da análise proposta, bem como contribuições relevantes de outros estudiosos e críticos. Resultados desta pesquisa sugerem que uma abordagem hermenêutica aos textos dos referidos autores poderá ser adequada e viável na área de estudos literários em suas relações com a Filosofia apesar de contradições e limitações que possivelmente surgirão de tais ligações. A análise sugerida, aqui poderá auxiliar leitores a melhor compreender e interpretar as visões de mundo de Machado de Assis e de Carlos Drummond de Andrade, através do manuseio e trabalho com seus textos. A crença subjacente a essa proposta aponta para possibilidades de futuras aplicações de uma análise hermenêutica a outros textos literários produzidos por diferentes autores brasileiros, bem como aos benefícios que um maior diálogo entre Literatura e Filosofia poderão trazer ao leitor.

**Palavras-chave:** Crônica. Hermenêutica. Crônicas de Machado de Assis. Crônicas de Carlos Drummond de Andrade.

## ABSTRACT

This thesis aims at presenting a hermeneutic analysis of chronicles by nineteenth century writer Machado de Assis and by Carlos Drummond de Andrade, a twentieth century Brazilian author. It shows biographic and written production data related to both of them. The ideas of Gadamer, Thompson and Ricoeur have been used to support the proposed analysis, which has been complemented by relevant contributions of other scholars and critics. The findings of this research suggest that a hermeneutic approach to texts of the above mentioned authors may be suitable in the field of literary studies and their interrelationships with the area of philosophy, in spite of contradictions and limitations that might emerge with these possible linkages. The suggested means of analysis may help readers get a better understanding and interpretation of the worlds of Machado de Assis and Carlos Drummond de Andrade through the handling of their texts. The underlying belief here points to possibilities of further application of this hermeneutic analysis to other literary texts by different Brazilian authors, as well as to the benefits a closer dialogue between literature and philosophy could bring to readers in general.

**Key-Words:** Chronicles. Hermeneutic. Chronicles by Machado de Assis. Chronicles by Carlos Drummond de Andrade.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>2 HERMENÊUTICA: ORIGEM, FUNÇÃO E CONCEITO</b> .....	10
2.1 ORIGEM.....	10
2.2 FUNÇÃO .....	10
2.3 CONCEITO .....	11
<b>3 ESTUDO DA CRÔNICA</b> .....	20
3.1 CONCEITO DE CRÔNICA .....	21
3.2 A CRÔNICA: CARACTERÍSTICAS.....	23
3.3 A LINGUAGEM DA CRÔNICA.....	25
3.4 A CRÔNICA NO BRASIL: UM SABOR DO COTIDIANO .....	26
3.5 A TIPOLOGIA DA CRÔNICA .....	28
<b>4 MACHADO DE ASSIS: REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS</b> .....	31
4.1 MACHADO DE ASSIS: ESCRITOR .....	33
4.2 MACHADO DE ASSIS: CRONISTA .....	34
4.3 MÉTODO HERMENÊUTICO DE LEITURA DAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS.....	38
4.4 INTRODUÇÃO À ANÁLISE DAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS .....	43
4.5 EXERCÍCIO DE ANÁLISE DAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS.....	44
<b>4.5.1 Os Fanqueiros Literários - 11 de setembro de 1859</b> .....	44
<b>4.5.2 Diário do Rio de Janeiro (Ao Acaso - Crônicas da Semana)</b> .....	49
<b>4.5.3 15 de Dezembro de 1877</b> .....	53
<b>4.5.4 Gazeta de Notícias - 4 de Julho de 1883</b> .....	56
<b>4.5.5 A Reforma pelo Jornal - 23 de Outubro de 1859</b> .....	60
<b>4.5.6 O Folhetinista - 30 de Outubro de 1859</b> .....	63
<b>4.5.7 Os Imortais - 18 de Setembro de 1859</b> .....	67
<b>4.5.8 Bons Dias! - 20-21 de Maio de 1888</b> .....	69
<b>4.5.9 Bons Dias! - 19 de Maio de 1888</b> .....	72
<b>4.5.10 Gazeta de Notícias - 8 de Julho de 1885</b> .....	75

<b>5 CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE: REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS</b> .....	79
5.1 CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE: CRONISTA .....	84
5.2 CARLOS DRUMMOND: POETA .....	85
5.3 MÉTODO HERMENÊUTICO DE LEITURA DAS CRÔNICAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE .....	88
5.4 INTRODUÇÃO À ANÁLISE DAS CRÔNICAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE .....	92
5.5 EXERCÍCIO DE ANÁLISE DAS CRÔNICAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE .....	94
5.5.1 Elas voltaram .....	94
5.5.2 Teste .....	96
5.5.3 Minuto para dançar .....	97
5.5.4 De Maio .....	99
5.5.5 Família no bonde .....	100
5.5.6 A mulher nossa de cada dia .....	102
5.5.7 Crônica sem agá .....	104
5.5.8 Jornal das Moças .....	105
5.5.9 O amor fugiu da cidade .....	107
5.5.10 Incomodai-vos uns aos outros .....	109
<b>6 ENTRE O DIÁLOGO E A APROXIMAÇÃO DOS CRONISTAS</b> .....	111
<b>7 À GUISA DE CONCLUSÃO</b> .....	116
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119
<b>ANEXOS</b> .....	126
ANEXO A - Crônicas de Machado de Assis .....	127
ANEXO B - Crônicas de Carlos Drummond de Andrade sob o Pseudônimo de Antônio Crispim .....	154
ANEXO C - Crônicas de Carlos Drummond de Andrade sob o Pseudônimo de Barba Azul .....	161



## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese desenvolve-se a partir da análise hermenêutica de uma seleção de crônicas de Machado de Assis e de Carlos Drummond de Andrade, ambos os autores dos séculos XIX e XX respectivamente.

A pesquisa propõe a análise hermenêutica de uma seleção de crônicas de ambos os autores supramencionados dos séculos XIX e XX respectivamente.

A leitura compreensiva e interpretativa dá-se fundamentada em uma pesquisa bibliográfica a partir dos seguintes teóricos: Hans-Georg Gadamer (2002), Paul Ricoeur (1989) e John B. Thompson (2002)<sup>1</sup>, entre outros estudiosos da área da Hermenêutica em diálogo com a área dos Estudos Literários.

Os estudos críticos sobre a obra literária de Machado de Assis têm-se apropriado sobremaneira de seus romances e de seus contos, entretanto as suas crônicas que foram exercício e laboratório para a criação plena de sua prosa permaneceram relegadas a um segundo plano.

Carlos Drummond de Andrade destaca-se como cronista, mas também é um dos maiores poetas brasileiros com uma produção de singularidade original.

Os objetivos propostos para a realização desta tese são os seguintes:

- a) explorar o gênero crônica, (como prática pedagógica), em toda a sua potencialidade literária;
- b) examinar as crônicas de Machado de Assis e de Carlos Drummond de Andrade através de uma análise hermenêutica;
- c) apontar o sentido oculto no sentido aparente das crônicas, desdobrando os diversos graus de interpretação;
- d) buscar perspectivas para um estudo literário, fundamentado na análise hermenêutica das crônicas machadianas e drummondianas.

Pretende-se, com esta tese, desenvolver a seguinte argumentação: Quais as possibilidades e os limites da crônica como texto de análise compreensiva dentro dos Estudos Literários, aplicando-se a hermenêutica filosófica neste exercício.

Para complementar o argumento a tese desdobra-se em seis capítulos que são os seguintes: 1 - Hermenêutica; 2 - Estudo da crônica; 3 - Machado de Assis;

---

<sup>1</sup> Verdade e Método de Hans-Georg Gadamer, Do texto à Acção de Paul Ricoeur e Ideologia e cultura moderna de John B. Thompson.

4 - Carlos Drummond de Andrade e 5 - Entre o diálogo e a aproximação dos cronistas e 6 - Conclusão.

O primeiro capítulo trata da hermenêutica, das suas origens na tradição grega até a contemporaneidade a partir dos estudiosos já citados. O segundo capítulo trata de um estudo teórico da crônica fundamentado a partir de Martins (1985) entre outros autores. O terceiro capítulo traz Machado de Assis como escritor e, principalmente, como cronista, textos que muitas vezes foram esquecidos nas pesquisas relacionadas ao fundador da ABL<sup>2</sup>. O quarto capítulo traz Carlos Drummond de Andrade, o poeta mineiro que uniu Minas Gerais ao Rio de Janeiro de forma singular, e não cedeu seus encantos enquanto escritor, à Academia Brasileira de Letras, embora admirasse Machado de Assis. O quinto capítulo apresenta entre o diálogo e a aproximação dos cronistas apontando as convergências e os distanciamentos dos dois cronistas estudados e o último capítulo apresenta a conclusão da tese, mostrando que o cruzamento da literatura com a hermenêutica filosófica foi um exercício que proporcionou uma compreensão nova das crônicas machadianas e drummondianas.

---

<sup>2</sup> Academia Brasileira de Letras.

## 2 HERMENÊUTICA: ORIGEM, FUNÇÃO E CONCEITO

### 2.1 ORIGEM

A origem da palavra hermenêutica remete ao verbo grego “*hermeneuein*”, que significa declarar, anunciar ou esclarecer e também traduzir. O vocábulo relaciona-se ao deus Hermes, da mitologia grega, que foi para os gregos o descobridor da linguagem e da escrita.

Dessa forma, a hermenêutica é, então, um trabalho interpretativo que utiliza o texto para uma reflexão ampliada da essência humana e ocupa-se em compreender, através de uma apreensão de sentido, o texto literário, instituindo um diálogo da obra com o intérprete.

### 2.2 FUNÇÃO

A função da hermenêutica, a partir de nosso estudo, é, segundo Ricoeur (1990, p. 17), “a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos. A idéia diretriz será, assim, a da efetuação do discurso como texto”. Por outro lado, Gadamer (2002, p. 570) contribui com a reflexão acerca da função hermenêutica, quando assegura que: “Convém recordar que na origem e, primordialmente, a hermenêutica tem como tarefa a compreensão dos textos”. Se em hermenêutica lidamos com a compreensão e a interpretação, cabe dizer por extensão o que é compreensão no âmbito dessa abordagem filosófica.

Para Gadamer (2002, p. 566-567) “todo o compreender é interpretar, e todo interpretar se desenvolve no ‘médium’ de uma linguagem que pretende deixar falar o objeto”.

Assim, o exercício de compreender textos<sup>3</sup> assemelha-se “a uma reconstituição do texto guiada pela compreensão”, ou ainda uma compreensão que

---

<sup>3</sup> Esta expressão é usada por Hans-Georg Gadamer.

exige do intérprete lançar um olhar que resulte em uma reiluminação, desfazendo os nós de sentidos ocultos e desvelando uma outra possibilidade de leitura. Este exercício de compreensão/interpretação implica a criação de uma univocidade do texto a partir do conjunto de vocábulos polissêmicos.

As questões da hermenêutica envolvem pensar o tempo tridimensional, reunindo em cada atividade humana os três tempos: passado, presente e futuro. O tempo tridimensional com relação à literatura nos remete para além da estruturação lingüística das obras clássicas, reconhecendo nessas produções a dinâmica da história na criação. A hermenêutica então tem como tarefa averiguar as três dimensões do tempo nas obras literárias que, de forma articulada, formam a sua historicidade.

### 2.3 CONCEITO

A hermenêutica propõe trabalhar uma linguagem que se desenvolve através de uma reescritura como criação na qual o expresso transcende nas entrelinhas o sentido denotativo e conotativo do código lingüístico.

Costa (2001, p. 39) vê as implicações do sentido hermenêutico como um possível jogo literário e então diz: “Como as outras obras de arte, a literatura é um jogo que só se cumpre em sua recepção pelo leitor; somente com a compreensão do leitor se produz a reconversão da fagulha de sentido, morta, em um sentido vivo”.

Assim argumentamos com Gadamer (2002, p. 566) um exercício de aproximação com as idéias de Costa (2001, p. 40) na perspectiva da literatura e do jogo:

O próprio horizonte do intérprete é, desse modo, determinante, mas ele também, não como um ponto de vista próprio que se mantém ou se impõe, mas antes, como uma opinião e possibilidade que se aciona e coloca em jogo e que ajuda a apropriar-se de verdade do que diz o texto.

A releitura e a reescritura, iluminadas pelo exercício interpretativo que a hermenêutica propõe, modulam a linguagem literária dos textos de uma polissemia a uma univocidade.

O estudo hermenêutico supõe então a interpretação não como resposta definitiva, mas como construção de um caminho para maior clareza interpretativa dos conteúdos.

Retomando a perspectiva da univocidade, partindo da polissemia, Ricoeur (1990) contribui, quando propõe: “Produzir um discurso relativamente unívoco com palavras polissêmicas, identificar essa intenção de univocidade na recepção de mensagens, eis o primeiro e o mais elementar trabalho da interpretação” (RICOEUR, 1990, p. 19).

Ricoeur postula também que o mundo da obra é onde ele vê o centro da gravidade da questão hermenêutica. Isto é, na tríade “discurso-obra-escrita”<sup>4</sup> está caracterizada a problemática principal dos estudos hermenêuticos para o autor.

Se todo o texto escrito “faz-se sempre no interior de uma comunidade, de uma tradição, ou de uma corrente de pensamento vivo, que revelam pressupostos e exigências” (RICOEUR, 1988, p. 5), então as questões de interpretação e compreensão terão de desenvolver-se dentro dos paradigmas da tradição a que pertence este texto.

Essa tarefa da compreensão e da interpretação do texto aponta para a compreensão do ser diante do texto. Então citamos:

O texto é a mediação pela qual nos compreendemos a nós mesmos, pois a interpretação explora uma proposição de mundo que se encontra não atrás do texto, como uma intenção oculta, mas na frente dele, como aquilo que o texto desvenda de nós mesmos (SAMUEL, 2002, p. 87).

Nunes (1999), ao trabalhar questões ligadas à interpretação, ao discurso e à verdade, nos dá a possibilidade de aproximar ainda mais as questões da hermenêutica das indagações originárias dos estudos literários, quando afirma:

[...] a interpretação, por sua vez, é uma explicação da compreensão. Vimos também que a compreensão se desenvolve sempre numa interpretação, já pressupondo a significatividade que encontramos logo a propósito da conduta do trato (NUNES, 1999, p. 75).

Essa interpretação, que leva a uma resposta compreensiva nas análises dos textos literários, efetiva-se num escavar/extrair sentidos implícitos, declarando-os.

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada por Paul Ricoeur.

O compreender hermenêutico apreende o sentido, isto é, faz com que o sentido se apresente à compreensão na forma de conceito (círculo hermenêutico)<sup>5</sup>.

O círculo hermenêutico ou circuito hermenêutico fundamenta-se numa espécie de “tripé”, segundo Nunes (1999, p. 76), que propõe: “[...] já que interpretar exige a compreensão preliminar do que interpretamos, a interpretação começa por uma apreensão prévia do que temos, circunscrevendo a nossa situação”. Essa situação elencada por Nunes remete a uma dada circunstância; neste contexto é um “efeito da História” como pré-concepção fundamentada em Gadamer.

Prosseguimos com a argumentação de John B. Thompson (2002, p. 355) sobre “hermenêutica de profundidade” (*depth hermeneutics*) que, nas palavras do autor, se trata de: “um marco referencial metodológico, este referencial coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa que exige uma interpretação”. Portanto, a perspectiva de análise proposta por Thompson compreende um desdobramento da análise em três fases/procedimentos esses que são: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação.

Thompson não pretende um “enfoque interpretativo” equivocado nas ciências sociais, que procura resistir à herança positivista do século XIX e XX, período no qual encontramos o trabalho de filósofos hermeneutas como Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur. Thompson reconhece que a tradição hermenêutica remonta aos debates literários da Grécia Clássica. Então ele nos apresenta uma síntese das idéias dos pensadores dos séculos XIX e XX: “o estudo das formas simbólicas é fundamental e inevitavelmente um problema de compreensão e de interpretação”. Assim reconhecemos a importância do enfoque hermenêutico na interpretação de ações, textos, falas que, a partir das análises propostas por Thompson, podem ser compreendidas.

Retomamos as três fases/procedimentos do autor (Thompson), elaborando uma breve síntese das mesmas/os.

A primeira fase do enfoque da hermenêutica de profundidade é a análise sócio-histórica que trata das condições sociais e históricas específicas em que determinadas formas simbólicas são produzidas. Para Thompson: “o objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção,

---

<sup>5</sup> SAMUEL, Rogel. **Manual de teoria literária**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

de circulação e de recepção das formas simbólicas”. Assim encontramos, na análise sócio-histórica de Thompson, subdivisões que compreendem: situações espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais, estrutura social e meios técnicos de transmissão.

As situações espaço-temporais podem ser identificadas e descritas como locais específicos, tempos particulares e locais especiais nos quais as formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, lidas, ouvidas), e a reconstrução desses ambientes é uma das etapas da análise sócio-histórica.

Por outro lado, os campos de interação são espaços de posições e um conjunto de trajetórias, que determinam algumas relações entre as pessoas e algumas oportunidades acessíveis às mesmas, motivo pelo qual são empregados vários tipos de recursos disponíveis bem como uma variedade de regras, convenções e “esquemas” flexíveis.

As instituições sociais podem ser um conjunto relativamente estável de regras e procedimentos, juntamente com relações sociais que são estabelecidas por eles.

Quanto à análise da estrutura social, o autor refere-se às assimetrias e diferenças relativamente estáveis que caracterizam as instituições sociais e os campos de interação.

Os meios técnicos de construção de mensagem e de transmissão são os mecanismos que serão utilizados para o intercâmbio entre as pessoas das formas simbólicas. Esses meios podem ser situações face-a-face, ou através de mecanismos complexos de codificação e transmissão eletrônica, como no caso da difusão de rádio ou de televisão. Os mesmos conferem às formas simbólicas determinadas características: certo grau de fixidez, certo grau de reprodutibilidade e certa possibilidade de participação para os sujeitos que empregam o meio.

A segunda fase do enfoque da hermenêutica de profundidade é a análise formal ou discursiva que trata as formas simbólicas como produtos de ações situadas baseadas em regras, recursos, disponíveis ao produtor. A análise formal ou discursiva compreende construções simbólicas complexas, através das quais algo é expresso ou dito.

A análise formal ou discursiva desdobra-se em análise semiótica, análise da conversação, análise sintática, análise narrativa e análise argumentativa.

A análise semiótica compreende o estudo das relações entre os elementos que compõem a forma simbólica, ou o signo, de que a forma simbólica, ou o signo pode ser parte.

A análise da conversação reporta-se a uma ampla corrente de pesquisa que iniciou com Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e outros, nos meados da década de 60, preocupada em estudar as propriedades sistemáticas de várias formas de interação lingüística. O princípio metodológico-chave da análise da conversação é estudar instâncias da interação lingüística nas situações concretas em que elas ocorrem, realçando as características sistemáticas, ou “estruturais”, da interação lingüística.

A análise sintática preocupa-se com a sintaxe prática ou a gramática prática, a gramática ou a sintaxe que atua no discurso do dia-a-dia.

A análise da estrutura narrativa origina-se do trabalho pioneiro de Propp sobre as lendas folclóricas russas, é agora enfoque bastante comum nos campos da análise literária e textual, no estudo do mito e, em menor proporção, no estudo do discurso político. É um enfoque que foi adotado e desenvolvido de diferentes maneiras por um número de autores contemporâneos, incluindo Barthes, Lévi-Strauss, Bremond, Greimas, Todorov e Genette. Uma narrativa, de maneira geral, é um discurso que narra uma seqüência de acontecimentos ou, que “conta uma história”.

A análise argumentativa é uma forma de discurso, como construções lingüísticas supraposicionais, que podem abranger cadeias de raciocínio que são reconstruídas de várias maneiras.

A última fase/procedimento é a interpretação/reinterpretação que é facilitada pelos métodos de análise formal ou discursiva, mas é distinta dela. A interpretação implica um movimento novo de pensamento, procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados. É um complemento necessário à análise formal ou discursiva.

O enfoque da hermenêutica de profundidade que Thompson propõe, através de três formas de investigação, possibilita uma escolha da forma que seja mais adequada ao objeto investigado pelo pesquisador. Assim Thompson ainda demonstra como o referencial metodológico da hermenêutica de profundidade pode ser aplicado na interpretação da ideologia.



As formas simbólicas são analisadas em sua contextualização e constituição significativa, resultando então uma dimensão distinta e crítica a respeito das mesmas.

A interpretação da ideologia, através do enfoque da hermenêutica de profundidade, desvela “o significado ao serviço do poder”, motivo pelo qual às formas simbólicas, conforme Thompson (2002), em circunstâncias específicas, alimentam e sustentam a posse e o exercício do poder.

No tópico em estudo, destacamos a atenção à relação de dominação que se desenvolve no contexto da produção e da recepção das formas simbólicas. As relações de poder permeadas por assimetrias produzem vínculos importantes e duráveis nas sociedades modernas. A base das relações assimétricas que envolvem costumeiramente divisões de classe, de gênero, de etnia e de estado-nação são também elementos da estrutura das instituições sociais e dos campos de interação. A análise sócio-histórica deve, na interpretação da ideologia, dispensar especial atenção às relações de dominação, que se evidenciam nas condições sociais e históricas específicas. Para Thompson a interpretação da ideologia poderá encaminhar-se através de cinco maneiras gerais distintas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Na perspectiva de Thompson (2002, p. 379): “A interpretação da ideologia é um processo de síntese criativa”.

O teórico argumenta que a interpretação da ideologia nos coloca numa atividade arriscada e conflituosa. É arriscada porque o significado não é dado, mas, sim, projeta o significado possível, que poderá divergir ou conflitar com outras possibilidades.

Cumprido destacar a contribuição de Thompson na análise da comunicação de massa, utilizando o “enfoque tríplice”:

A ruptura entre produção e recepção é uma ruptura estruturada, em que os produtores de formas simbólicas, embora dependentes, até certo ponto, de receptores para a valorização econômica das formas simbólicas, são institucionalmente instruídos e obrigados a produzir formas simbólicas na ausência de respostas diretas dos receptores (THOMPSON, 2002, p. 392).

Thompson analisa os meios de comunicação de massa e estabelece três aspectos, descritos por ele como “enfoque tríplice”<sup>6</sup>:

---

<sup>6</sup> Enfoque tríplice: os três aspectos distintos da comunicação de massa.

- a) Produção e transmissão (ou difusão) das formas simbólicas: refere-se ao processo de produção das formas simbólicas e de transmissão e distribuição via canais de difusão seletiva. Estes processos envolvem acordos institucionais particulares;
- b) Construção da mensagem dos meios de comunicação: estas mensagens transmitidas pela comunicação de massa são construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada;
- c) Recepção e apropriação das mensagens dos meios: essas mensagens são recebidas por pessoas, e grupos de pessoas, que estão situados dentro de circunstâncias sócio-históricas específicas, e que empregam os recursos disponíveis aos mesmos, a fim de compreender as mensagens recebidas e incorporá-las na sua vida cotidiana.

Os três aspectos distintos da comunicação de massa que Thompson propõe anunciam três campos objetivos de análise. Para uma análise compreensiva do estudo da comunicação de massa temos a seguinte argumentação:

Um enfoque compreensivo do estudo da comunicação de massa exige a capacidade de relacionar entre si os resultados dessas diferentes análises, mostrando como os vários aspectos se alimentam e se iluminam mutuamente (THOMPSON, 2002, p. 392).

Thompson combina a análise sócio-histórica e as pesquisas etnográficas, chamadas de interpretação da “*doxa*”, para uma análise mais adequada dos processos de produção e transmissão ou difusão das mensagens comunicativas.

A interpretação da compreensão da “*doxa*” pode ilustrar as regras e os pressupostos implícitos no processo de produção, incluindo ainda pressupostos sobre a audiência e suas necessidades, interesses e capacidades.

“Apropriação”, na terminologia da hermenêutica, é o processo de “tornar próprio” algo que é novo, alheio, estranho. Este processo é um processo ativo e potencialmente crítico, em que as pessoas estão constantemente envolvidas, num esforço para compreender, um esforço de dar sentido às mensagens que recebem, de avaliá-las, relacionando-se com elas e partilhá-las com outros.

A abordagem da apropriação quotidiana dos produtos da comunicação de massa apresenta seis características que descrevemos a seguir:

- a) os modos típicos de apropriação dos produtos de comunicação de massa: é útil focar os meios técnicos de transmissão, como distintos da estrutura e do conteúdo da mensagem transmitida. Este enfoque é pertinente porque nos possibilita ver que algumas características da apropriação quotidiana estão ligadas à natureza dos meios técnicos de transmissão, à presença de habilidades, capacidades e recursos exigidos para decodificar mensagens transmitidas pelos meios específicos, e às regras, convenções e exigências práticas ligadas a tal decodificação;
- b) as características sócio-históricas dos contextos de recepção: a recepção e a apropriação dos produtos comunicativos podem ser vistas como práticas situadas, isto é, práticas que acontecem em determinados tempos e lugares, isoladamente ou em companhia de outros. Analisando a recepção e a apropriação como práticas situadas, estamos identificando o que o autor chama de análise sócio-histórica dos contextos de recepção;
- c) a natureza e a significância das atividades de recepção: as atividades de recepção - ler livros, assistir televisão, ouvir música são ações complexas e altamente qualificadas, que envolvem o emprego de uma grande porção de conhecimento adquirido e que se sobrepõem de maneiras complexas à vida quotidiana. A televisão pode ser assistida com vários graus de interesse, atenção e concentração;
- d) o significado das mensagens, como interpretado pelos ouvintes: os produtos comunicativos são não apenas produtos para serem consumidos, são também mensagens para serem entendidas, e a análise da apropriação quotidiana destas mensagens deve se interessar, em parte, pelas maneiras como elas são entendidas pelas pessoas que, no seu dia-a-dia, as recebem;
- e) a elaboração discursiva das mensagens comunicativas: as mensagens transmitidas pelos meios técnicos não são apenas recebidas por pessoas particulares em contextos específicos, mas são também discutidas em comum pelos receptores durante a recepção ou depois dela, e são por isso elaboradas discursivamente e partilhadas com um círculo mais amplo de pessoas que podem, ou não, ter vivenciado diretamente o processo de recepção;

f) as formas de interação e quase-interação estabelecidas através da apropriação: esta característica da apropriação quotidiana é complexa e poderá ser útil distinguir entre quatro amplos tipos de interação e quase-interação: interação entre receptores, entre receptores e não-receptores, interação no decurso da subsequente elaboração discursiva das mensagens, receptores de um lado, e pessoas envolvidas na produção de mensagens, ou representadas na construção delas, de outro. Thompson descreve uma virtual comunidade de ouvintes que não interage direta ou indiretamente, mas compartilha o fato de receber as mesmas mensagens, por isso, fazem parte de uma coletividade que pode se estender através do tempo e do espaço.

A “apropriação” compreende um esforço de dar sentido às mensagens recebidas. No caso da crônica, podemos de acordo com Thompson desenvolver as seguintes etapas: modos típicos de apropriação; as características sócio-históricas dos contextos de recepção; o significado das mensagens, como interpretado pelos ouvintes; a elaboração discursiva das mensagens comunicativas, e as formas de interação. Tais etapas envolvem os receptores da mensagem das crônicas em um processo de contínuo entendimento e re-entendimento de si mesmos. Portanto, na recepção da crônica pelo leitor o mito da recepção passiva não é consolidado, porque nesta situação recepção/apropriação são elementos da estrutura da compreensão do sentido acolhido.

### 3 ESTUDO DA CRÔNICA

Para a realização do estudo da crônica faremos inicialmente um exercício reflexivo em quatro eixos: o que é a crônica, a linguagem da crônica, a tipologia da crônica e a crônica no Brasil.

A partir do debate sobre os gêneros literários que dizem respeito à História, à Filosofia, bem como à Teoria da Literatura, esse tema, longe de ser esgotado, continua vivo e na ordem do dia.

Os gêneros literários são formas de uma visão de mundo e de um pensamento, pois através da compreensão do fato literário, chega-se a um entendimento da cultura de uma época, de um povo. A etimologia do vocábulo gênero, do latim *genu, eris* que significa tempo de nascimento, origem, classe, espécie, geração, leva-nos a compreender que os gêneros são modelos absolutos, entidades normativas as quais se deve submeter a criação artística.

Aristóteles primeiramente estudou os gêneros e agrupando-os, conforme características semelhantes, designou-os: gênero épico, gênero lírico e gênero dramático. A questão é controversa, segundo Moisés (1984, p. 45) e depende da posição tomada pelo estudioso, se historiográfica ou filosófica.

Horácio retomou Aristóteles, agregando seu estudo à cultura romana, o que resultou na concepção de credo clássico: “Os gêneros literários são modelos absolutos, entidades normativas às quais se deve submeter à criação artística em termos de literatura” (PIRES, 1980, p. 65).

Se consideradas as características dos gêneros literários, poder-se-ia destacar o que segue:

- a) a imutabilidade: cada obra obedece sempre ao paradigma do seu gênero;
- b) a fixidez: a criação poética só pode ser lírica, épica ou dramática;
- c) a unidade de emoção: cada obra deve encerrar somente um tipo de emoção;
- d) a hierarquia artística: há gêneros nobres (tragédia, epopéia) e gêneros plebeus (comédia).

Essa concepção clássica foi acolhida pelo Renascimento, predominando nos séculos XVI, XVII e XVIII. Por outro lado, o Romantismo, no século XIX, descartou as teorias neoclássicas e estabeleceu um novo credo para os gêneros literários,

considerando-os mutáveis não sendo possível entre eles uma hierarquia artística. Assim, no século XIX, esses mesmos gêneros passaram a representar conjuntos de obras de características comuns, expressas em linguagem poética, conforme a espécie: gênero narrativo (epopéia, ficção, biografia), gênero lírico (poesia), gênero dramático (tragédia e comédia) e gênero ensaístico (ensaio, crônica).

As diversas interpretações atribuídas aos gêneros como os clássicos admitiam que os mesmos, segundo um conceito mais ou menos imutável, poderiam se apresentar estratificados e hierarquizados, outras posições foram surgindo, chegando até Croce com a negação decisiva da validade e da existência dos gêneros literários. Assim, conforme Martins (1985), os gêneros contemporaneamente estão determinados pelo tipo de relações que se estabelece entre eles e seu público, podendo se dizer que há um vínculo de aproximação entre autor-obra-leitor de tal forma que as características formais, estruturais e temáticas de um texto possam ser definidas como integrantes de um gênero vivo.

### 3.1 CONCEITO DE CRÔNICA

Martins (1985, p. 3) nos diz que a crônica é um fazer em trânsito entre o jornalismo e a literatura, e ainda “nutre-se do instigante diálogo com o leitor”.

Valendo-nos de uma expressão de Sá (2001, p. 7), a crônica seria “o registro do circunstancial”. Desse modo podemos acreditar que a crônica não se produz em uma única direção ou vertente, daí a existência de uma tipologia trabalhada por alguns autores. Assim as definições de crônica são múltiplas como Pólvora (1975, p. 49) que a descreve nestes termos:

Se tentarmos definir a crônica como possível gênero subordinado a certas regras fundamentais, veremos que ela se assenta em bases flutuantes. Situa-se bem dizer, numa terra de ninguém, no território comum banhado pelos extravasamentos do conto, do poema e do artigo de jornal. Seus limites avançam pelos lindes alheios ou por estes se deixam penetrar.

A reflexão de Pólvora aproxima-se da idéia de Paes e de Moisés (1967, p. 82) quando caracterizam a crônica brasileira.

A crônica se confunde com aquilo que nas literaturas de língua inglesa, se conhece pelo nome de ensaio pessoal, informal, familiar ou sketch. Gênero menor, cujas fronteiras imprecisas confinam com o ensaio de idéias, do memorialismo, do conto e do poema em prosa, a crônica se caracteriza pela extensão limitada.

Outros conceitos como Gomes (2003, p. 39-40) que argumenta que a crônica se expressa em linguagem pouco formal na qual às idéias são encadeadas menos por nexos lógicos que imaginativos. Já Roncari (1985, p. 14) adverte que a crônica retrata o tempo, traz a imagem do turbilhão, remexe a ordem do mundo e não deixa nada fixo no lugar. Por outro lado, Oliveira (1973, p. 16) assevera que a crônica é um modo inventado ninguém sabe como, no jornalismo, de deixar o leitor respirar, pensar um pouco.

Crônica é então uma divagação desinteressada que se transforma em pequeno ensaio no qual a síntese se sobrepõe ao desdobramento das sugestões ou idéias pessoais e íntimas de que está formada a sua substância e transforma o ensaio em crônica com um certo fim previsto. A crônica é também uma espécie de mundo e por isso, mundo do próprio narrador e não poderia fugir à comunicação direta: de cronista para leitor através de amenidades, lembranças, fantasias. Conforme a etimologia da palavra, o gênero define tentativa, experiência sobre vários assuntos em tom íntimo e familiar.

Para Arrigucci (1985, p. 43), os significados da palavra crônica implicam noção de tempo, pois tem origem no grego *krónos*. Arrigucci descreve que se trata de um relato em permanente relação com o tempo do qual tira sua matéria principal, o que fica vivido - uma definição que se poderia aplicar ao discurso da História, a que um dia ela deu lugar. E também para o mesmo autor um meio de inscrever a História no texto.

Martins (1985, p. 4) admite que o termo crônica tem múltiplos conceitos, porém, na passagem do jornal para o livro, sua primitiva significação etimológica perdeu-se.

A evolução do significado de crônica histórica na Idade Média se mantém até o século XVIII e XIX quando se transforma em artigo de consumo. Com o surgimento dos jornais, mudanças acontecem na vida literária e a visão de mundo modifica-se, sob influência do sistema capitalista.

Meyer (1992, p. 96) qualifica o folhetim como espaço vazio destinado ao entretenimento. O folhetim, nos começos do século XIX, na França, tem um lugar

preciso no jornal: o *rez-de-chaussée* - rés-do-chão, rodapé, em geral na primeira página.

### 3.2 A CRÔNICA: CARACTERÍSTICAS

Considerando que a crônica é um gênero literário misto, porque engendra uma fusão entre a Literatura e o Jornalismo, Moisés (1983, p. 248) assegura que

em toda a crônica os indícios de reportagem se situam na vizinhança, quando não mescladamente, com o literário; e é a predominância de uns e de outros que fará tombar o texto para o extremo do Jornalismo ou da Literatura.

Esse autor reconhece no gênero um estilo marcado pela oralidade, que se caracteriza por apresentar ambigüidade, subjetividade, diálogo, temas do cotidiano, ausência de transcendência e efemeridade.

Já Lima (2001, p. 05) argumenta:

A crônica transita entre estes dois pólos, entre ser no jornal e para o jornal. Diferencia-se do texto jornalístico, por não visar à informação, pois seu objetivo (declarado ou não) é ultrapassar o mero comentário diário, a banalidade dos acontecimentos humanos, e atingir a universalização, mesmo que sua temática se utilize do *fait divers* e do que se costuma considerar trivial.

Assim, segundo a Autora em questão, a crônica recria o cotidiano, valendo-se do imaginário, que se realiza no influxo das impressões do cronista ao mesclar em seu texto outros gêneros tais como o conto, o ensaio ou a poesia.

O cronista Machado de Assis (1859) refere-se ao folhetim como “frutinha do nosso tempo, o folhetinista é a fusão agradável do útil e do fútil”. A crônica, na criação de Machado e de José de Alencar, nos jornais do século XIX, versava geralmente sobre matéria literária, política, teatro e acontecimentos históricos nacionais e internacionais.

Antonio Candido (1992, p. 13) se posiciona a respeito da crônica, afirmando que a mesma não é um gênero maior. Diz o já referido autor que os assuntos



tratados nas crônicas possuem composição aparentemente solta, pairando sobre a mesma “um ar de coisa sem necessidade”, porém encanta porque trata geralmente do cotidiano.

A linguagem coloquial aproxima o texto do leitor e imprime um tom de humanidade ao relato. Isso o autor o faz usando o humor e retirando a sua seriedade para, através da leveza, conquistar o leitor. Outra característica da crônica atribuída por Antonio Candido (1992, p. 14) é “a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas”. O exercício que a crônica propõe é mostrar a grandiosidade no miúdo, no singular e no inesperado. O Autor assegura que a proximidade do cotidiano realiza na linguagem da crônica “a quebra do monumental e da ênfase” e atesta ainda que a crônica produz comunhão, estabelece um elo entre os autores “acima da sua singularidade e das suas diferenças”. Sendo assim os autores têm uma dupla colaboração, isto é, uma coletiva na comunidade de autores e outra acontece na sua expressão pessoal.

Concluindo Candido (1992, p. 19) atribui à crônica um modo peculiar de aprendizado divertido, constituindo-se em “veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas”.

Para o cronista Fernando Sabino (1980, p. 21-22) a crônica é “a busca do pitoresco ou irrisório no cotidiano de cada um”. Declara ainda que a descrição da crônica compreende “a vida diária, o disperso conteúdo humano”. Sabino como autor torna-se um simples espectador e a temática adequada para sua crônica é “leve e breve”.

Por tudo que expusemos, conclui-se que a crônica é um gênero produzido para ser veiculado na imprensa, nas páginas das revistas ou dos jornais, podendo depois se transformar em livro. Atualmente, o gênero crônica apresenta identidade própria, entre os limites do jornalismo e da literatura e o que realmente vai distingui-lo são os artifícios de linguagem.

### 3.3 A LINGUAGEM DA CRÔNICA

A crônica é uma narrativa breve que registra o circunstancial, cuja linguagem é a soma do estilo literário e do estilo jornalístico. O cronista pretende, através da crônica, uma provocação, uma atitude/resposta no leitor.

A crônica explora a função poética da linguagem e mobiliza os seguintes recursos estilísticos: linguagem metafórica, alegorias, repetições, antíteses, ironia, comicidade, suspense, reflexões, argumentações, etc.

O conteúdo híbrido da crônica é uma variação entre a conversa fiada da esquina, o devaneio das lembranças, o comentário da falta de assunto, o instante poético, ou a ponderação reflexiva que nos conduz a pensar a condição humana.

Assim o cronista precisa engendrar um texto artístico, que ultrapassa a mera informação. Portanto, a crônica exige do cronista uma dupla atitude: criar literatura e expressar-se com criatividade.

Martins (1985, p. 3) contribui para o estudo da linguagem da crônica quando argumenta que: “a crônica é um gênero com muitos leitores no qual o cronista registra vertiginosamente a fisionomia e a alma de seu tempo”. A autora complementa sua idéia acrescentando a autonomia da espécie com linguagem peculiar e formas próprias que resultam em um maior comprometimento do gênero crônica com a literatura.

Conforme Sérgio Farina (1994, p. 13), temos: “a crônica, pelo visto, é uma composição breve e livre que faz florescer, no pistilo do instante, algum momento do nosso cotidiano”. Para o autor há uma proximidade da crônica com o poema, vinculando-a a uma consangüinidade literária.

A crônica pode também ser chamada de “conversa fiada” uma forma figurativa que estimula mais assunto, pois quem lê comenta com quem leu ou vai ler, pede opinião, concorda, discorda e assim acontece a interlocução mesmo com a ausência do autor.

David Coimbra (2004) vê a crônica situada no tempo, na atualidade como um enfeite, um adereço à realidade, uma provocação.

Em síntese, a crônica quer resgatar em cada leitor um lirismo e uma reinvenção do cotidiano própria de seu discurso, e a riqueza da linguagem da crônica acontece através de múltiplos aspectos combinados, que jogam com a

mudança da forma de olhar o mundo, valendo-se apenas das palavras. Contudo, as palavras não são dispostas livremente, mas na relação de força entre o eu e o outro, em todos os níveis como propõe Martins (1985, p. 4): “no material, na forma, no conteúdo, num todo inseparável”.

### 3.4 A CRÔNICA NO BRASIL: UM SABOR DO COTIDIANO

Davi Arrigucci Jr. (1987, p. 52-53) considera que, no Brasil, a crônica não é um apêndice do jornal, mas reconhece a influência européia. O referido autor acrescenta que a crônica brasileira tem uma história específica e bastante expressiva no espaço da produção literária. O assunto predominante são fatos corriqueiros do dia-a-dia, os *faits divers*, fatos de atualidade. O autor complementa ainda que a crônica combina a conversa com a vida de todo o dia. Outro traço singular da crônica brasileira é o florescimento como forma peculiar, com dimensão estética e relativa autonomia.

Assim a crônica é uma narrativa curta, um registro circunstancial, conforme Sá (2001, p. 6) que, na atualidade, se destina aos muitos leitores, que no Brasil nasceu com a narrativa do descobrimento.

Margarida de Souza Neves (1992, p. 76), ao falar das crônicas cariocas, do século XIX ao século XX, diz que

é possível uma leitura que as considere “documentos” na medida em que se constituem como um discurso polifacético que expressa, de forma contraditória, um “tempo social” vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações.

Essas transformações, na perspectiva da autora, perpassam as “imagens da nova ordem”, isto é, uma passagem de século num novo tempo que se instala.

A crônica, nos primórdios, representa então a visão dos “narradores daquele tempo vivido”, pelos autores e leitores, “momento de transformações e de rupturas”.

O local onde aconteceram essas manifestações de forma mais evidenciada foi na cidade do Rio de Janeiro, capital, que dita o modo de ser e de viver para o restante do País.

As crônicas cariocas nos mostram um “universo contraditório e os matizes ocultos pelo simbolismo reducionista da fórmula positivista da ORDEM COMO PROGRESSO”. As crônicas cariocas desse período retratam uma reinvenção do cotidiano, “lugares da memória”.

Podemos aproximar a visão de Luciana Stegagno Picchio (1997, p. 251), sobre o século XIX, período em que surge a crônica no Brasil como “um acontecimento que se revelará para a própria existência do Brasil como nação unitária e como comunidade cultural portadora de uma literatura autônoma”.

Na perspectiva de Luiz Roncari (1985, p. 9), o estudo da crônica compreendia: “não só o envolvimento de um gênero, mas a própria produção literária, com jornais e revistas nos séculos XIX e XX”.

Enquanto Lima (2001, p. 43), sobre a crônica brasileira, argumenta nos seguintes termos:

a crônica, como a consagramos em nosso País, é um gênero híbrido, eminentemente brasileiro, que traz em seu conteúdo a conversa fiada da esquina, o devaneio das lembranças, o comentário da falta de assunto, o instante poético, ou a ponderação reflexiva que faz pensar nossa condição humana.

Neves (1992, p. 77) apresenta-nos algumas nuances da crônica:

esses textos breves e saborosos que passam a ocupar na grande imprensa o espaço anteriormente ocupado pelo folhetim constitui-se simultaneamente um prazer e uma árdua tarefa.

Em síntese, no Brasil a crônica popularizou-se no século XIX voltada para a realidade mundana da cidade, e nos tempos atuais é “um modo de ser brasileiro, uma fórmula que nos convém” segundo Pólvora (1975, p. 49).

### 3.5 A TIPOLOGIA DA CRÔNICA

A crônica oscila entre a “própria ambigüidade” e a “mobilidade permanente”, conforme Martins (1985, p.11), e estas peculiaridades não permitem um registro tipológico definido.

Porém a variação de gênero enriquece e distingue a crônica. A crônica passa: pelo poema, pelo conto, pelo debate e pela argumentação, aproximando-se da reportagem e do comentário, então se impõe como gênero através de sua imprecisão. Assim a crônica jornalística, de tratamento literário desloca-se do jornal para o livro.

Recuperando um desdobramento da crônica a partir de Martins (1977), que propõe uma tipologia, temos:

- a) Crônica-reportagem: que não seja apenas linguagem de referência ou informação, mas a notícia lírica, o fato coruscante de subjetividade, favorecendo o desbordamento da alma do cronista ou sua crítica irônica à sociedade. O exercício do autor nesta crônica será desfolhar o relato de jornal - simples notícia - um acontecimento avulso que transcende o cotidiano e transformá-lo em literário;
- b) Crônica-conto: quando a crônica, notoriamente, acentua o aspecto narrativo, mesmo sem muita preocupação com a estrutura. O cronista passa a ser apenas o narrador, o historiador de um episódio ou fato, quando o acontecimento passa a primeiro plano;
- c) Crônica-epigramática/humorística: caracteriza-se por satirizar situações, fazendo o leitor sorrir, através de um jogo de palavras. Aqui predomina o olhar indulgente do cronista a tudo que vê. Depois reproduz com uma graça, um sorriso doce de bom humor;
- d) Crônica-poema: também chamada de poema em prosa, caracteriza-se por trazer uma nova dimensão à linguagem. São as crônicas em que o lirismo e a sonoridade chegam a cunhar versos, exercício natural de intimidade do poeta com o leitor e consigo mesmo. Álvaro Moreyra diz que crônica: “É uma comunicação. Com um pouco de poesia e um pouco de graça”.

Para Teles (1974), o poema em prosa é resultado de uma longa evolução do processo literário, é produto do momento em que a linguagem literária, sentindo-se

ineficaz, começa a situar-se na zona do silêncio, na direção daquele grau zero da escritura de que fala Roland Barthes.

É um desembrenhar da interioridade do cronista que extrapola a linguagem cronística de informação e inebria-se de lirismo e de fantasia numa amálgama do coloquial e do poético:

- a) Crônica-digressão: envolve uma pluralidade temática, sem muita preocupação com a seqüência e a terminalidade como retalhos ou peças de um *bric-à-brac* ;
- b) Crônica-metafísica: projeta abstrações do artista-filósofo. É um documento de nossa transcendência e o retrato de flagrantes espirituais sobre as coisas e sobre os homens;
- c) Crônica-sociológica: nestas crônicas, mesmo de forma indelével, percebe-se o tom dogmático, introduzindo problemas sociais que aparentemente não preocupam o cronista, mas que vêm à tona através de suas reflexões, aproximando-as do ensaio. É mais uma crítica sutil, irônica às instituições, ao estabelecimento de padrões e arquétipos que sufocam o homem, sem descuido da linguagem;
- d) Crônica-memorialista: através de uma evocação, impregnado de saudosismo, o cronista quebra a referencialidade verbal - simples memórias - para atingir a função poética, segundo a concepção jakobsoniana, no uso do desvio estilístico que acentua e enfatiza, figurativamente, a emoção do poeta. Há, pois, uma ambivalência: o significado expresso, no plano do conteúdo - conota uma afetividade que se projeta no significante - plano de expressão. Realiza uma conjugação de história e memória, conta o que passou ao sabor das recordações do cronista;
- e) Crônica de viagens: retratando paisagens, personificando o espaço físico com a fantasia do autor, imprimindo marcas singulares nas imagens do cotidiano. Envolve também hábitos e tradições;
- f) Crônica-fantástica<sup>7</sup>: é a crônica que representa os homens e a vida de forma fantástica, algumas vezes. Talvez a ambivalência entre o cotidiano e a fantasia houvesse induzido o escritor a uma solução de efeito fantástico.

---

<sup>7</sup> A expressão narrativa fantástica é tomada, por nós, segundo: TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 83-114.

Por outro lado, Afrânio Coutinho (1988) propõe uma classificação dos cronistas brasileiros distribuindo-os em “cinco categorias”. As categorias seriam as seguintes: crônica do tipo narrativo, crônica do tipo informativo, crônica de inclinação filosófica e a crônica poema-em-prosa, contudo o autor nos adverte que a classificação não é estanque, sendo possível uma tendência a mistura dos tipos.

Por outro lado, identificamos os diferentes tipos de crônicas, conforme Coutinho:

- a) crônica narrativa: a idéia básica é uma história;
- b) crônica metafísica: contém reflexões filosóficas sobre acontecimentos ou personalidades;
- c) crônica poema-em-prosa: ditada pela sensibilidade do autor motivada pela vida ou pelo espetáculo da natureza; impregnada de lirismo;
- d) crônica comentário: análise de acontecimentos, de personalidades.

A partir de vários autores e de múltiplas classificações não há uma forma rígida que determine o teor da crônica. Cada cronista trabalha a linguagem buscando, antes de tudo, a literariedade, a criação e uma expressão de mundo apropriada.

#### 4 MACHADO DE ASSIS: REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS

O nascimento de Machado de Assis foi a 21 de junho de 1839, na chácara do Livramento, Rio de Janeiro, seus pais eram Francisco José de Assis e Maria Leopoldina Machado.

Machado de Assis foi bisneto de escravos libertos, pelo lado paterno, pelo lado materno possuía ascendência portuguesa, precisamente, da Ilha de São Miguel e da Ilha de Santa Maria, nos Açores, Portugal.

O pai de Machado de Assis, Francisco José era pintor decorador, e assinava o célebre Almanaque Laemert, a mãe provavelmente executava funções compatíveis com sua formação, cultura e sexo: costura, bordado, trabalhos de agulha, e talvez um pouco de atividades de ensino.

Machado de Assis quando menino viveu em uma atmosfera intensamente religiosa. Na época as igrejas eram centros de convergência e a vida social era pontuada pelas festas e cerimônias promovidas pela Igreja Católica.

Conforme Valentim Facioli (1982, p. 15), observamos uma lacuna na biografia de Machado de Assis no período compreendido entre 1850 a 1854, contudo há evidências que entre 1854 e 1855 Machado passou a viver na cidade, abandonando o subúrbio.

Machado de Assis, em sua adolescência, lutou para ultrapassar os limites que sua condição social lhe impunha. Sua trajetória do bairro para a cidade foi uma conquista pessoal, quando ele superou os obstáculos pertinentes ao processo.

Há algumas divergências quanto ao ensino formal realizado por Machado de Assis, Alfredo Pujol admite que ele freqüentou a escola regularmente, embora Lúcia Miguel Pereira não compartilhe da mesma convicção.

Sabemos ainda que aos 16 anos Machado de Assis publicou poemas na Marmota Fluminense, jornal de notícias, de variedades e de literatura, de propriedade de Francisco de Paula Brito. A colaboração na Marmota Fluminense foi irregular, mas aos poucos despontou.

Machado de Assis iniciou-se na escrita com poemas, passando depois a prosa, escreveu artigos versando sobre arte, poesia, literatura e crônicas tratando de temas do cotidiano.



Assim Machado integrou-se nos círculos literários, propagando seu nome com empenho na sua formação intelectual através de leitura persistente e atenta e do estudo da língua portuguesa literária.

Os autores Gonçalves de Magalhães, Alexandre Herculano, Garret, Castilho, Gonçalves Dias, Victor Hugo, João Francisco Lisboa, Álvares de Azevedo, Alencar, Musset e Byron influenciaram a formação inicial machadiana.

Na década de 50, do século XIX, Machado trabalhou na função de revisor de provas no Correio Mercantil, no qual também publicou textos, e no Diário do Rio de Janeiro foi redator e repórter. Ele exerceu ainda o papel de censor no Conservatório Dramático no período de 1862 a 1864.

Através do amigo/poeta português Faustino Xavier Novais, Machado de Assis conheceu Carolina Augusta Xavier de Novais, irmã do poeta, foi amor à primeira vista. Durante o namoro Machado e Carolina trocavam cartas que revelavam um amor incondicional que culminou no dia 12 de novembro de 1869.

A participação de Machado nas publicações em diversos jornais não lhe garantiu todo o sustento, então para complementar seu recurso financeiro Machado aceitou um emprego público. As atividades empreendidas por Machado de Assis foram no Ministério da Agricultura nas décadas de 1870 e 1880, período no qual ocorreu a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871). Por estes caminhos Machado ascendeu na carreira burocrática, e obteve mais tempo livre para escrever graças a sua estabilidade financeira. O sucesso de Machado de Assis aconteceu paralelo à sua ascensão foi: Oficial de Gabinete de ministro, membro do Conservatório Dramático, Oficial da Ordem da Rosa e Diretor na Diretoria do Comércio.

A partir de seus vínculos com a Sociedade Retiro Literário Português, com o Clube Beethoven e a Associação dos Homens de Letras do Brasil, Machado de Assis fundou a Academia Brasileira de Letras, que no momento de sua fundação e organização, institucionalizou a profissão de escritor, serviu de caminho e coroamento de um longo processo de avanço da atividade, do ofício da escrita. No discurso inaugural, Machado expressou-se nos seguintes termos: “O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária”.

Após uma existência dedicada à literatura e ao trabalho, Machado de Assis faleceu a 29 de setembro de 1908, morte causada por uma arteriosclerose. Seu passamento ocupou os jornais, as notícias, os artigos e os discursos que foram publicados, envoltos em um clima de pesar e de saudade.

#### 4.1 MACHADO DE ASSIS: ESCRITOR

A trajetória de Machado de Assis como escritor nos reporta ao crítico Antonio Candido (1995, p. 18), o qual não se inscreve na filiação de estudiosos que cultivam “o tema gênio versus destino”. Machado de Assis desenvolveu uma brilhante carreira, embora suas origens pudessem conduzi-lo à condição marginal na sociedade o que, na verdade, não ocorreu.

Porém Candido (1995, p. 17-18) assegura: “Mestiço de origem humilde foram alguns homens representativos no nosso Império Liberal. Homens que, sendo da sua cor e tendo começado pobres, acabaram recebendo títulos de nobreza e carregando pastas ministeriais”. Machado de Assis, na perspectiva de Candido, recebeu admiração e apoio desde o início da carreira e, com cinqüenta anos, era “o maior escritor do país”.

Os livros de Machado de Assis eram os mais editados, e os mais vendidos, colocado assim em primeiro lugar entre os grandes romancistas, seguido de Aluísio de Azevedo, e outros coevos. Lúcia Miguel Pereira (1955) reconhece Machado de Assis como escritor “lido e apreciado”, embora a leitura de livros nacionais não fosse hábito no período.

Através da peculiaridade de sua criação literária, Machado agradava aos homens de letras e ao público culto. Os primeiros livros de Machado de Assis foram: Contos Fluminenses, Histórias da Meia-Noite e Ressurreição, este último foi seu primeiro romance que, na argumentação de Pereira (1955, p. 134), “nada possui de pessoal”. Selecionando os romances de maior importância, destacamos: Memórias Póstumas de Brás Cubas, Dom Casmurro e Quincas Borba.

Machado foi também mentor e presidente da Academia Brasileira de Letras, exercendo a presidência da Instituição até sua morte, considerado então Patriarca das Letras no Brasil, embora cultivando formalismos e convencionalismos que combinavam com seu perfil.

## 4.2 MACHADO DE ASSIS: CRONISTA

Para Lúcia Granja (2000, p. 15), o jornalismo insere Machado de Assis no mundo das letras, através das crônicas, que a autora dividiu, em seus estudos, em duas fases. Primeiramente, a autora trabalha com as crônicas da década de 1860 do Diário do Rio de Janeiro; em outra fase, Machado continua no Diário do Rio de Janeiro, porém escrevia matérias anônimas, pois, segundo Granja, os comentários políticos do autor não estavam de acordo com a linha editorial do jornal.

A autora destaca a citação como um procedimento utilizado por Machado de Assis nas suas crônicas iniciais. A citação, segundo Granja (2000, p. 7), dá coesão textual ao discurso da crônica machadiana, que era fragmentado e desconexo. A prosa jornalística que Machado desenvolveu não era proverbial ou sentenciosa, o autor usou a glosa e a ironia prosaica do jornal através da citação literária. Por meio do recurso retórico, o autor cria um clima de cumplicidade com o leitor. Machado de Assis assumiu a missão civilizadora do narrador no período de urbanização do Rio de Janeiro imperial, ainda assentado sobre a barbárie da escravidão. A criatividade do autor verifica-se na composição em mosaico do jornal, que ele transpôs com maestria para o texto da crônica.

O escritor Machado de Assis inicia-se na crônica jornalística nos primeiros anos da década de 1860, publicando principalmente no Diário do Rio de Janeiro. O cronista permaneceu onipresente, até 1900 com uma obra que contempla poesias, contos, crônicas e romances. Os textos publicados no século XIX localizavam-se no espaço de colunas, ínfima entrelinha e letra miúda (rés-do-chão), geralmente na primeira página, segundo Marlise Meyer (1992, p. 96).

Conforme Arnaldo Niskier (2001, p. 13), Machado de Assis “ensinou o Brasil a ser ele mesmo através de seu olhar de compaixão, de tranqüila ironia e quase sempre largo entendimento”.

O autor prossegue afirmando que Machado de Assis sabia traduzir a gente brasileira em seus escritos, e postulou: “via caminhos que seguíamos e distinguia o fim da estrada, mas sabia também que a estrada não tem fim” (NISKIER, 2001, p. 14).

Machado de Assis pretendia, em síntese, se empreendermos uma releitura atenta de seus romances, contos, crônicas e cartas, apontar a todos nós a possibilidade de: “cada um chegar a um ser humano melhor”.

Carlos Fuentes, escritor mexicano, estabelecendo uma aproximação entre Machado de Assis e Miguel de Cervantes concluiu: “Sem Machado, não teria existido uma Literatura latino-americana digna de apreço”.

Machado de Assis também contribuiu com um olhar pedagógico para a mulher, quando consente: “educar a mulher é educar o próprio homem, a mãe completará o filho” (NISKIER, 2001, p. 50).

Entretanto, mesmo adotando uma postura ousada e inteligente em relação à mulher, no século XIX, Machado apresentou uma faceta de atualidade e futurismo, porque abre um espaço para a mulher no ensino/no espaço pedagógico formal.

Apesar de ousado e vanguardista, Machado mantém evidente postura machista, aceitável no período, pois o comportamento da sociedade assim exigia, e uma inteligência do quilate do “Bruxo do Cosme Velho”, com sua fina ironia, não iria escapar à áurea regra *dura lex, sed lex*.

Machado traça, no conjunto de seus duzentos contos, seiscentas crônicas, nove romances, nove peças teatrais, o perfil do Rio de Janeiro, no Segundo Império e início da República.

Beatriz Resende (1992, p. 420) reconheceu, na análise das crônicas de Machado de Assis, veiculadas pela Gazeta de Notícias, um dos grandes jornais da Corte, o seguinte: a representação da vida política e a visão que nelas se desenvolve sobre o homem e a cidade, sobre o cidadão, o ser político. Para a autora o jornal é voltado para a elite intelectual do país, que era no período “um mar de analfabetos”.

Machado, na perspectiva da autora, foi um intérprete privilegiado de seu tempo, tratando, neste conjunto de crônicas avaliado pela mesma, de imprimir destaque às questões políticas como “possível formador de opinião”, tornando-se “uma voz especialmente ouvida”.

Lúcia Granja (2000, p. 8), estudiosa das crônicas iniciais de Machado de Assis, nos dá um contributo singular, quando através de sua pesquisa consegue: “refazer o contexto pontual da crônica machadiana sem a intenção de reescrever uma história da vida cotidiana do Rio de Janeiro imperial”.

A autora trabalha com textos de Machado da década de 60, do século XIX, em especial, os publicados no Diário do Rio de Janeiro.

Os textos retratam os fatos da semana, acontecimentos banais, política e alguns aspectos da vida pública brasileira, alguns fatos distorcidos ou trabalhados na visão do autor.

Bosi et al. (1982, p. 86) reconhecem a crônica de Machado como: “Embora até hoje, para muitos, gênero menor, a crônica, com Machado de Assis, ultrapassou amplamente sua característica inicial de simples amenidade, de comentário descompromissado dos pequenos sucessos do cotidiano”.

Bosi estabelece um vínculo com o posicionamento de Brayner (1979, p. 55), que interpreta a crônica machadiana como exercício ficcional:

Foi o campo da crônica jornalística que forneceu a Machado de Assis o desembaraço preparatório para as experiências de um novo enunciado romanesco. O contato cotidiano com o leitor historicamente datado, o trabalho sobre uma oralidade necessária ao gênero, vão dar-lhe elementos para pesquisar a tessitura literária, cuja prática e progresso também é visível no conto.

Para Bosi a produção das crônicas de Machado serve de respostas a velhas questões de interpretação da sua obra e também do autor enquanto cidadão.

Retomamos os argumentos de Brayner (1979, p. 53) que são pertinentes em relação a Machado de Assis: a autora refere-se a uma “tendência à estrutura ficcional dialógica”, isto é, “o sujeito e o destinatário estão presentes em um discurso que se assume como uma contestação de si mesmo”.

Machado se expressa com uma relação dialógica entre língua/fala; sistema da língua - contrato coletivo, monológico, atualizado no diálogo com o outro, segundo a autora já referida. Brayner (1979, p.55) argumenta que Machado desenvolve um “novo enunciado romanesco” através do entrelaçamento contínuo de estilos, tempos, tonalidades, diferenciação modal.

A abordagem textual machadiana, por sua subjetividade crítica, remete-nos a “fontes inesgotáveis de referências e transformações”, quando o leitor poderá então realizar sobre o texto uma discussão interpretativa e valorativa. O caráter sintagmático do texto de Machado evidencia-se “na extensão, na associação, na ausência e na metáfora”.

Joaquim Matoso Câmara Júnior (1979, p. 5) certifica que Machado de Assis procurou, em alguns de seus textos, um coloquialismo, ou seja, reduziu os distanciamentos entre a linguagem oral e a linguagem escrita, sem descuidar do purismo meticuloso, inteligente e discreto. A verdadeira aproximação das duas linguagens tem como objetivo transmitir “a naturalidade e espontaneidade de um relato oral”.

Machado, segundo Brayner (1979, p. 53) e Câmara Jr. (1979, p. 81), utilizou “chamadas retóricas ao leitor” e estabeleceu assim um microdiálogo entre o enunciado do autor e o do leitor, como, por exemplo, na crônica datada de 1º de novembro de 1861: “O que há de política? É a pergunta que naturalmente ocorre a todos, e a que me fará o meu leitor, se não é ministro. O silêncio é a resposta”.

Alfredo Bosi (2000) e Roberto Schwarz (1977) têm opiniões diferenciadas a respeito de Machado de Assis no panorama literário brasileiro.

De um lado, Bosi (2000, p. 151) expõe suas idéias a respeito de Machado de Assis na perspectiva da produção realista, que penetrou no âmago da sociedade fluminense, urbana e moderna, mas ainda com resquícios da decomposição do sistema escravista e da hegemonia imperial.

Schwarz (1977, p. 63), por outro lado, a partir da escrita machadiana, assegura que esta contém a marca da dependência nacional e a ausência da simpatia e da ingenuidade, caracterizando-se por “livros deliberada e desagradavelmente conformistas”.

Outra inferência que Schwarz (1977, p. 63) destaca é a filiação de Machado de Assis às idéias liberais, associadas ao discurso do progresso e da igualdade. Em seguida Machado, desiludido com sua primeira filiação, adota em seus romances uma ideologia antiliberal, então uma reviravolta profunda manifesta-se nos romances que esboçam conteúdo de injustiça, de impasse e sem ares de revolta social. Aponta Schwarz (1977, p. 64) também a contribuição de Machado nos assuntos e conflitos predominantes em sua narrativa que convergem para “as questões do individualismo, as novidades da civilização burguesa”, e o tema da modernidade surge em segundo plano.

Através das crônicas de Machado de Assis evidencia-se a força da vocação do autor, sua potencialidade e sua destreza para a realização do trânsito entre os jornais e as suas produções de maior fôlego.

### 4.3 MÉTODO HERMENÊUTICO DE LEITURA DAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

A leitura hermenêutica da crônica é um exercício de reflexão sobre o texto. Fundamentamos esse estudo em Paul Ricoeur (1989, p. 141), que se apóia na concepção de Dilthey para explicitar duas atitudes diante do texto: “explicar” e “interpretar”.

Para Dilthey explicação é o modelo de inteligibilidade recebido das ciências da natureza e alargado às ciências históricas, enquanto a interpretação é uma forma derivada da compreensão, na qual se vê a atitude fundamental das ciências do espírito. Dilthey propõe duas atitudes na relação com o texto: que se explique à maneira do sábio naturalista, ou se interprete à maneira do historiador. O teórico reconhece uma estreita complementaridade e reciprocidade entre explicação e interpretação.

Cabe destacar o argumento de Ricoeur (1989, p. 143) quando diz que: “O texto produz, assim, uma dupla ocultação do leitor e do escritor; é deste modo que ele toma o lugar da relação de diálogo que liga, imediatamente, a voz de um ao ouvido do outro”. No diálogo da voz do autor com o ouvido do leitor ocorre “uma profunda reviravolta” na relação leitor/autor, relação singular com o autor na obra e pela sua obra. Há também a complexidade da leitura do autor vivo ou do autor morto, pois, quando o autor está morto, a leitura se dá em plenitude, porque o mesmo já não responde às perquirições do leitor.

Ricoeur recomenda-nos também que: “O problema da compreensão exata já não pode ser resolvido por um simples retorno à alegada intenção do autor” (RICOEUR, 1989, p. 200).

Propõe o autor um exercício de exploração da pluralidade das “camadas de significação” do texto. Sabemos também conforme Ricoeur, que a explicação e a compreensão acontecem em dois estágios diferentes de um único “arco hermenêutico”. Na escuta do texto se dá: “uma afinidade específica entre o leitor e a espécie da coisa de que fala o texto” (RICOEUR, 1989, p. 208). Esta “espécie da coisa de que fala o texto” expressa-se na semântica profunda que o texto evidencia, portanto sinaliza que devemos destacar o que está diante do texto, mas não algo escondido no texto. Assim a compreensão do texto propõe “um mundo possível” e

como “mundo possível” temos a transposição para mundos que as referências textuais apontam.

Outra categoria relevante na compreensão e na explicação do texto é a semântica profunda que consiste não no que o autor quis dizer, mas aquilo de que trata o texto. Então da compreensão temos:

“A compreensão tem, menos que nunca, a ver com o autor e a situação. Compreender um texto é seguir seu movimento do sentido para a referência, daquilo que ele diz para aquilo de que fala” (RICOEUR, 1989, p. 209). A compreensão aqui será acompanhada da semântica profunda, que não se apóia na apreensão intuitiva da intenção subjacente ao texto, mas está baseada na concepção do sentido do texto como um novo modo de ver as coisas. A compreensão confere ao texto o poder de desenvolver um mundo.

John B. Thompson (2002, p. 362) nos traz uma contribuição para a leitura hermenêutica da crônica quando afirma: “Por isso ‘explanação’ e ‘interpretação’ não devem ser vistas, como são, muitas vezes, como termos mutuamente exclusivos ou radicalmente antitéticos; antes, podem ser tratados como momentos complementares dentro de uma teoria compreensiva interpretativa”.

A leitura então se dá no sentido de explorar a obra do autor através de uma reflexão em profundidade.

A concepção de Thompson discorda em parte do entendimento de Ricoeur sobre a hermenêutica de profundidade, porque Thompson valoriza as condições sócio-históricas e Ricoeur, ao contrário, atribui ênfase à autonomia semântica do texto.

Thompson apresenta-nos para o entendimento da hermenêutica de profundidade três fases ou procedimentos que são: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e a interpretação/re-interpretação. A análise sócio-histórica tem como objetivo examinar as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, a reconstrução do ambiente e dos locais específicos e especiais que são fundamentais na referida análise sócio-histórica. A análise formal ou discursiva procura ocupar-se do sentido de uma mensagem, como o sentido é construído e transmitido, as formas cotidianas do discurso são partes dessa análise. A interpretação/re-interpretação implica um movimento novo de pensamento, ocorre por síntese, por construção criativa de possíveis significados. A



construção criativa do significado é uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito.

Hans-Georg Gadamer (2002, p. 262) constrói com propriedade alguns questionamentos sobre a compreensão do texto comparando a literatura com a música:

Será que o sentido de todo o texto se realiza somente em sua recepção por quem o compreende? Será que compreender faz parte do acontecer de sentido de um texto - tal qual faz parte da música o fazer com que se torne audível?

Gadamer afirma ainda que a compreensão dos textos resulta na “retransformação do rastro do sentido morto, em sentido vivo”. O autor posiciona-se sobre a compreensão dos textos nos seguintes termos: “Compreender o que alguém diz é [...] pôr-se de acordo sobre a coisa, não se deslocar para dentro do outro e reproduzir suas vivências” (GADAMER, 2002, p. 559). A compreensão para Gadamer acontece somente em torno do texto escrito não importando as vivências do autor.

Na aplicação teórico-prática, temos, na crônica de Machado de Assis, exemplo significativo da relação de diálogo que liga a voz de um ao ouvido do outro no seguinte fragmento conforme inferência de Ricoeur:

- Um milagre! - Qual? Suo sangue algum santo? Reconciliou-se a Cruz (papel) com a doçura evangélica? Apareceu alguma ave rara? A Phoenix? O cisne preto? O melro branco? Não, leitores nada d’isso aconteceu; aconteceu outra cousa e muito melhor. Foi um milagre verdadeiro, um milagre que apareceu quando a gente menos esperava, como deve proceder todo o milagre consciencioso; um milagre positivo [...]. Sucedeu isso em pleno parlamento, à luz do sol, no ano da graça de 1864 [...]. Que houve então no parlamento brasileiro, à luz do sol, no ano da graça de 1864?<sup>8</sup>

O texto machadiano evidencia também “uma dupla ocultação do leitor e do escritor” segundo o teórico já citado:

O verbo é a origem de todas as reformas. Os hebreus, narrando a lenda do Gênesis, dão à criação da luz a precedência da palavra de Deus. É palpitante símbolo. O Fiat repetiu-se em todos os casos, e, coisa admirável! Sempre nasceu dele alguma luz.

A história é a crônica da palavra. Moisés, no deserto; Demóstenes, nas guerras helênicas; Cristo nas sinagogas da Galiléia; Huss no púlpito cristão; Mirabeau, na tribuna republicana; todas essas cabeças salientes do passado, não são senão o Fiat multiplicado levantado em todas as confusões da humanidade. A história não é um simples quadro de acontecimentos; é mais, é o verbo feito livro (A Reforma pelo Jornal - 23 de outubro de 1859).

<sup>8</sup> DIÁRIO do Rio de Janeiro - 20 de junho de 1864.

Outro aspecto relevante na proposição de Ricoeur é o exercício de exploração da pluralidade das “camadas de significação do texto”, quando então, temos a visão da liberdade e da abolição da escravatura em situações diferentes:

Ora, pois, vinde e falemos a verdade aos homens. E tendo a Regente abençoado a João e seus discípulos, foram estes para as câmaras, onde apresentaram o projeto de lei, que depois de algumas palavras duras e outras cálidas de entusiasmo, foi aprovado no meio de flores e aclamações. A Regente, que esperava a lei nova, assinou com sua mão delicada e superna. E toda a terra onde chegava a palavra da Regente, de João Alfredo e dos discípulos, levantou brados de contentamento, e os próprios senhores de escravo a ouviram com obediência. Menos no Bacabal, província do Maranhão, onde alguns homens declararam que a lei não valia nada, e, pegando no azorrague, castigaram seus escravos cujo crime nessa ocasião era unicamente haver sido votada uma lei, de que eles não sabiam nada, e a própria autoridade se ligou com esses homens rebeldes. Vendo isto, disse um sisudo de Babilônia, por outro nome Carioca: Ah! Se estivessem no Maranhão alguns ex-escravos daqui, depois de livres, compraram também escravos, quão menor seria a melancolia desses que agora são duas coisas ao mesmo tempo, ex-escravos e ex-senhores. Bem diz o Eclesiastes: Algumas vezes tem o homem domínio sobre outro homem para desgraça sua. O melhor de tudo, acrescento eu, é possuir-se a gente a si mesmo.<sup>9</sup>

Na perspectiva da compreensão do texto como “um mundo possível” encontra-se uma transposição para mundos das referências textuais, como “uma nova ordem social” e temos:

Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa dos seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar. O meu plano está feito; quero ser deputado, e na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposição) é então professor de Filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem a lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.<sup>10</sup>

A análise sócio-histórica de Thompson também contribui para o entendimento da crônica de Machado, e o texto que segue é emblemático:

<sup>9</sup> BONS DIAS! 20-21 de Maio de 1888, Imprensa Fluminense.

<sup>10</sup> *Ibid.*

Uma das plantas européias que dificilmente se têm aclimatado entre nós, é o folhetinista.

Se é defeito de suas propriedades orgânicas, ou da incompatibilidade do clima, não o sei eu.

Enuncio apenas a verdade.

Entretanto, eu disse - o que supõe algum caso de aclimação séria. O que não estiver contido n'esta exceção, vê já o leitor que nasceu enfezado, e mesquinho de formas.

O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudônimo, o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação.

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espanja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política.

Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se, nas suas divagações sobre o boulevard e café Tortoni, de que está sobre um mac-adam lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio de um deserto.<sup>11</sup>

Enquanto Gadamer apóia-se na idéia da “retransformação do rastro do sentido morto, em sentido vivo” tratando do tema da política, Machado confere ao assunto um tom de nota do dia:

O que é política? Aqui há anos, creio que por 1849, lembrou-se alguém de propor a questão em um jornal. A questão era saber o que é honra. Em vez, porém, de escrever deveras aos outros, coligir as respostas e publicá-las, engendrou as respostas no escritório, e deus a lume.

Compreende-se que isso se fizesse em 1849. Naquele tempo fazia-se eleição a bico de pena. Mas depois da lei de 1880, não há meio de recorrer a outra cousa que não seja o sufrágio direto.

Foi o que fiz em relação à política. Peguei tudo o que sabia nesta matéria (e não valia dois caracóis), arranjei um embrulho e mandei deitá-lo à praia. Depois escrevi uma carta aos meus concidadãos, pedindo-lhes que me dissessem francamente o que consideravam que fosse política [...].

O exercício realizado com algumas crônicas de Machado de Assis valida a expressão de Gadamer, quando baseado em Heidegger nos fala: “Quem quiser compreender um texto realiza sempre um projetar” (GADAMER, 2002, p. 402).

Então elaboramos um conjunto de projeções a partir das narrativas do cotidiano detalhado pelo olhar minucioso de Machado.

A leitura desenvolveu-se na perspectiva de escuta do texto e na expectativa do desvelamento de sua mensagem.

<sup>11</sup> Bons Dias! 20-21 de Maio de 1888, Imprensa Fluminense.

#### 4.4 INTRODUÇÃO À ANÁLISE DAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

Ao analisar a temática das crônicas de Machado de Assis, utilizaremos como metodologia a hermenêutica, fundamentada, principalmente, em Paul Ricoeur (1990), Hans-Georg Gadamer (2002) e John B. Thompson (2002).

Através da contribuição de cada um desses hermeneutas, desenvolveremos um estudo pontual para então desvelar os significados e os sentidos implícitos nos textos e nos temas que selecionamos.

As crônicas de Machado de Assis foram publicadas nas décadas de 50, 60, 70 e 80, no século XIX. As temáticas desenvolvidas por Machado no período tratam de arte, de literatura, de teatro, de política, do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, de tipos característicos do período, de fatos históricos relevantes nacionais e internacionais, bem como de pessoas ilustres da época em diversos segmentos sociais.

Do conjunto da produção de Machado de Assis, privilegiaremos dez crônicas do autor, escolhidas em diferentes décadas que constituirão o *corpus* da análise cotejando a evolução da produção do cronista.

O objetivo da análise é explorar o gênero literário crônica em toda sua potencialidade literária, e a possibilidade da relação dialógica com outras áreas do conhecimento, com outros saberes.

Assim prosseguiremos nossa análise textual articulada ao pensamento de Ricoeur (1990, p. 19) que nos postula: “Produzir um discurso relativamente unívoco com palavras polissêmicas, identificar essa intenção de univocidade na recepção de mensagens eis o primeiro e o mais elementar trabalho da interpretação”.

Portanto, procuraremos, conforme Dantas (1982, p. 131), na leitura atenta das crônicas do autor referenciado, “ouvir o texto mais possível, percebendo a sua originalidade, sua plurissignificação, seu caráter de novidade, de criatividade, enfim seu fundamento artístico”.

## 4.5 EXERCÍCIO DE ANÁLISE DAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

### 4.5.1 Os Fanqueiros Literários - 11 de setembro de 1859

A análise das crônicas de Machado de Assis reporta-nos a Hans-Georg Gadamer e a Paul Ricoeur que vêem nos textos expressões da vida social fixadas na escrita.

Segundo Gadamer (2002, p. 559-560), “o tema da hermenêutica - pertence tradicionalmente ao âmbito da gramática e da retórica. A linguagem é o meio em que se realiza o acordo entre os interlocutores e o entendimento sobre a coisa”.

Sustentando nossa análise compreensiva das crônicas de Machado de Assis, a partir de Gadamer (2002), escolhemos o texto “Os fanqueiros literários”, publicado em 11 de setembro de 1859. O texto foi publicado em O Espelho, Revista de teatro, de propriedade de Euletério de Sousa que primava pela crítica teatral.

A compreensão que pretendemos na análise da crônica sobre os fanqueiros literários de Machado de Assis desenvolve-se na perspectiva de Gadamer (2002, p. 559): “Compreender o que alguém diz é, como já vimos, pôr-se de acordo sobre a coisa, não se deslocar para dentro do outro e reproduzir suas vivências”. Assim a releitura e a atualização da crônica machadiana em análise é a possibilidade e a opinião de apropriar-nos da verdade que nos traz o texto. Trazemos então Machado de Assis para nossos dias na plenitude de seu sentido, de sua forma e de seu conteúdo, contudo não recuperamos a experiência pessoal do autor na execução do texto. Podemos “chegar ao acordo histórico”, isto é, à reconstrução da gênese do texto, através de incursões no imaginário do período quando temos: os textos de Machado de Assis do período em destaque são de conteúdo jocoso-sério, as “Aquarelas” apresentam uma imagem afrancesada de tipos selecionados no conjunto das relações sociais que remontam às origens da cidade do Rio de Janeiro.

A imagem afrancesada predomina, porque conforme Denis (*apud* TRIGO, 2001, p. 30):

Na alta sociedade, os estilos são absolutamente os mesmos que os da mesma classe nos estados civilizados da Europa: uma sala no Rio de Janeiro ou na Bahia oferece, com pouca diferença, a aparência de uma sala de Paris ou de Londres; ali se fala francês, e os usos se ressentem da influência inglesa.

Os tipos caracterizados por Machado de Assis são: “o fanqueiro literário”, “o parasita”, “o empregado público aposentado” e o “folhetinista”.

Iniciamos a análise através do título que utiliza a associação de dois vocábulos, o substantivo fanqueiro e o adjetivo literário. A associação de tais vocábulos propiciou um contraponto, pois fanqueiro significa vendedor, negociante de tecidos, e literário significa espécie de cultura adquirida pelo estudo ou pela leitura. O resultado da associação está descrito na trajetória de um indivíduo que se sustenta por meio da venda de um subproduto literário.

De início, o Autor diz que não se trata de sátira em prosa, mas é um “esboço literário”, e, no enunciado em questão, estabelece um acordo com o leitor, que permanecerá na expectativa de qual estilo se trata e a seguir explica o autor que o “esboço literário” será o instrumento para sua prosa de “novato” a respeito do fanqueiro literário.

O Autor comenta que o texto não é uma sátira, mas, na verdade, ele exerce uma crítica à atividade do fanqueiro literário. Então, caracteriza a atividade do fanqueiro literário como “obra grossa”, “loja manufatora do talento”, isto é, desqualifica o fazer literário do fanqueiro.

O critério do discurso unívoco proposto na hermenêutica, na perspectiva de Paul Ricoeur (1990, p. 19), evidencia-se no texto de Machado de Assis da seguinte forma: somente o Autor emite sua opinião relacionada ao fanqueiro literário e dirige um único questionamento para o leitor que, evidentemente, não lhe pode responder simultaneamente.

Quanto à ocorrência de frases de efeito e de adágios no texto sabemos que Machado de Assis apreciava o uso deste recurso e, inclusive, se reportou inúmeras vezes ao texto do Eclesiástico entre outros, segundo Magalhães Júnior (1956), que reuniu na obra *Idéias e Imagens de Machado de Assis* um conjunto de verbetes recolhido em sua fecunda produção.

Valendo-se da ironia, o Autor atribui alguns qualificativos para a atividade do fanqueiro literário, demonstrando também qual o “*locus*” escolhido para a ação do fanqueiro literário. Os qualificativos que destacamos são: “lindo comércio”, “tipo

curioso”, “adelo ambulante da inteligência”, “especulações pouco airozas” entre outras. Quanto ao “*locus*” no qual o fanqueiro literário desenvolve sua ação temos: as folhinhas, os pregões matrimoniais, as odes de natalício ou de desposórios, sempre vinculando a atividade a um resultado pecuniário.

A atividade de fanqueiro relacionada à produção literária, resultando no lucro, é o interesse principal, porém revela um reflexo dos novos tempos na economia e na sociedade como em Luciano Trigo (2001, p. 67): “A vida e a obra de Machado de Assis se entrelaçaram intimamente com o crescimento e a consolidação de uma nova classe social num Brasil em transição: a burguesia”.

Assim o fanqueiro literário desenvolve sua arte e seu comércio conforme “as possibilidades do elogiado”, promovendo os banqueiros a arquétipos da virtude.

Uma possibilidade de interpretação da crônica “Os fanqueiros literários” acontece através do desvelamento dos sentidos presentes na escritura com o seguinte argumento: “Interpretar é a decifração do sentido velado no sentido manifesto, é pôr à luz a pluralidade de sentidos, a polissemia das palavras” (CESAR, 2002, p. 44).

Quais as palavras apropriadas nos estudos de interpretação que melhor traduzem a essência dos “fanqueiros literários”? Os fanqueiros literários são indivíduos que, no século XIX, já desenvolvem uma estratégia de mercado, com uma expectativa centrada no lucro, porém desvalorizam a literatura, ou o conteúdo literário presente em seus livretos. O Autor tem a pretensão de polemizar e criticar os fanqueiros literários, porque reconhece o valor e a nobreza da verdadeira literatura, e não pode concordar com a atitude irrefletida de tipos como José Daniel, apóstolo da classe, que está preocupado apenas em locupletar a própria algibeira.

Gadamer (2002, p. 58) nos propõe: “Compreender e interpretar estão imbricados de modo indissolúvel”. Como compreender o sentido da atividade do fanqueiro literário, qual sua função social?

A interpretação da atividade do fanqueiro pode constituir-se em prática “historicamente situada”<sup>12</sup> e estabelece um jogo, uma representação do sujeito em relação aos grupos que o legitimam. Isto é, no período no qual há reduzido número de leitores especializados/críticos, logo desponta o fanqueiro para supri-los com sua escrita fácil e panfletária.

---

<sup>12</sup> Expressão de RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Porto, Portugal: RÉS, 1989, p. 303.

A função social do fanqueiro literário desenvolve-se à margem da produção literária oficial, ele aproveita-se de um espaço no qual desfilam pessoas que colecionam seus folhetos em troca de cortesias desmedidas. As cortesias desmedidas são realizadas pelo fanqueiro literário através do ritual de intermináveis flexões da espinha no afã de cumprimentar a todos. Em síntese, comporta-se tal qual um bajulador, porém com um objetivo definido: manter a própria algibeira repleta do dinheiro alheio, valendo-se, às vezes, do expediente da sátira ao próprio freguês. Há segundo o cronista uma variedade de gêneros engendrados pelo adelo ambulante da inteligência (fanqueiro) que vão da ode ao discurso.

Uma possível solução proposta pelo cronista seria uma inquisição literária na qual a produção do fanqueiro literário seria o material da “fogueira inquisitorial”.

A atividade do fanqueiro literário, no entendimento de Machado de Assis, “repugna à natureza da própria intelectualidade”, porque desvaloriza a dignidade do talento e o pudor da consciência.

Apesar da aparência vistosa de *dandy*, homem que se veste com extremo apuro, o fanqueiro literário, ao ser comparado a um animal interessante, aproxima-se dos naturalistas franceses do século XVIII, Buffon (1707-1788) e Cuvier (1769-1832). Nas entrelinhas, subentende-se que Machado relaciona o comportamento do fanqueiro literário a um animal, pois os dois naturalistas citados desenvolveram relevantes estudos científicos no Jardim Botânico de Paris. Buffon foi eleito para a Academia Francesa, por sua obra História Natural, um monumento de estilo e da precisão científica, enquanto Cuvier estabeleceu as bases da anatomia comparada através de pesquisas em ossadas de fósseis em Montmartre.

A linguagem no texto dos “fanqueiros literários” está caracterizada por composições binárias como as que destacamos:

Não é isto uma sátira em prosa. Um esboço literário apanhado nas projeções sutis dos caracteres.

A fancaria literária é a pior das fancarias. É um lindo comércio.

O fanqueiro literário é um tipo curioso. O fanqueiro literário é uma individualidade social e marca uma das aberrações dos tempos modernos.

Os recursos da pontuação diferenciada em algumas sentenças distribuídas, ao longo do texto, conferem um ritmo dinâmico ao conteúdo. Assim lemos:



Conheceis esse vulto histórico?  
 É um eterno gênesis a referver por todas aquelas almas (almas!)  
 rescendentes de zuarte.  
 Mas tudo isso é causado pela falta sensível de uma inquisição literária!  
 É de desesperar de todas as ilusões!

Retomamos o questionamento feito pelo cronista através de um monólogo direto, que é um traço constitutivo de sua narrativa na perspectiva hermenêutica: “O fenômeno hermenêutico se mostra como um caso especial da relação geral entre pensar e falar, cuja enigmática intimidade motiva a ocultação da linguagem no pensamento” (GADAMER, 2002, p. 567).

Quanto ao uso dos qualificativos observamos uma distribuição equânime a partir dos parágrafos iniciais até a conclusão do texto.

Ao explicar a “última palavra”, o autor conclama os espíritos sérios a “abafar esse estado no estado”, que, através da obra grossa, apenas se preocupa com a desconsideração à dignidade do talento e o pudor da consciência.

A idéia de destacar as atividades dos fanqueiros nos leva a recordar o desfile de diversos tipos/toda a gente que circulava no espaço da Petalógica<sup>13</sup>:

A Petalógica dos primeiros tempos, a Petalógica do Paula Brito - o café Procópio de certa época - onde ia toda a gente, os políticos, os poetas, os dramaturgos, os artistas, os viajantes, os simples amadores, amigos e curiosos, onde se conversava de tudo, verdadeiro campo neutro onde o estreante das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro (PEREIRA, 1955, p. 64).

E perscrutar que talvez lá surgiu matéria para Machado delinear o tipo fanqueiro literário, exercitando sua arguta observação das pessoas naquele convívio descontraído.

<sup>13</sup> Petalógica: Conforme PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis (Estudo Crítico e Biográfico)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1955. (Coleção Documentos Brasileiros), p. 61) o grupo da Marmota e da Petalógica é uma sociedade lítero-humorista fundada por Paula Brito “para contrariar os mentirosos, mentindo-lhes a fim de que eles, tomando como verdade tudo o que ouviam, o fossem repetindo por toda a parte e se desmoralizassem inteiramente, ou perdessem o vício”. Para MASSA (*apud* ANDRADE, Ana Luiza. **Transportes pelo olhar de Machado de Assis**: “passagens entre o livro e o jornal”. Chapecó: Grifos, 1999, p. 305). Petalógica (de peta, mentira, conto). Sociedade mais-que-literária, a “família da rua”, do próprio Machado que a descreveu como o lugar: Onde se conversava de tudo, desde o dó de peito de Tamberlick até os discursos do marquês de Paraná, verdadeiro campo neutro onde o estreante das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro.

A abordagem de Pereira (1955, p. 62) fala no “estreado das letras” e nos “simples amadores”, a combinação dos dois gerou o fanqueiro literário, um sujeito que vive da produção de seus panfletos estereotipados.

Ao enfatizar que traz a “reprodução do fanqueiro”, no texto da crônica, Machado de Assis evidencia o tipo como fruto de sua criação.

Para prosseguir estabelecendo analogias entre o tipo “fanqueiro” e uma fábrica de Manchester, se refere à contínua produção, ou mesmo com o movimento da abelha de flor em flor, a colher, o néctar. O fanqueiro recolhe pecúnia nas bolsas dos fregueses incautos.

Observa-se que o texto do fanqueiro literário foi e continua sendo emblemático, entre outros, porque caracteriza as primeiras experiências de Machado de Assis nas suas “Aquarelas”, em O Espelho. Explicitam-se assim alguns traços característicos que permaneceram na produção literária machadiana, como, por exemplo, a utilização de técnicas narrativas, o tom dialogal, a participação do leitor e o desenvolvimento da literariedade.

Em síntese, “os fanqueiros literários’ traduzem o espírito de uma época porque evidenciam uma atividade comum na burguesia do Rio de Janeiro do século XIX. Apresenta-nos Machado de Assis “o fanqueiro literário” como um tipo caracterizado com um certo humor e ironia, que vive/sobrevive explorando os incautos com a venda de suas publicações literárias. Outra referência apontada na crônica é a reprodução dos usos e costumes europeus em terras brasileiras. Há também predomínio da opinião do cronista em relação ao fanqueiro literário, sem um retorno ou interação com o leitor.

#### **4.5.2 Diário do Rio de Janeiro (Ao Acaso - Crônicas da Semana)**

A simples leitura da crônica de Machado de Assis, datada de 20 de junho de 1864, nos mostra a capacidade do autor de transitar em temas diversos.

A princípio Machado demonstra interesse e preocupação pela questão da invasão do México pelos franceses, denominada no texto de “A Glorificação do México”.

Faoro (1976, p. 65) nos diz que Machado de Assis “não é uma natureza voltada para a política”, mas Machado coloca-se, segundo o entendimento do autor, na posição de espectador de uma cena interessante.

Contudo, ao relatar e assistir esse “espetáculo”, as sessões parlamentares, Machado não o fazia por bel-prazer, mas desenvolvia uma de suas atividades profissionais no Diário do Rio de Janeiro, que era resenhar os debates parlamentares.

O assunto foi tema na retórica do Sr. Lopes Netto, no Parlamento, que louvou a invasão do México pelos franceses e assegurou: “Que o México vai entrar em uma era de paz e de prosperidade”.

Ao encaminharmos uma análise de abordagem sócio-histórica do texto, conforme Thompson (2002, p. 366), deveríamos procurar um sentido/um significado nos fatos históricos destacados por Machado de Assis, que são: glorificação da Invasão do México, a dotação e o casamento das augustas princesas, o paralelo entre o império mexicano e o império brasileiro, a Cruz e seu conteúdo e as peças dramáticas e comédias em cartaz no período. É relevante destacar que Machado reconhece a atitude de dominação pela França em relação ao México: “A expedição francesa foi uma conquista, portanto, o século é ainda de conquistas”.

A Guerra do México (1862-1867), em síntese, foi o episódio da história do México também chamado de intervenção francesa no México. Quando o presidente mexicano Juarez suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa mexicana, a França, a Grã-Bretanha e a Espanha intervieram militarmente, desembarcando em Vera Cruz. O objetivo da França era criar no México um império que se opusesse à expansão dos Estados Unidos da América. Mas em 1864, o arquiduque Maximiliano da Áustria foi proclamado imperador do México. Os franceses então recuaram após dois anos de luta, e três meses mais tarde Maximiliano foi fuzilado em Querétaro.

“Interpretar significa justamente colocar em jogo os próprios conceitos prévios, com a finalidade de que a intenção do texto seja realmente trazida à fala para nós” (GADAMER, 2002, p. 578).

O texto de Machado desenvolve-se, através de uma seqüência de elos encadeados, a partir da questão mexicana para as questões brasileiras, pois as referências ao México são propulsoras do texto e até certo ponto predominantes. Em um segundo momento, o autor desloca-se para o discurso de Lopes Netto no Parlamento.

Machado manifesta o desejo de ampliar o assunto na perspectiva do Sr. Lopes Netto a respeito do México, mas não realiza, justificando o espaço exíguo do folhetim.

A opinião do autor/cronista revela-se em parte quando ele expõe algumas considerações, ainda que as caracterize como “política amena”.

Que entre aquele império e o império do Brasil, ninguém pode achar afinidades possíveis, nem quanto às origens, nem quanto às esperanças do futuro; Que qualquer que seja o estado de um país e qualquer que seja a probabilidade de pronta regeneração, depois de uma nova ordem de cousas, nenhum outro país pode impor-lhe um governo estranho, seja república, seja monarquia constitucional ou absoluta, seja governo aristocrático, democrático ou teocrático.

Observamos a preocupação com a questão da soberania. Na opinião do autor, nenhum país deve permitir uma imposição de ordem política de outro país.

Quanto à argumentação de Machado, torna-se a mesma explícita contra a posição do Sr. Lopes Netto, quando o autor imprime um tom enfático, utilizando questionamentos sem resposta, encerra a conversa com um pensamento de Pascal e envereda para outro assunto.

A opção do escritor pelo filósofo francês Pascal influenciou seu pensamento, suas reflexões em sintonia com o clima espiritual do século XVII de pessimismo e de descrença na natureza humana.

Então Machado passa a perquirir A Cruz, jornal que trata de assuntos religiosos, vinculado à igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Surgem assim informes sobre a igreja, o clero no México e a invasão francesa.

O questionamento feito pelo autor é o seguinte: “Sabe acaso A Cruz que já as cousas não andam bem entre os generosos estrangeiros e os pastores da igreja mexicana?”

Lúcia Miguel Pereira (1955, p. 83) assegura com relação às atitudes morais de Machado de Assis: “As palavras, por mais que as queiramos maleáveis, emprestam sempre às atitudes morais uma fixidez que não corresponde à realidade”. Portanto, segundo a autora, os folhetins nos quais Machado apresenta diversos ataques às congregações religiosas, à ação dos padres, aos jornais católicos, como destacamos em A Cruz, pretendiam polemizar, discutir as temáticas postas na ordem do dia. Porém, Machado obteve uma única e resumida resposta do

jornal católico A Cruz. Segundo Pereira (1955, p. 83), a aversão à crença religiosa foi um traço marcante de Machado de Assis, pois não participava de qualquer espécie de mística.

Na continuidade do assunto, o cronista fala da mudança de estação, isto é, a chegada do inverno, para em seguida tratar do teatro.

O teatro é uma atividade de lazer aguardada com interesse pela audiência, porque mescla cultura, divertimento e saudável convívio social. Mas a missão educadora do teatro foi a opinião que impulsionou Machado à realização de uma crítica com extrema seriedade. Seu discurso revela sua convicção: “dar ao mundo o espantoso espetáculo de um crítico de teatro que crê no teatro” (PEREIRA, 1955, p. 86).

O cronista oferece detalhes sobre os espetáculos em cartaz no momento, sem descuidar os títulos, os autores e os atores que participam do elenco. Divulga ainda uma edição da comédia Demônio Familiar, de Alencar, publicada pelo Sr. Garnier.

Depois das teatrais e literárias passa a falar na casa de óculos do Sr. Reis, louvando as qualidades dos óculos fabricados no estabelecimento.

Uma expressão que nos chamou a atenção pela sutil construção metafórica: “[...] e finalmente uma classe de homens que vê perfeitamente ao longe e ao perto, mas que julga de rigor forrar os olhos com vidros, como forra as mãos com luvas”.

Ao apresentar-nos os acontecimentos da Glorificação da Invasão do México, e o casamento das princesas da nobreza do Brasil, entre outras novas, Machado de Assis conclama-nos, através da sua escrita, a focarmos os olhos no mundo, na vida em constante fluxo.

Assim o cronista constrói um “discurso significativo” na acepção de Ricoeur (1989), porque sua criação literária estabelece uma ponte entre o meio circunstancial e a realidade.

Os argumentos de Ricoeur (1989, p. 144) complementam a reflexão: “Todo o discurso está assim, num grau qualquer, ligado ao mundo. Porque, se não falasse do mundo, do que é que sealaria?”

Embora o autor desenvolva assuntos do cotidiano, valendo-se de uma perspectiva ampliada, isto é, o narrador está na cidade do Rio de Janeiro, mas ciente e cômico de todo o universo circundante.

Contudo “identificar este ou aquele fato da vida pública do tempo de Machado é ater-se à resenha dos materiais brutos da sua ficção: tarefa que tem o seu interesse episódico como todo estímulo”, na perspectiva de Alfredo Bosi (2000, p. 167), que se aproxima da abordagem de Paul Ricoeur (1995, p. 49) quando assegura: “Narração - diremos - implica memória, e previsão, espera”. Porém há um pouco mais que a mescla de recordação, da imagem e da permanência no autor.

Na abordagem de diversos assuntos, Machado compõe um mosaico textual tendo como nota predominante a ironia e a sátira somadas à posição de autoridade do narrador.

Os assuntos relacionados à política são o principal mote da crônica, em destaque uma sessão parlamentar de 20 de junho de 1864. Há ainda a inclusão de outros temas finalizando com o aniversário do autor e a chegada do inverno.

No que se refere aos temas da política cabe lembrar Faoro (1976, p. 67) quando diz: “Inútil procurar em Machado de Assis a nota de revolta, a denúncia ou a indignação. Forte é a presença em sua obra dos partidos políticos - as marcas polêmicas se fazem sensíveis pela ironia ou pela mofa encoberta”.

#### **4.5.3 15 de Dezembro de 1877**

Na crônica que faz parte do conjunto dos textos reunidos sob o título “História dos Quinze Dias”, datada de 15 de dezembro de 1877, Machado de Assis narra o episódio da morte de José de Alencar, escritor e político natural do Ceará, criador de Iracema “a virgem dos lábios de mel” e contemporâneo do cronista. Machado prefaciou uma edição do romance O Guarani que não foi publicada. Na companhia do amigo Alencar, freqüentavam o Passeio Público, momentos que propiciavam as confidências entre ambos.

Entretanto, Machado não transforma a crônica em obituário, mas aproveita a oportunidade e exalça as virtudes e as qualidades pessoais de José de Alencar, principalmente sua exitosa trajetória na literatura nacional e na política voltada para a alta administração.

Machado de Assis consegue lidar com um assunto fúnebre de forma suave, sutil, sem imprimir ao texto uma atmosfera pesada ou melodramática. O autor

conferiu ao assunto um panorama sem brilho, quando diz: “Ao pé d’esse fúnebre sucesso, tudo mais empalidece”. Com o uso do vocábulo empalidece, dá-nos o autor a imagem da vida que desaparece como uma paisagem.

Mas observamos uma ênfase/uma pompa, uma economia de palavras, os vocábulos são selecionados e aparecem no momento certo, emoldurando aquela situação dolorosa para todo o país, ou pelo menos para a população culta e letrada.

Evidencia-se nas expressões do cronista que uma pessoa como José de Alencar não podia morrer: “tão impossível parecia que o criador de tantas e tão notáveis obras pudesse sucumbir ainda em pleno vigor do espírito” (MACHADO DE ASSIS, 1944, p. 292).

O falecimento de Alexandre Herculano chega pelo telégrafo. E o texto da crônica em si parece-se com uma mensagem telegráfica, períodos não muito extensos, contendo apenas a informação mais necessária sobre o acontecimento da perda de um dos baluartes das nossas letras.

Decreta então o cronista um vaticínio para José de Alencar: “deixa de si exemplos e modelos dignos dos aplausos que tiveram e hão de ter” (MACHADO DE ASSIS, 1944, p. 294).

Reputa ainda para Alencar o entusiasmo pelo trabalho: “[...] não teve mais repouso aquele espírito, cuja lei era o trabalho” (MACHADO DE ASSIS, 1944, p. 294).

Ao apresentar a biografia de Alencar em rápidas passagens, Machado chama atenção para dados pontuais e significativos da história de vida do escritor natural de Mecejana (Ceará). Entre a atividade de escritor, Alencar duplicou-se em romancista e dramaturgo, desempenhando na vida pública os papéis de orador e polemista, graças ao seu “engenho original e criador”.

Ao finalizar o texto, o cronista retoma o tema da morte quando afirma que: “Ambas as literaturas do nosso idioma estão de luto; com pouco intervalo as feriu a lei da morte” (MACHADO DE ASSIS, 1944, p. 294). Aqui temos um toque quase transcendente, parece implícito que um escritor de renome não deve sofrer a ação da lei da morte a que toda humanidade está submetida. Segundo Lúcia Miguel Pereira, Machado nutria grande admiração por José de Alencar, logo foi justa homenagem dedicar-lhe uma crônica no dia do seu passamento.

O cronista reconhece em Alencar “o modelo literário, as regras da arte nacional e o exemplo fecundo de uma grande vida” que serve à geração atual, à geração que nasce e às gerações vindouras.

Pereira (1955, p. 164) reconhece a influência de Alencar sobre a criação e expressão de Machado, nas poesias indianistas Americanas (1875), bem como no romance *Iaiá Garcia* (1878), contudo os traços convergentes comprovam adaptação aos modelos entre os dois autores e amigos respeitosos, mas não caracterizam imitação intencional.

Retomamos as questões da vida e da transcendência através de uma idéia machadiana selecionada por Magalhães Júnior (1956, p. 212):

A vida não é uma égloga virgiliana, é uma convenção natural, que não se aceita sem restrições, nem se infringe sem penalidade. Há duas naturezas, e a natureza social é tão legítima e tão imperiosa como a outra. Não se contrariam, completam-se as duas metades do homem.

Buscamos, através da reflexão de Ricoeur (1989, p. 223), articular a atitude de Machado enquanto narrador: “[...] o homem da narrativa produz o mesmo efeito de referência que o poeta que, segundo Aristóteles, imita a realidade, reinventando-a miticamente”. Então, ao descrever a morte de José de Alencar e Alexandre Herculano, Machado dá a sua versão dos acontecimentos, a sua perspectiva, isto é, exercita-se como um contador de histórias, embora esteja no caso a tratar de acontecimentos reais. Granja (2000, p. 29) fala que a crônica de Machado produz: “A reorganização da semana, levada a cabo pelo narrador, é feita por uma lógica bastante individual”. Contudo Machado atingiu seu duplo objetivo ao homenagear Alencar e informar o público leitor.

A morte do amigo José de Alencar destaca-se entre outros dados levantados nesta crônica.

Transparece um clima de inconformidade com o acontecimento, para Machado de Assis a morte não combina com a grandiosidade de Alencar. Mas o tema da crônica não se traduz em tristeza, o autor propõe que Alencar seja um exemplo a ser seguido.

O sentimento de perda duplica-se em relação às letras, pois falecera em Portugal, Alexandre Herculano, e aparece então o telégrafo como meio de recepção de dados à distância ainda no período Imperial.



#### 4.5.4 Gazeta de Notícias - 4 de Julho de 1883

Machado de Assis, acompanhando a evolução dos progressos da cidade e da sociedade, mostra-nos o surgimento do novo meio de transporte, os *bonds*.

Então, como cronista, vê-se disposto a “compor” normas para os usuários do bonde. A idéia das regras na forma de um decálogo talvez seja resquício das atividades de Machado de Assis, funcionário público no Ministério da Agricultura (1870-1880), afeito ao cumprimento de determinadas ordens e aplicação e interpretação de leis.

A princípio, o autor confere um caráter macro às regras, comenta que são setenta artigos, mas expõe somente dez ao leitor.

O autor não esquece, ou reconhece, o bonde como meio de transporte democrático, porém acredita que, imprimindo normas ao comportamento do usuário, o transporte torna-se mais agradável.

Observa-se a ironia e a crítica aos costumes, predominando no texto, contudo há preocupações com algumas atitudes que têm sentido naquele momento e ainda hoje para nós.

Algumas proposições/situações chamam-nos atenção por sua atmosfera de comicidade, como, por exemplo, as opções para os encatarroados:

Quando a tosse for tão teimosa, que não permita esta limitação, os encatarroados têm dois alvites: - ou irem a pé, que é bom exercício, ou meterem-se na cama. Também podem ir tossir para o diabo que os carregue (MACHADO DE ASSIS, 1944, p. 211).

Machado realiza uma desconstrução da crônica tradicional, sem deixar ,é claro, de manter um eixo temático, porém desenvolve uma escrita original por meio dos “artigos”, sugerindo assim, com certo eufemismo, um comportamento padrão aos usuários do bonde.

O mau comportamento nos *bonds* era uma prática situada no século XIX, para utilizar uma expressão da análise sócio-histórica de Thompson.

Sabemos que: “O objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 2002, p. 366).

Então podemos reestruturar um quadro da sociedade carioca na década de 80, do século XIX, traduzindo em imagens e em atitudes o comportamento de um conjunto de pessoas em um espaço de domínio público. Podemos ainda nos perguntar ou inquirir no próprio texto machadiano quem eram os usuários dos *bonds*? Pois havia pessoas que se utilizavam de outros meios de transporte como as carruagens, os coches, as seges, os cupês e os tílburis<sup>14</sup>.

Para Faoro (1976, p. 51):

O convívio de todas as classes quem provoca é o bonde. Homens e mulheres dele se utilizam, integrando-se na vida quotidiana de todos. Notará Machado de Assis que o bonde, obrigando ao contato de pessoas de todas as classes, não educou nem impôs um padrão de conduta.

Logo concluímos que, em meio século de transporte, não se produziu a disciplina do convívio entre a população que, conforme o decálogo já exposto, não demonstra cuidado com as regras sociais básicas.

Vislumbramos também uma possível análise do significado dos diferentes meios de transporte, dos usuários e do comportamento social diverso.

Os *bonds* eram para a “grande massa”; as carruagens, os coches e similares para a pompa e a grandeza de uma pequena classe aquinhoada. Assim temos:

Do coche ao bonde - é toda a sociedade do Império, sobretudo a do Segundo Reinado, que se expressa e se caracteriza. A carruagem fazia supor as cocheiras, o exército de criados e escravos, tudo articulado para o luxo ostentatório das ruas e praças. O bonde, no outro extremo, é a sociedade democrática que se expande e cresce - sociedade mal-educada, que cospe no chão e fala alto [...] num painel autêntico do que vale cada homem no conceito de outro homem (FAORO, 1976, p. 52-53).

Ana Luiza Andrade (1999, p. 64-65) descreve com um toque de descrença alguns “progressos”:

Com relação às novas técnicas, esquematicamente, as mudanças industriais, relativas aos meios urbanos e marítimos de transporte, diziam respeito às respectivas

---

<sup>14</sup> Carruagem: carro de quatro rodas com suspensão de molas, de tração animal, para transportar pessoas; coches: carruagem antiga e suntuosa; cupê: carruagem fechada, de quatro rodas, geralmente para dois passageiros; seges: coche fora de uso com duas rodas e um só assento, fechado com cortinas a parte dianteira; tílburis: carro de duas rodas e dois assentos, sem boleia, com capota, e tirado por um só animal.

passagens, do vapor<sup>15</sup> ao navio; da locomotiva urbana puxada por burros, ao *bond* (já se adotavam as estradas de ferro)<sup>16</sup> e a outros veículos individuais; nos transportes aéreos, do balão (ao zepelim) e ao avião<sup>17</sup>, e, no âmbito doméstico, não só aparece o elevador<sup>18</sup>, mas o morador da casa escura, à vela, pode habilitar-se a sair à noite: a cidade iluminada pela luz de gás, passa à maior claridade produzida pela luz elétrica<sup>19</sup>.

<sup>15</sup> A Renascença: revista mensal de letras ciencias e artes sob a direção de Rodrigo Octavio e Henrique Bernardelli, publica mensalmente a viagem do “Benjamin Constant”, do Rio de Janeiro a Barbados e daí ao Tejo, desde o primeiro número, em março de 1904, até o número 7, “em seu trânsito todo feito a vapor, digno de nota” (p. 45-52).

<sup>16</sup> Sobre estradas de ferro há muita documentação. Consultar NICOLAU Sevcenko. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. v. 3. A Ilustração Brasileira (publicada em Paris) traz um quadro comparativo das linhas férreas no mundo, em seu segundo número, de setembro de 1901, p. 32. No entanto, a locomoção a trilhos na cidade, é registrada em seus avanços e recuos, por Machado de Assis, que parece aderir, como cronista que se inicia nos modos industriais das indústrias da escrita jornalística, aos seus movimentos, desde a inauguração do *bond* em Santa Teresa. Consultar Ana Luiza Andrade. “Passagens de *bond*, com Machado”. In: *Travessia* 33. Florianópolis, 1997. O Conto “Evolução” de Machado ilumina criticamente a visão progressista evolucionista que vê o Brasil como uma criança engatinhando e que só andará quando for cortado por trilhos de trem. In: *Contos uma antologia*, sel. introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Cia. das Letras, [s.d.], p. 201-207.

<sup>17</sup> O Almanaque Brasileiro Garnier, sob a direção de Ramiz Galvão, traz, no ano de 1905, uma seção dedicada à “Conquista do ar”, de 1903. Na Renascença publica-se um ensaio de Carlos Sampaio sobre a catástrofe do balão Pax, criado por um brasileiro, que tem a sua primeira e última ascensão a 18 de setembro de 1901, em Paris. O aeronauta brasileiro Augusto Severo, seu criador, “pagou com a vida o seu entranhado amor à sciencia e segura confiança em sua descoberta”. A revista traz também a notícia em francês, com o título “Les drames de la locomotion aérienne”. Menciona, ainda, a conferência do professor Dr. Carlos Sampaio a 28 de maio de 1902 tendo por tema os balões de Santos Dumont e Severo, publicada no tomo XXIX da revista do Instituto Polytechnico Brasileiro. In: *Renascença*, n. 1, março de 1904, p. 92 e p. 214.

<sup>18</sup> A notícia sobre o primeiro elevador é sobre uma casa de onze andares que surge em Paris, por causa do alto preço dos terrenos, “que era provida de um aparelho hidráulico que o fará subir e baixar de minuto a minuto duas grandes plataformas [...]” (p. 39). Notícia registrada por Délio Freire dos Santos, através do Correio Paulistano (8-11-1866) na introdução à edição fac-símile de Cabrião Semanário Humorístico (1800-1867) citado por Ângelo Agostini, Américo Campos e Antonio Manuel dos Reis, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1982.

<sup>19</sup> Os momentos profanamente iluminados pelas crônicas de Machado preenchem as lacunas sombrias da história, ao passarem da luz de gás à de lamparina, e desta à elétrica. Ver crônica de *A Semana*, 23 de outubro, OC, v. III, p. 554. Transcrevo aqui um trecho sobre a percepção da luz e suas ligações óticas, extraído do periodismo da época, por julgá-lo pertinente à compreensão do transporte do processo físico de combustão, coincidente à chegada da eletricidade, e possivelmente lido por Machado de Assis. “[...] a luz é o agente physico que atuando sobre os órgãos da vista, nos dá a percepção dos objetos externos. A parte da physica chama-se *óptica*, da palavra grega que significa ver. Pode-se dizer que o calor é a parte mais útil da physica, porém a *óptica* é a mais bella e attractiva, adoptamos os physicos as mesmas hypotheses que para o calor: a da *emissão* e das *ondulações*. Nesta última, única admitida ainda hoje, as moléculas dos *corpos luminosos* são animadas de um movimento vibratório infinitamente rápido que se transmite ao ether; depois este o propaga gradualmente, em todos os sentidos e com extrema rapidez sob a fórma de ondas esfericas, pouco mais ou menos como ondas sonoras propagam no ar, o som, do mesmo modo que o ouvido percebe o som pelas ondulações do ar. De onde se conclue, que as trevas, em *óptica*, correspondem ao silêncio, em acústica [...] A theoria das ondulações foi proposta em 1660, primeiro por Huyghens, physico hollandez e a da emissão pô Newton, em 1669. [...]” “Todo o corpo que produz em nós a sensação de claridade é uma fonte de luz, e designa-se pelo nome de *corpo luminoso*. [...] É acerca de 500 graus que os corpos tornam-se luminosos. Quanto às luzes artificiaes, como das velas das lâmpadas, dos bicos de gaz, são todas devidas à combustão de substâncias carboretadas e hydrogenadas, i. é, a sua combinação com o oxygeneo do ar, combinação que opera com um desprendimento de calor tão considerável que as matérias em combustão tornam-se luminosas. [...] Os corpos luminosos são visíveis por si mesmos, mas não o são senão sendo *alumiados*, i. é, recebendo uma certa quantidade de luz, que nol-os faz perceptíveis pela reflexão.” In “Physica da Luz: Hypotheses sobre sua natureza”, *Imprensa Industrial Revista de Literatura, Ciencias, Artes e Industrias*, proprietário e editor Lino D’Almeida, Rio de Janeiro: Rua Sete de Setembro, 142, 20 de setembro de 1876, p. 231.

Os progressos anunciados por Andrade (1999) causam impacto na vida prática no momento de sua implantação na Capital Federal, conferindo um clima urbano e um abandono do setor agrícola.

Pereira (1955, p. 75-76) retrata um fato anedótico sobre transportes no período do Brasil imperial:

Machado cruzou certa manhã com Abaeté<sup>20</sup>, que ia num tálburi. Cumprimentou-o e, com espanto seu, não foi correspondido. Logo a sua timidez e o seu constante receio de se ver humilhado o devem ter assaltado. À tarde, num corredor da Câmara Alta, sentiu alguém que, por detrás, lhe beliscava a orelha. Era Abaeté. Machado então aproveitou o momento para lhe dizer que folgava tanto mais com essa demonstração de intimidade, quanto receava ter caído no seu desagrado, diante do fato da manhã. Mas Abaeté lhe respondeu: “Não percebeu o senhor que o presidente do Senado não pode ser visto num tálburi?” - explicando-lhe que se partira, em caminho, uma peça do seu “coupé”, e se vira obrigado a tomar um tálburi, o que achava abaixo da dignidade do seu cargo. Quase incompreensível para nós, a compostura dos homens do Império...<sup>21</sup>

O comportamento do Visconde de Abaeté confere a exata representação da importância do tipo de transporte compatível com a estirpe do usuário.

No quadro composto pelo cronista Machado de Assis, mostrando o *bond* como um transporte democrático e os seus usuários com seus comportamentos e atitudes condenáveis nos possibilitam vinculá-lo ao tópico da ideologia proposto por Ricoeur (1989, p. 229): “É a este nível radical que a ideologia se constitui. Ela parece ligada à necessidade de um grupo qualquer construir a imagem de si mesmo, de ‘se representar’, no sentido teatral da palavra, de se pôr em jogo e em cena”. Encontramos então uma espécie de jogo teatral no cotidiano dos usuários dos *bonds*, seguindo a artificialidade das regras engendradas pelo autor, pois o decálogo apresentado sugere um comportamento idealizado e que, em algumas situações, resultaria na recusa do passageiro, como, por exemplo, no caso dos “encatarroados”.

Os *bonds*, como meio de transporte democrático, são retratados por Machado de Assis. O fato que nos chama a atenção é o comportamento dos usuários. Assim observam-se homens e mulheres apresentando atitudes reprováveis como: cuspir no chão e falar alto.

<sup>20</sup> Abaeté era o Visconde de Abaeté que era presidente da Câmara dos Senadores.

<sup>21</sup> Fato narrado por Max Fleiuss.

Pelo meio de transporte utilizado pode-se verificar a condição social do indivíduo, os mais afortunados dispõem de carruagens, coches e cupês para seus deslocamentos, enquanto a massa, o povo circula nos *bonds*.

Embora o tom pareça de galhofa o cronista sugere, através das suas regras, organizar esse meio de transporte público.

Aparecem ainda dois tipos excluídos do meio de transporte *bond*: os encatarroados e as pessoas com morrinha que, por motivos óbvios, causariam constrangimentos aos demais usuários.

Machado traçou-nos um panorama do desenvolvimento da cidade com a chegada dos *bonds*, contudo não esqueceu de demonstrar o comportamento inadequado de alguns usuários. Por isso a sua preocupação com as normas que regulariam o convívio das pessoas no popular meio de transporte.

#### **4.5.5 A Reforma pelo Jornal - 23 de Outubro de 1859**

Machado de Assis escreve a crônica “A reforma pelo jornal”, no final da década de 50, no século XIX, na qual descreve com entusiasmo o advento da imprensa, que aconteceu depois da invenção de Johan Gutenberg (século XV) e intensificou-se na sociedade industrial do século XIX, quando temos velocidade e distância em transformações.

Na escrita da crônica, Machado de Assis (1944, p. 45) comenta: “O jornal que tende à unidade humana, ao braço comum, não era um inimigo vulgar, era uma barreira [...] de papel, não, mas de inteligências, de aspirações”. Há possibilidade de articular o jornal idealizado por Machado à proposição de Ricoeur quando diz que:

a ação como o texto podem ser considerados como obra aberta, endereçada a uma infinidade de ‘leitores’, pois o jornal é um veículo do pensamento democrático, porque aproxima ‘uma infinidade de leitores’, construindo eles entre a humanidade das suas origens à contemporaneidade.

Machado de Assis nos remete então à história, construindo metáforas entre a palavra desde a criação, passando pelas narrativas bíblicas do livro do Gênesis, à

introdução do Evangelho segundo João que é parodiado em parte na expressão: “O verbo é a origem de todas as reformas”; enquanto no texto bíblico encontramos: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o verbo era Deus” (Jo 1, 1).

Machado atribui à palavra o poder do prodígio, da criação e, no espaço do jornal, torna-se palavra de discussão. A partir do vocábulo discussão, agregado ao jornal e, mesmo antes do vocábulo, o autor conduz o assunto encadeado através de perguntas/questões com o objetivo de obter anuência do leitor sobre a superioridade da palavra impressa no jornal difundido entre as massas, porque Machado acredita na contradição operário e proletário x aristocracia e mais ainda crê na supremacia do povo em relação aos aristocratas.

Machado explicita, em seu texto, um pacto com o leitor, isto é, nos conduz à credibilidade em seus enunciados, porque constrói uma tessitura com a habilidade de um filósofo construindo/argumentando um silogismo.

Outra leitura que podemos extrair nas entrelinhas da crônica “A reforma pelo jornal” é aquele tom de liberdade, que vem das aspirações europeias à liberdade, à evolução e ao progresso, é o resultado dos avanços não mais restritos às classes dominantes, mas que serão compartilhados no destino coletivo da humanidade. Constrói-se então aqui um contraponto ao destino individual que não faz parte das crenças do autor.

Cumpre-nos destacar a construção de belas e peculiares metáforas em relação ao jornal que transformam o autor (Machado) em futurista, pois, a partir do surgimento da imprensa escrita, ele prevê seu crescimento, seu desenvolvimento e expansão até o estágio atual. Destacamos algumas: “asas de águia que se lança no infinito”; “horizonte largo às aspirações cívicas, às inteligências populares”; “clarão deste fiat humano”, reconhecendo assim a posição grandiloquente que Machado de Assis confere/dispensa ao jornal.

Seguimos a louvação de Machado ao jornal em seus primeiros tempos e à sua luminosidade aproximando a uma reflexão de Ricoeur (1990, p. 44) cujo significado atribuímos ao jornal enquanto texto que pretende comunicação: “O texto é, para mim, muito mais que um caso particular de comunicação inter-humana: é o paradigma do distanciamento na comunicação”. Para Ricoeur o texto passa a existir realizando-se em dois pólos dialéticos que são o caráter do evento do discurso e o da significação. Ambos explicitados em outros termos por Machado de Assis no momento em que optou por dizer que o jornal instalou uma reforma na sociedade, a

significação evidencia-se na discussão, no questionamento, na leitura diária e atenta, na comunhão do alimento espiritual que o autor empresta ao jornal.

Pereira (1955, p. 73) transpõe a motivação latente que Machado nutria pelo jornal: partindo de um artigo intitulado “A reforma pela imprensa” em que deixava bem patente as tendências liberais, louvando o jornal pela sua ação democratizante, declarando-se adversário das aristocracias, porém, em outro período, comentou que não possuía opiniões “fixas nem determinadas”, quando fora convidado para trabalhar no Diário do Rio de Janeiro pelo amigo Quintino Bocaiúva.

Roberto Schwarz (1977, p. 63) alinha-se na mesma perspectiva de Pereira, pois reconheceu a filiação de Machado de Assis às idéias liberais, resultando assim um discurso do progresso e da igualdade.

Faz-se necessário reconhecer a apropriação quotidiana do jornal enquanto meio de comunicação de massa. Contudo o próprio autor reconhece em um outro texto que as pessoas que dominam a leitura e a escrita compõem um grupo reduzido no país: “E por falar neste animal [o burro], publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler. [...] A nação não sabe ler”.

Então o entusiasmo com o jornal é questionável, pois há uma grande parcela da população que ainda não usufrui desse avanço, que é a informação e a cultura advinda das páginas do jornal.

Sabemos que o período do surgimento do jornal, no século XVII, na Europa “aumentou a ansiedade sobre os efeitos da nova tecnologia”, segundo Briggs e Burke (2004, p. 28), e que era louvado por alguns e contestado por muitos outros.

Marlise Meyer (1992, p. 456) revela o modo de circulação dos jornais e de livros no Rio de Janeiro imperial que, através do empréstimo, multiplica o número de leitores, porém reduz o lucro dos editores, que conclamam os leitores a não emprestarem seus periódicos. O redator L. H. citado pela autora em 1882 escreveu:

[...] não há talvez país nenhum no mundo em que emprestem livros e jornais com tamanha profusão como entre nós.  
O tendeiro que assina o Jornal do Comércio, não julgue a leitora que o faça para recreio seu, mas sim para o emprestar a vinte ou trinta famílias, que o reclamam vinte ou trinta mil vezes na roda do dia.

As palavras do cronista sintonizam com o aspecto multiplicador que o jornal vem operar na população: “Com o jornal eram incompatíveis esses parasitas da

humanidade. [...] O jornal tende à unidade humana. [...] É fácil prever um resultado favorável ao pensamento democrático”.

Dessa forma, a prática do empréstimo condenada pelo editor preocupado, é lógico, com o lucro da venda de suas publicações, desempenha o papel de tornar cada homem, cada mulher mais cidadão, embora o próprio cronista reconheça o reduzido número de leitores em potencial no período.

Então temos o fascínio do cronista com o advento do jornal comparando-o ao *Fiat Lux* da criação. A função de irmanar a humanidade também é uma característica do jornal. O cronista confere importância ímpar à palavra como manifestação dos anseios do homem do Gênesis até a publicação de livros com o surgimento da imprensa, invento de Gutenberg (século XV).

Destacamos ainda as idéias liberais defendidas por Machado e a difusão da cultura e da informação para a massa, um traço democrático do jornal. Entretanto há uma reduzida parcela da população que pode usufruir da leitura, conforme dados do período apenas 30% da população é alfabetizada.

#### **4.5.6 O Folhetinista - 30 de Outubro de 1859**

Machado de Assis descobre as possibilidades e as potencialidades do folhetim no texto publicado em 30 de outubro de 1859. Nas palavras do cronista temos:

O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Esses dois elementos, arredados como pólos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.

Brayner (1992, p. 409) destaca duas imagens que o jovem Machado empresta ao folhetinista e ao folhetim: o folhetinista será um “colibri” pela rapidez, leveza e qualidade especial de dominar os assuntos sem esgotar sua “seiva”; “o confeito literário sem horizontes vastos” que define bem a sua técnica de degustação agradável e amena.



Segundo Stein (2004, p. 105), os textos, nas ciências humanas, são produzidos através de procedimentos metódicos misturados com uma certa ametodicidade, pois esta fusão de método e não-método resulta na criatividade e na potencialidade do folhetinista.

O folhetim de matriz francesa desponta no século XIX no *La Presse* e *Le Siècle* que, conforme Arnold Hauser (2003, p. 742), a obra literária converte-se em mercadoria e é lida por vários segmentos da sociedade, como, por exemplo, a aristocracia e a burguesia, a sociedade polida e a *intelligentsia*, jovens e velhos, homens e mulheres, patrões e criados.

Retomando mais uma vez as metáforas construídas por Machado de Assis para o folhetinista e o folhetim apoiados em uma reflexão de Ricoeur (1983, p. 140) que nos diz:

A palavra tem uma significação em estado isolado, mas permanece uma parte da frase, que apenas pode ser compreendida em relação à frase real ou possível. A significação explícita de uma palavra é a sua designação; a sua significação implícita, a sua conotação. Pode-se dizer de tal discurso que comporta simultaneamente um nível primário de significação e um nível secundário de significação, que tem um sentido múltiplo: jogo de palavras, subentendidos, metáfora, ironia, são casos particulares desta polissemia.

Assim a maneira machadiana de correr a pena sugere uma leveza ao folhetinista quando o associa ao colibri (beija-flor) que, com suavidade e equilíbrio, circula entre as flores em busca do néctar. Então a função social do folhetinista é, através da sua criação textual, emprestar um sabor diferenciado ao cotidiano. Na acepção de confeito literário, podemos inferir que o doce pode possuir uma aparência que não possua essência, ou, em outras palavras, pode ser um convite a correr os olhos no texto, mas sem conteúdo para uma maior reflexão. Contudo, mesmo na despretensão do relato cotidiano, podemos encontrar, considerando o jogo de palavras de Machado enquanto autor, acrescido das pontuações de Ricoeur, uma proposição de mundo, ou uma cosmovisão.

Machado reforça a origem francesa do folhetim e a sociedade carioca em seus salões e demais espaços de convívio social que pretendem ser uma cópia tropical do modo de viver europeu, e por isso o autor afirma:

Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se, nas suas divagações sobre o **boulevard e café Tortoni**, de que está sobre um mac-adam lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio de um deserto. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil. (MACHADO DE ASSIS, 1944, p. 35).

O cronista reconhece durante todo o texto da crônica a influência européia imposta ao folhetinista que chega ao extremo de esquecer sua condição de cidadão dos trópicos, porém há um ambiente favorável a essa tendência. Isto é, vive-se no Brasil com os olhos, o comportamento e a linguagem do Velho Mundo.

Observa-se um comportamento afrancesado no Rio de Janeiro, procurando reproduzir uma segunda Paris ou Londres, mas o Brasil estava no Segundo Reinado, desprovido de recursos para tal, porém a alta sociedade imita com esforço o esplendor do Segundo Império francês.

Machado ainda nos explica que o folhetim originou-se a partir do jornal, bem como o folhetinista é a consequência do jornalista.

É peculiar a introdução da flora e da fauna nas comparações urdidas por Machado referindo-se ao folhetinista e ao folhetim.

Logo na abertura da crônica o autor comenta: “Uma das plantas européias que dificilmente se têm aclimatado entre nós, é o folhetinista” (MACHADO DE ASSIS, 1944, p. 35).

Para a seguir afirmar que, através de suas considerações por escrito, o folhetinista obtém um público cativo: “Tem a sociedade diante de sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo, e os *bas-bleu* para aplaudi-lo” (MACHADO DE ASSIS, 1944, p. 35).

Assim, há possibilidades de produção de três funções diferenciadas na recepção do texto do folhetinista: o público é o segmento que realmente lê, os ociosos revelam sua adesão e os literatos pedantes em conjunto organizam os aplausos. Não há aspiração maior para o folhetinista do que obter consenso de diversos segmentos simultaneamente.

Brayner (1992, p. 410-411) assegura sobre o folhetinista:

O folhetinista novato vai testar seus recursos de linguagem nessa faina constante, aprendendo a difícil arte de controlar um leitor de atenção arisca, a organizar transições contínuas entre assuntos díspares, a ser inteligente e sagaz sem aborrecer por impertinência.

Então Brayner adverte que, mesmo com sua produção agradável aos diversos apreciadores, o folhetinista novato deve cultivar a inteligência, a sagacidade procurando na “transição dos assuntos díspares” o filão de sua criatividade.

Outro dado importante revelado na narrativa do cronista é o desenvolvimento da função/da atividade do folhetinista articulada à expansão do jornal, que é tratado pelo autor com o seguinte epíteto: “o grande veículo do espírito moderno”.

Ricoeur (1989, p. 27) auxilia-nos na compreensão do mundo vivido e do mundo ficcional, este último onde se movimenta o folhetinista. Ele afirma: “Entre viver e contar estabelece-se um defasamento por menor que seja. A vida é vivida e a história é contada”.

Nas palavras do cronista temos:

Todos o amam, todos o admiram [...] Entretanto, apesar d’essa atenção pública, apesar de todas as vantagens de sua posição, nem todos os dias são tecidos de ouro para os folhetinistas. Há-os negros, com fios de bronze; à testa d’eles esta o dia [...] adivinhem? o dia de escrever! (MACHADO DE ASSIS, 1944, p. 35).

Então temos a idéia clara ou ainda: as duas faces da atividade do folhetinista, o *glamour*, a aclamação do público, e a própria motivação pela função cumprida, ou a torturante ausência da inspiração.

Machado e Alencar (1854, p. 39) pronunciaram-se a respeito do ofício como cronistas:

Obrigam um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às páginas douradas do seu álbum [...] Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, com o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato mais comezinho!

Contudo, quando a tarefa já foi realizada com resultado profícuo, ele (o folhetinista) diz: “Escritas, porém, as suas tiras de convenção, a primeira hora depois é consagrada ao prazer de desferrar-se de uma maçada que passou. N’aquela noite é fácil encontrá-lo no primeiro teatro ou baile” (MACHADO DE ASSIS, 1944, p. 36).

A matriz francesa do folhetinista já reconhecida pode ser confirmada na argumentação de Luciana Stegagno Picchio (1997, p. 277-278): “É um estilo de marca francesa, não há dúvida, em sua nervosa rapidez, na simplificação da sintaxe, e na escolha lexical”.

O cronista dá-nos uma impressão de escrita ao acaso e, apesar da influência estrangeira, desenvolve uma escritura estruturada através do conhecimento da linguagem em nível gramatical e vocabular.

Esta crônica desenvolve-se em torno do folhetinista, que possuindo matriz francesa, aclimatou-se nos trópicos.

Há algumas metáforas ao longo do texto para a descrição do ofício do folhetinista, ele é comparado ao colibri pela suavidade e pelo equilíbrio.

A origem do folhetim remonta a Europa do século XIX, que o transformou em mercadoria lida por várias camadas da sociedade como, por exemplo, a aristocracia, a burguesia, a sociedade polida e a *intelligentsia*, os jovens e os velhos, homens e mulheres, patrões e criados.

Uma peculiaridade do folhetinista é sua popularidade, seu *glamour*, mas se não consegue inspiração para a escrita sente-se torturado. Assim debruça-se na escrivaninha até produzir seu texto, para logo após refestelar-se no primeiro baile ou teatro.

#### 4.5.7 Os Imortais - 18 de Setembro de 1859

Machado de Assis nos transporta ao universo das lendas e dos mitos, com a crônica intitulada “Os imortais”.

Há duas abordagens relativas aos mitos que podemos aproximar deste texto:

Os mitos seriam a transposição de acontecimentos históricos e de suas personagens para a categoria divina. Outra maneira de interpretar os mitos foi entendê-los como alegorias de fenômenos da natureza que o homem se esforçava para compreender. Os mitólogos modernos vêem no mito a expressão de formas de vida, de estruturas de existência, ou seja, de modelos que permitem o homem inserir-se na realidade (SILVEIRA, 1968, p. 127-128).

A princípio o cronista nos dá uma brevíssima informação do que é uma lenda e sua trajetória na história da humanidade.

Dando continuidade ao texto, Machado passa aos contos populares, e então se encaminha para os mitos do paganismo grego destacando os mitos de Prometeu

e de Hércules, o primeiro foi o herói mítico castigado a permanecer acorrentado por seu arrojo contra o céu, enquanto o herói Hércules era um misto de meio-ideal e meio-verdadeiro.

As contribuições de Ricoeur (1989, p. 222) sobre ficção e narrativa parecem-nos pertinentes no contexto:

Não se poderá, generalizando, estender esta observação a toda a modalidade do “contar”, do “fazer narração”? Porque é que os povos inventaram tantas histórias aparentemente estranhas e complicadas? Foi apenas pelo prazer de jogar com as possibilidades combinatórias oferecidas por alguns segmentos simples de ação e pelos papéis de base que lhes correspondem: o traidor, o mensageiro, o salvador, etc. como parecem sugerir-lo as análises estruturais da narrativa?

O exercício narrativo nos mitos e nas lendas procura apresentar uma resposta poética a determinadas realidades que os primitivos ainda não dominavam com maestria.

Assim Machado leva-nos a um périplo, através das concepções fantásticas alemãs, uma tradição das margens do Reno, sintetizando uma balada de Hoffmann sobre as caçadas de um cavaleiro que era doido pela caça como o rei Carlos IX. Algumas referências de Carlos IX nos parecem pertinentes. Carlos IX (Estocolmo 1550-Nyköping 1611) tomou título de rei em 1607, realizou a unificação política e religiosa da Suécia.

Percebemos a erudição machadiana que transparece na referência aos clássicos da Antigüidade e à tradição das lendas das margens do Reno. Também há uma sintonia com o momento histórico no qual o modelo mental predominante é europeu.

O cronista, em relação às atitudes perversas do cavaleiro lendário, descreve as formas que o conduziram ao castigo pela providência divina. O seu comportamento caracterizava-se estranhamente por não conceder esmolas aos mendigos, destruir e derrubar lavouras cultivadas e passar pela igreja sem ao menos orar pelo descanso de seus antepassados. Por fim, o cavaleiro recebe um castigo divino que o condena a vagar pela região de florestas montanhosas de Harz juntamente com seus monteiros. Na lenda, o povo acredita ouvir os rumores dos montes como se fossem movimentos do caçador consumado.

Esses mitos e essas lendas chegaram até os nossos dias, porque: “Já vimos que a literatura se define pela vontade de transmissão” (GADAMER, 2002, p. 576).

Nos mitos e nas lendas, a vontade de transmissão é repassada oralmente e por escrito de geração em geração, propiciando o conhecimento e o entendimento dos povos e das culturas anteriores, motivo pelo qual compõem o patrimônio cultural da humanidade.

Entre a Antigüidade e as concepções fantásticas das lendas das margens do Reno, Machado de Assis faz uma abordagem dos mitos pagãos dos gregos e, por esse motivo, em *Os Imortais* percebe-se o esforço do cronista em construir uma ponte, um elo entre a Antigüidade e o século XIX, atualizando a releitura da crônica.

#### **4.5.8 Bons Dias! - 20-21 de Maio de 1888**

Ao elaborar uma paródia do Evangelho da missa campal realizada em louvor à Abolição, no Campo de São Cristóvão, Machado de Assis expressa mais uma vez sua habilidade ímpar em retratar o cotidiano carioca do século XIX em suas crônicas. O autor realiza um exercício de jogo intertextual, isto é, parte do próprio texto do Evangelho alterando o conteúdo, mas preservando a forma da apresentação em versículos.

A reconstrução do texto religioso, na criação machadiana, resulta em uma aula de História do Brasil, na qual são retratados os protagonistas políticos que decidiram a questão da Abolição da Escravatura no Brasil.

O texto adquire um novo significado quando agregamos informações adicionais sobre eventos, locais e a importância de cada integrante envolvido nas questões abolicionistas, fosse o integrante abolicionista ou antiabolicionista.

Outra característica a destacar é que Machado enquanto narrador já nos sinaliza que sua crônica foi dedicada para quem não tem nada a fazer. Contudo, a leitura do texto e a reflexão sobre o mesmo acontecem através de uma ação, uma atividade. Ou então Machado pretende experimentar-se como narrador não confiável, lançando-nos uma falácia?

Porém Machado reconhece, através da voz dos protagonistas da Abolição, que a liberdade dos escravos trará “glória e amargura”, porque ficaram na condição de benfeitores dos ex-escravos, mas entraram em conflito com os antiabolicionistas.

Buscando a compreensão do texto machadiano, datado de maio de 1888 a partir de um enfoque hermenêutico, a análise sócio-histórica reconstrói as forças que impulsionaram os grupos a favor e contra a Abolição, inserindo as situações espácio-temporais desse período reconstruído motivo pelo qual o Autor revigora sua narrativa.

Desse modo, evidencia-se no texto de Machado de Assis uma espécie de “*castigat ridendo mores*” que utiliza a ironia e a zombaria na perspectiva de realçar o evento da Abolição.

Na galeria de personagens da história oficial o cronista destaca: a Regente-Princesa Isabel, o Barão de Cotegipe, Antônio da Silva Prado, o Visconde do Rio Branco, João Alfredo Correia de Oliveira, Antônio Ferreira Viana, Luís Antônio Vieira da Silva, Rodrigo Augusto da Silva, Tomás José Coelho de Almeida e José Fernandes da Costa Pereira.

Entretanto, há teóricos que desvendam convergências e divergências quanto ao posicionamento político de Machado de Assis. Pereira (1955, p. 20) apresenta Machado de Assis como “absenteísta” que nunca se quis preocupar com política, que viu a Abolição e a República como quem assiste a espetáculos sem maior interesse.

Brayner (1982, p. 314) argumenta que

o questionamento proposto por Machado nos anos 80 foi muito mais profundo que uma reformulação de modelos literários. De 80 em diante, ele questiona a própria racionalidade de uma hierarquia culturalizada do real. A partir desse momento, em que coloca em jogo desnudamentos, que ele não tinha tido, até então, coragem de fazer, ou não podia, ou não quis fazer, resolve erigir uma estratégia sumamente sofisticada, em que o processo de assimilação e desassimilação dos conteúdos é proposto simultaneamente.

Enquanto Faoro (1976, p. 172) observa que

a idéia de progresso - o mito do progresso - penetra na ficção de Machado de Assis por meio de uma inovação particular, que o simboliza e o expressa. Não o sensibiliza, senão incidentalmente, o industrialismo, ou a revolução industrial.

Beatriz Resende (1992, p. 420-425) destaca e reconhece nas crônicas machadianas “a representação da vida política e a visão em que nelas se desenvolve o homem da cidade, o cidadão, o ser político”. O episódio da Abolição para Resende é: “A verdade é que o 13 de maio representaria justamente o lado ornamental da política”.

Quanto ao conjunto das crônicas da série intitulada “Bons dias”, que ora destacamos para análise, temos o arrebol do período imperial brasileiro, o assunto predominante das crônicas desse período tratam do “declínio e queda” do Império.

Esse período de transição do Império para a República trouxe o surgimento do trabalhador livre, o mercado de trabalho começa a desenvolver-se independente do braço escravo.

Através da paródia, Machado de Assis apresenta-nos uma coletividade em dois momentos distintos: no primeiro momento temos o grupo que assistiu à Missa Campal, e a seguir temos os organizadores do processo pró/contra Abolição, incluídos nesse grupo também os circunstantes que mudavam de posicionamento no decorrer dos fatos.

A segunda metade do século XIX anuncia o momento do surgimento do trabalhador livre. Na perspectiva de Faoro (1976, p. 321) temos: “O mercado de trabalho se abre e floresce, destacando-se do braço escravo. O obstáculo será a escravidão, obstáculo global e absoluto”.

Afrânio Coutinho (1959, p. 13) argumenta que a cultura, no caso de Machado, imprime nitidez a sua concepção de mundo encaminhando-se para uma perspectiva filosófica. E mesmo que ação na obra machadiana no período de

vibração econômica da definitiva ascendência do café, da criação dos bancos, das primeiras tentativas industriais, da extinção do tráfico, da abolição, do emprego da mão-de-obra livre nos campos e nas cidades; segundo Coutinho (1959, p. 26-27): Machado tinha uma visão do mundo ensombreada pelo pessimismo. E é justamente este caráter da filosofia de Machado, o sentido de niilismo total da sua concepção do mundo.

Enquanto Alfredo Bosi (2000, p. 163) observa uma filiação diferente para Machado de Assis:

Nem conservador, nem evolucionista, nem positivista, nem cientificista, nem republicano, nem militante abolicionista, Machado educara seu olhar em valores e modos de pensar que vinham de uma tradição analítica e moral seis-setecentista.



Percebemos na contribuição de Bosi que Machado vive atento no século XIX, com o ideário moral do século anterior, assim o teórico conclui que o cronista é: “uma voz que fala baixo, mas provoca sempre”.

A voz de Machado provoca porque nas entrelinhas questiona a própria ordem estabelecida pela escravidão, chegando a concluir que o domínio do homem sobre outro homem conduz a desgraça, conforme o Eclesiastes e, por outro lado, a manutenção da escravidão exprime certo atraso na evolução da sociedade brasileira.

A compreensão/interpretação trouxe a intenção do texto que foi “pensar historicamente” o evento da escravidão e da abolição em plenitude juntamente com suas conseqüências e suas contradições.

#### **4.5.9 Bons Dias! - 19 de Maio de 1888**

O tema da crônica de Machado de Assis, publicada na Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888, representa o clima dominante no Brasil do período Pré-Abolição da Escravatura.

Conforme Chalhoub (2003, p. 58) que analisou atentamente os detalhes históricos da escritura de Machado de Assis e nos possibilita uma compreensão da qualidade e do estilo das relações sociais brasileiras, na segunda metade do século XIX, relações essas nas quais predominavam o favor e o arbítrio e que se pode observar muito bem no diálogo de Pancrácio e o seu senhor:

- Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que [...]
- Oh! meu senhô! fico.
- [...] Um ordenado pequeno, mas que há de crescer.
- Tu vales muito mais que uma galinha.
- Eu vaio um galo, sim, senhô.
- Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Embora alforriado, Pancrácio permanece dependente economicamente de seu senhor até porque poderá andar livremente, embora sua liberdade esteja atrelada aos limites da sua algibeira e de seu ordenado de seis mil reis.

A continuidade do discurso do narrador acaba por revelar as verdadeiras intenções de sua atitude que, na verdade, não parece tão louvável assim. Aproximando a categoria “proposição de mundo” de Ricoeur (1990, p. 44) ao texto de Machado, no qual o teórico se desvenda, se descobre e se revela diante do mesmo.

Porém, em 19 de maio de 1888, temos uma pseudo-proposta de nova atitude, pois, na verdade, tudo continuará igual. O narrador em seu discurso revela que continuará a desferir petelecos, puxões de orelha e pontapés em Pancrácio, acrescidos dos insultos de besta e filho do diabo.

Podemos estabelecer três momentos distintos para averiguar a perspectiva do narrador que inicia o texto como precursor da Abolição, passando a defensor da alforria e, por último, revela sua verdadeira intenção de lançar-se politicamente como deputado. Assim o bordão da campanha seria mais ou menos nestes termos: “nobre deputado antecipou-se à lei, libertou um escravo que aprendeu a ler e escrever, e atualmente leciona Filosofia no Rio das Cobras”. Outro procedimento que despertou nossa atenção foi a crítica sutil com o uso de três adjetivos para desqualificar os procedimentos dos poderes públicos.

A habilidade de brincar com os vocábulos explicitada na expressão que encerra o texto valendo-se da oposição terra/céu redimensiona a força e a importância da atitude “precursora” do pretense deputado.

O banquete organizado pelo senhor na verdade prepara terreno para que os convivas sejam testemunhas oculares da “previsão do profeta *‘après coup’*”.

Há o empenho do narrador para, através de seu discurso, imprimir no leitor a crença de que sua ação antecipada favorece Pancrácio, individualmente, mas que por extensão foi válida para os escravos em geral. Se bem que o sistema foi perverso mesmo quando procurou auxiliar ou defender os cativos, segundo Chalhoub (2003, p. 239-240): “De qualquer modo, no Império do Brasil, no início da década de 1880, as estatísticas oficiais diziam que continuava a ser mais provável um escravo morrer no cativeiro do que conseguir a liberdade”.

O tom galhofeiro e leve que Machado utilizou ao longo do texto nos dá a sensação de que o próprio comportamento de desprezo pelo escravo e, ao mesmo tempo, reforço da ideologia paternalista dos senhores resultam na relação dependente senhor/alforriado (ex-escravo). Isto é, embora em tese Pancrácio seja um homem livre, ele ainda tem na sua retaguarda um senhor que poderia monitorar

seus passos, suas atitudes e, mais ainda, julgá-lo na antiga perspectiva de senhor de escravo.

Na comparação que o senhor faz entre Pancrácio e um animal, no caso de uma galinha, transparece o traço estereotipado da animalidade outrora dispensado aos escravos em geral.

A influência da função pública de Machado de Assis no Ministério da Agricultura (1870-1880) lhe conferiu um status privilegiado no conhecimento legal e na aplicação da Lei do Ventre Livre a partir de 28 de setembro de 1871.

Se empreendermos uma síntese por parágrafos desta crônica e destacarmos os fatos em sucessão temporal, temos: no primeiro parágrafo, o narrador apresentando-se como da “família de profetas *‘après coup’*” e também comentando sobre o molecote (alforriado); no parágrafo seguinte, o narrador relata o jantar no qual reuniu cinco amigos que chamaram o evento de banquete, e as notícias mencionaram a presença de 33 pessoas; no terceiro parágrafo, então, acontece o “*coup du milieu*”, ou seja, o brinde com taças de champanha, com uma referência às idéias cristãs a respeito da liberdade humana; segue-se o quarto parágrafo e então Pancrácio, o ex-escravo, entendia que a nação deveria imitar o exemplo de seu senhor, pois a liberdade é um dom de Deus; no quinto parágrafo, temos o diálogo entre o senhor e Pancrácio e, no parágrafo posterior, a aquiescência do alforriado aos petelecos e destratos do senhor. E prossegue o sétimo parágrafo. Pancrácio, alegre e humilde, convivendo com os insultos e agressões físicas, para, no último parágrafo, o narrador revelar seu plano do envio de uma circular para os seus futuros eleitores, pois ele pretende eleger-se deputado. Logo, toda a encenação com Pancrácio foi uma farsa para sensibilizar os prováveis eleitores. A máxima que encerra a crônica foi uma crítica sutil aos poderes públicos e à política.

Resende (1992, p. 425-426) assinala o aspecto ficcional do criado, Pancrácio, e seus perfis entre revoltado e ofendido, assemelhando-o aos bobos de Shakespeare. E o cotidiano de Pancrácio se mantém praticamente inalterado.

As reflexões de Afrânio Coutinho (1959, p. 24-25) estão em consonância com o comportamento do pretense deputado que se relaciona com as concepções machadianas:

É preocupação constante dele insinuar ou apontar que a vida é má e madrasta, indiferente ao homem e portanto não merece o nosso esforço, as nossas lutas, causas de distúrbios e sofrimentos [...] Nas manifestações dessa vida ele só enxerga zombaria, ódio, egoísmo, lutas, ridículo, falsidade, cálculo, que formam a trama da comédia humana, e o recurso é não a levamos a sério, não nos deixamos “empulhar”.

A análise sócio-histórica de Thompson nos auxilia a averiguar a condição social específica em que se dá a escravidão no Brasil, permeada por uma estrutura social que possibilitava relações assimétricas.

O argumento de Bosi (2000, p. 154) é pertinente: “O olhar com que Machado penetra aquele universo de assimetrias tende a cruzar o círculo apertado dos condicionamentos locais na direção de um horizonte ao mesmo tempo individual e universal”.

Observamos uma sociedade cindida em classes sociais, de um lado os senhores e suas famílias na casa grande, e de outro os escravos, oprimidos, na senzala, os primeiros afirmando seu poder e os últimos aspirando à liberdade.

Kênia Pereira (2001, p. 29) apresenta-nos inferências sobre a situação do escravo na obra de Machado:

Portanto, o escravo era tratado como objeto inerente a um sistema social de propriedade e estava vinculado a diversas atividades de transação econômica, sendo “negociado”, comprado, vendido, alugado, fazendo parte ainda de espólios e testamentos.

#### **4.5.10 Gazeta de Notícias - 8 de Julho de 1885**

A narrativa inicia-se através de um questionamento, no qual o narrador vai perquirindo seus interlocutores e o leitor sobre: “o que é política?”, para depois descrever algumas respostas que recebeu por cartas, organizando-as todas muito distantes das concepções de Aristóteles, de Maquiavel, de Spencer ou de Comte. Embora as proposições dos autores referidos anteriormente não estivessem no horizonte de conhecimento dos interlocutores do enunciador fictício do texto, passamos a descrever breves perfis dos mesmos.

Aristóteles (384-322 a.C.): médico e filósofo grego, homem da cultura, do estudo, das pesquisas, do pensamento, isolou-se da vida prática, social e política para dedicar-se à investigação científica. Produziu um conjunto de oito livros sobre o tópico Política.

Nicolau Maquiavel (1469-1527) é o pai do lema “os fins justificam os meios”, atributos do príncipe prudente, “justifica” a quebra da palavra, seja por “razões de Estado”, seja pela facilidade de iludir, uma vez que tão simples são os homens, e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana sempre achará a quem enganar.

O narrador da crônica trouxe a lume uma cantiga infantil, “Tirolito que bate, bate”, porém nas entrelinhas podemos deduzir que se subentende uma perspectiva sisuda e não lúdica de política.

O narrador excomunga os seus correspondentes que, além de arcarem com as despesas de correio, expressam as suas idéias a troco de bananas, ou por “vinténs magros”.<sup>22</sup>

As respostas foram as mais esdrúxulas como podemos destacar: “política é tirar o chapéu às pessoas mais velhas”; “a política é a obrigação de não meter o dedo no nariz”; “estando à mesa, não enxugar os beiços no guardanapo da vizinha, nem na ponta da toalha”; “política é dar excelência às moças, não lhes pôr alcunhas quando elas já têm par para festa”; “política é agradecer com um sorriso animador ao amigo que nos paga a passagem”. Há destaque ainda para outras idéias, mas o narrador adverte que são ininteligíveis, ilegíveis, repetidas ou difusas. Porém mencionou as idéias de um barbeiro, de um sectário de Comte e de uma dama gamenha com suas respectivas concepções de política que foram as seguintes: “política como a arte de lhe pagarem as barbas”; “política é praticar com os olhos o que está no Evangelho de São Mateus, capítulo VII, versículo 7: ‘batei e abri-vos-á’”.<sup>23</sup>

Argumentou o narrador que nenhum político se pronunciou, mas em seguida lembrou-se do Sr. Zama que se referiu à abolição imediata e à regra de Terêncio: “quando não se pode obter o que se quer, é necessário que se queira o que se pode”.

<sup>22</sup> Expressão do cronista.

<sup>23</sup> Apenas a frase final do versículo 7, do capítulo VII, do Evangelho de S. Mateus foi transcrita, na íntegra temos: “Pedi, e vos será dado. Procurai, e achareis. Batei, e vos será aberto”.

Observamos que houve um desconhecimento por parte de algumas das pessoas consultadas, ou ainda que cada pessoa consultada manifestou sua idéia de política segundo o seu arcabouço de conhecimento, ou mesmo, pela via do senso comum.

Buscamos o verbete “política”<sup>24</sup> no Dicionário Aurélio (1986), que, em primeiro lugar, apresenta a etimologia do vocábulo, do grego *politikós*, do latim *politicu*. Em segundo lugar, escolhemos três acepções para o termo:

- a) ciência dos fenômenos referentes ao Estado;
- b) a arte de bem governar os povos;
- c) sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos.

Através das acepções do dicionário a maioria dos correspondentes/participantes da consulta do narrador sobre “o que é política?” responderam com um conteúdo díspar do significado original do termo.

Apenas o Sr. Zama que se preocupou com a questão abolicionista demonstrou coerência/sentido no referido assunto.

Conforme Granja (2000, p. 46), em relação aos comentários de Machado de Assis sobre a política, sobre as atitudes administrativas dos políticos/dos governantes e as questões da estrutura da sociedade da época, o narrador usou a literariedade de seu texto, para melhor exposição de suas idéias.

No aspecto político, apresentamos ainda a proposição de Brayner (1982) quando nos faz voltar os olhos a Machado de Assis, reconhecendo as problematizações levantadas na sua época, quando despontam situações e preocupações ainda presentes na sociedade atual.

Luciano Trigo (2001, p. 88) também se posiciona sobre o comportamento político de Machado de Assis:

De fato, as ambições parlamentares de Machado eram escassas, mas daí a considerá-lo um desinteressado há certa distância. Além disso, ao longo de toda vida, Machado compôs, de forma aberta ou velada, sátiras aos maus costumes políticos do Brasil - que persistem até hoje, como a tendência a trocar de partido, ou “virar casaca”.

Mas conforme Granja (2000, p. 27): “As crônicas, que comentam os mais diversos e variados assuntos da semana, apresentam certa preferência pelo tema

---

<sup>24</sup> Grifo da autora.

política. No entanto, tal preferência não se manifesta como objetivo principal do escrito semanal”.

O cronista reorganiza a realidade através de seus relatos em um exercício que envolve escolher e reproduzir esse ou aquele assunto. E sobre o tema da política nem sempre aparece nos textos. O autor desenvolve um estilo “forte e vigoroso”<sup>25</sup>, valendo-se das convenções do gênero e transformando-as em práticas estilísticas transpostas para seus outros escritos narrativos em prosa.

Como jornalista de estilo elegante, engraçado e irônico, Machado sintoniza com a linha ideológica do periódico no qual escreve sintonizando-se com o leitor que lhe devota os sentidos.

O cronista desvela na política: “O lado caricatural dos chavões e frases que afligiam os políticos, oradores, e jornalistas partidários, encontra, mais de uma vez, em Machado de Assis o lúcido e divertido retratista” (FAORO, 1976, p. 163).

A solicitação das respostas por escrito à pergunta “o que é política?”, manifestam o desejo do entrevistador da fixação daquelas idéias. Gadamer (2002, p. 570) propõe: “Mas somente a tradição escrita pode ir mais além da mera permanência de resíduos de uma vida passada, a partir dos quais é possível à existência reconstruir outra existência”. Através das proposições sobre política para as pessoas do século XIX podemos atualizar as idéias agregando as opiniões e os conceitos da contemporaneidade.

A consulta ‘o que é política?’ Serviu para deixar o perquiridor embasbacado, pois o teor das respostas não atingiu o seu objetivo.

Dessa forma, a análise da crônica machadiana vai ao encontro dos pressupostos teóricos preconizados por Gadamer, Thompson e Ricoeur na avaliação específica de temas variados.

---

<sup>25</sup> Expressão de GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2000, p. 29. relativa ao contexto narrativo das crônicas de Machado de Assis.

## 5 CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE: REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS

O poeta e cronista, Carlos Drummond de Andrade, nasceu em 31 de outubro de 1902, em Itabira do Mato Dentro, Minas Gerais, e seus pais foram Carlos de Paula Andrade e Julieta Augusta Drummond de Andrade.

Carlos Drummond nasceu no período em que D. Julieta Augusta Drummond de Andrade havia perdido quatro de seus filhos, e estavam vivos Flaviano, Rosa, Altivo e José. Há um poema da série Boitempo no qual o autor retrata a morte de um irmão: “Por que morreu aquele irmão/que há pouco brincava no quarto?”

A leitura da história de Robinson Crusó impactou o menino Drummond e era o café com leite da formação literária infantil da sua época.

Drummond, no ano da graça de 1912, escreveu uma redação escolar no terceiro ano primário sobre uma viagem ao Pólo Norte, que lhe rendeu aprovação da professora e a sensação física do “rosto ardendo”.

Através da amizade e da influência da sufragista Ninita Castilho, Drummond passou a ler as revistas Careta e Fon-Fon!, que vinham do Rio de Janeiro.

Carlos Drummond conheceu também o pedreiro e construtor Alfredo Duval, que era uma espécie de intelectual orgânico dos trabalhadores manuais e dos escravos libertos. Duval era uma pessoa criativa, que mesmo sendo anticlerical e amigo do padre, simultaneamente, esculpiu uma imagem do Senhor Morto para a procissão da Semana Santa em Itabira. Na convivência com Duval, Drummond tomava emprestado fascículos de Alexandre Dumas e as histórias de Nick Carter, um detetive nova-iorquino, realizava ainda uma ruptura com o mundo da sua origem, mesclando a “nata de Itabira” com a vida do santeiro, seu pai cultural mulato.

Aos dez anos cursando o primário em Itabira, Carlos Drummond solicitou ao pai a aquisição da Biblioteca Internacional de Obras Célebres, uma compilação confiável da cultura humana. Houve então disputa com o irmão José, que se intitulava possuidor da metade dos vinte e quatro volumes da coleção.

A partir das influências da leitura da Biblioteca Internacional de Obras Célebres, Carlos Drummond, mesmo com seu perfil reservado e tímido, aos treze anos resolveu procurar seus pares no Grêmio Dramático e Literário Artur de Azevedo de Itabira. O estatuto da academia sofreu uma alteração para admitir Drummond, pois a idade mínima permitida era dezoito anos. Na solenidade formal



de posse Carlos Drummond proferiu um discurso sobre o descobrimento da América tendo o Sr. Carlos de Paula Andrade, seu pai, na platéia.

Em 1915, o adolescente Carlos Drummond tornou-se caixeiro no armazém de Randolfo Martins da Costa, maior comerciante de Itabira, agregando ao trabalho o objetivo de conversar com os fregueses sobre a Primeira Guerra Mundial, sem receber pagamento pelo trabalho, ganhou apenas um corte de casimira do patrão.

No ano letivo de 1916, Drummond inaugurava uma nova etapa em sua vida, seria aluno interno do Colégio Arnaldo de Belo Horizonte, estudando na primeira série do colegial.

Foi no período do Colégio Arnaldo de Belo Horizonte que Carlos Drummond encontrou na adolescência Gustavo Capanema e Afonso Arinos de Mello Franco, anos depois se tornaram grandes amigos.

Drummond retorna à casa dos pais para tratar de sua saúde, seguindo logo após no ano de 1918 para o Colégio Anchieta, em Friburgo, no Rio de Janeiro. Neste Colégio haviam estudado Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Rui Barbosa. Drummond pressentiu uma espécie de elixir da inteligência entre os jesuítas seguidores de Inácio de Loyola. Ele acreditava que se tornaria padre, mas foi expulso por “insubordinação mental”.

Com a mudança da família para Belo Horizonte, em 1920, Carlos Drummond sentiu-se livre aos 17 anos, e iniciou a publicação de artigos nas primeiras páginas do jornaleco da praça da Estação, pelos quais o autor recebia ínfimos valores. A atividade de Drummond nesse período era envolver-se com a literatura e namorar, segundo ele “o seu programa de vida era não ter nenhum programa”.

No final de 1921, Drummond conheceu Dolores, no Cine Odeon, local onde era permitida a aproximação entre moças e rapazes na época. O namoro e o noivado de Carlos Drummond e Dolores não era nada convencional, pois Drummond possuía muitas amizades femininas paralelas ao seu romance, embora o noivo fosse bastante tradicional no seu relacionamento com Dolores.

Em 1922, Carlos Drummond foi apresentado a Pedro Nava, e aproximou-se também do grupo de artistas, escritores e músicos da Semana de Arte Moderna.

A colaboração e aproximação de Drummond com Álvaro Moreyra na revista Para Todos, no Rio de Janeiro, aconteceu em 1923.

Carlos Drummond e alguns comparsas em abril de 1924 reuniram-se no Grande Hotel, na rua Bahia, em Belo Horizonte para conhecer um grupo de

intelectuais paulistas. No grupo estavam Oswald de Andrade e Mário de Andrade, este último estabelece com Drummond uma intensa correspondência, algumas cartas estão publicadas no livro 'A lição do amigo'.

Mário de Andrade argumentava para Drummond a importância do nacionalismo, enquanto Drummond afirmava: "Pessoalmente acho lastimável essa história de nascer entre paisagens incultas e sob céus pouco civilizados. Acho o Brasil infecto [...]". Mário foi também o primeiro leitor do poema "No meio do caminho" de Drummond, qualificando-o de formidável.

Drummond ingressou no curso de Farmácia, da recém criada Escola de Farmácia em Belo Horizonte, mas não se envolveu com a química dos elementos ou com o laboratório, embora fosse assíduo às aulas. Drummond afastou-se do curso de Farmácia por uma semana preparando-se para o casamento com Dolores, fato que surpreendeu aos seus colegas de curso. Como Carlos Drummond era estudante, o casal viveu um período com auxílio dos pais, que lhes forneciam mesada e domicílio.

Em janeiro de 1926, Drummond visita o poeta Ribeiro Couto, em Pouso Alto. Ribeiro Couto após a visita escreveu o poema: "A visita de Carlos Drummond de Andrade".

No mês de março de 1927, Dolores deu a luz a um menino, Carlos Flávio, e Drummond tornou-se pai pela primeira vez. Porém o menino morreu meia hora após o nascimento de asfixia pelo cordão umbilical. No ano seguinte, 1928 em março, nasceu Maria Julieta.

Neste mesmo ano, em julho, a Revista Antropofagia publicou o poema: "No meio do caminho", que segundo o autor dividiu o país 'em duas categorias mentais'.

Trabalhando na Secretaria de Educação Drummond foi diretor da Revista do Ensino, e paralelamente acumulou função no Diário de Minas e na revista Brazil-Central.

"Alguma poesia" saiu da gráfica em 30 de abril de 1930, quinhentos exemplares distribuídos entre os amigos de Drummond e as livrarias.

No começo de 1931, Drummond trabalhou como oficial de gabinete de Capanema. Gustavo Capanema em 1934, ministro da Educação e Saúde, convidou Carlos Drummond para a chefia de seu gabinete, no Rio de Janeiro.

Quando o Brasil entrou na II Guerra Mundial, Carlos Drummond dividia-se entre acompanhar as informações da guerra através do rádio e escrevia poemas como: “Telegrama de Moscou”, “Carta a Stalingrado” ou “Mas viveremos”.

Drummond dedicou-se também a tradução de *Les liaisons dangereuses* (As ligações perigosas), de Laclos e alguns volumes da *Recherche*, de Proust.

Carlos Drummond organizou em uma ocasião na década de 50 uma lista dos dez grandes romances da história da literatura, e destacou: As ligações perigosas, de Laclos; A Cartuxa de Parma, de Stendhal; A educação sentimental, de Flaubert; Em busca do tempo perdido, de Proust; Os moedeiros falsos, de Gide; David Copperfield, de Dickens; Tom Jones, de Fielding; Ulisses, de James Joyce; Guerra e paz, de Tolstói; Dom Quixote, de Cervantes.

Drummond participou como editor da Tribuna Popular (jornal) a convite de Luís Carlos Prestes, ele abraçou a função com entusiasmo e disposição para a militância, embora a atividade não fosse remunerada.

Para o II Congresso de Escritores, em Belo Horizonte, Drummond articulou um grupo de mineiros dispostos a impedir o desenvolvimento sectário de debates.

Ao aproximar-se dos seus cinquenta anos, Drummond admitiu que se tornou escritor por: “certa maneira especial de ver as coisas, mas pela impossibilidade de poder vê-las de uma outra maneira”.

Claro Enigma, publicado em dezembro de 1951, sofreu severa crítica de Nelson Rodrigues, enquanto isso Drummond ganha popularidade de outras formas, tendo o poema “José” citado em uma sessão do tribunal, entre outras manifestações de apreço.

Mário Faustino, jovem crítico e poeta, no Jornal do Brasil na página Poesia e Experiência, na década de 50, falou da poesia de Carlos Drummond de Andrade como se estivesse desenvolvendo uma peça jurídica. Disse então: O Sr. Carlos Drummond de Andrade só age poeticamente através dos livros que publica. Não escreve a sério sobre poesia. Não faz crítica séria de livros de poesia. Ao que sabemos, não discute a sério poesia, nem oralmente nem por escrito. Cala-se. Não manifesta grande interesse pelo progresso da poesia [...]”. E Drummond concluiu: “Esses rapazes estão cuidando da sobrevivência antes de terem vivido”. E ficou aborrecido de verdade.

Mas Drummond seguiu pela linha do humor e desenhou croquis satíricos, caricaturais nos quais o alvo era a página de Mário Faustino.

Em abril de 1962, Drummond lançou “Lição de Coisas” com poemas de uma eficácia incomum, poesia de ânimo participante e pacifista. Ele era um poeta forte influenciando seus contemporâneos.

Drummond, como intelectual antenadíssimo, era assíduo freqüentador de cinema, no Posto 6, em Copacabana, aficionado de Chaplin.

Em visita a sua filha Maria Julieta em Buenos Aires, no final de 1963, Drummond declinou o convite para um encontro com Jorge Luis Borges.

No início de 1968, Carlos Drummond estava em destaque na primeira página do novo Caderno 2 do Correio da Manhã, ele entre uma constelação de colaboradores: Mário Pedrosa, Paulo Francis, José Lino Grunewald, Augusto de Campos, Salvyano Cavalcanti de Paiva.

A Editora Sabiá publicou, em dezembro de 1968, Boitempo recheado de poemas sobre a infância de Drummond, o tumulto dos clãs, Itabira e suas instituições políticas, religiosas e econômicas.

Depois de 28 anos de trabalho, em outubro de 1969 Drummond deixou o Correio da Manhã, no qual foi colaborador e redator.

Plinio Doyle organizava encontro de intelectuais em sua biblioteca chamados ‘os *sabadoyles*’, pois como as sabatinas, os encontros aconteciam aos sábados. Em 1972 os *sabadoyles* passaram a ser formalizados em ata.

Drummond foi laureado por duas vezes em 1975, uma premiação pela Fundação Cultural do Distrito Federal e outra o Prêmio Walmap. O Prêmio Brasília da Fundação Cultural foi preterido por Drummond, que recebeu apenas o Walmap no valor de 44 mil cruzeiros.

A sofisticada e lendária revista New Yorker publicou em 1976 poemas de Carlos Drummond, esta publicação era resultado de êxito em termos de acolhida da obra do autor.

Sob a inspiração de uma amiga de Belo Horizonte, a escritora Elza Beatriz, Carlos Drummond escreveu no Jornal do Brasil um longo poema sobre a desfiguração de Belo Horizonte, seu título era: “Triste horizonte”.

Carlos Drummond aos oitenta anos acompanhado da filha Maria Julieta concedeu uma entrevista a Leda Nagle, da Rede Globo. A entrevista foi apresentada no programa Fantástico.

Drummond ganhou o Troféu Juca Pato em março de 1983, mas recusou-o alegando cansaço físico e intelectual, pois não havia publicado nada relevante no período.

Após um tratamento de saúde e a mudança da Editora José Olympio para a Editora Record, Drummond concedeu entrevista a Roberto D'Ávila, no programa Conexão Internacional, da Manchete. Drummond respondeu com prontidão aos temas sugeridos por Roberto D'Ávila.

No Carnaval de 1987, a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira foi vitoriosa com o enredo “No reino das palavras” homenagem que Drummond acompanhou pela televisão, sem grande entusiasmo.

O estado de saúde de Maria Julieta se agravou no mês de maio, e em 5 de agosto de 1987 ela faleceu. Drummond não suportou a morte da filha e faleceu a 17 de agosto de 1987 por insuficiência respiratória provocada por um infarto.

## 5.1 CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE: CRONISTA

As publicações de Carlos Drummond no jornaleco da praça da Estação, em Belo Horizonte, foram a porta de entrada para o autor no gênero crônica.

Drummond escreveu seus textos como observador, como crítico e cronista polêmico expressando sua opinião sobre uma diversidade de temáticas.

O autor procurou preservar-se utilizando pseudônimos e, através desses sujeitos comuns, expôs suas denúncias com a maior tranquilidade.

Para Rita de Cássia Barbosa (1985, p.118) há uma cumplicidade entre Carlos Drummond de Andrade e os personagens de sua trajetória jornalística. O objetivo dos pseudônimos era na verdade: “caçoar de si e se posicionar como alguém habituado ao confinamento da terra natal”.

Em seu circuito do Diário de Minas até o Jornal do Brasil entre outros periódicos Drummond foi difundido e admirado em diversos pontos do país.

A produção das crônicas de Drummond para o Jornal do Brasil estendeu-se até setembro de 1984.

O vínculo construído com o público por meio das páginas do jornal influenciou de maneira favorável o reconhecimento do poeta.

O autor creditou sua receptividade ao colocar-se em igualdade com o leitor, praticando uma empatia e uma solidariedade peculiares.

Segundo Regina Souza Vieira (2002, p. 76), a crônica de Drummond ultrapassava os seus propósitos iniciais por que: “servindo-se do espaço de que dispunha no jornal para atizar denúncias, despertar atenções e, quem sabe, tentar remediar, a seu modo, as incorreções sociais e políticas”.

Drummond despertou atenção dos leitores, pois sua voz era a dos demais cidadãos, participando com suas venturas e desventuras nas problemáticas do país. Outras características de suas crônicas eram atitudes descompromissadas e despretensiosas buscando aproximação com todos e com cada um.

Para Drummond a crônica deveria retirar o leitor da seriedade e das tragédias contidas nas páginas do jornal, pretendia então discutir os problemas com certo ar de graça que levava a distrair o leitor, e a torná-lo cúmplice da intenção jocosa do cronista.

O cronista mineiro reconheceu a minoridade do gênero, tratando os acontecimentos do tempo presente, no qual também estava inserido.

Drummond procurou no contexto de sua crônica limitada ao espaço físico no qual ele residiu e conheceu tornar-se “uma espécie de juiz que se elevava às pessoas e situações” conclamando os leitores a preocupações novas.

Barbosa (1985, p. 121) argumenta que, através da crônica, o autor realizou o exercício de manipulação do cotidiano.

A passagem das crônicas de Drummond dos jornais para os livros possibilitou a perenidade das mesmas, imprimindo assim no simples veículo de informação o caráter literário.

## 5.2 CARLOS DRUMMOND: POETA

Drummond se inicia na poesia no ano de 1930 com a publicação de *Alguma Poesia*. O próprio autor reconheceu uma reviravolta na sua produção poética, que está evidenciada na obra *Sentimento do Mundo* (1940).

A *Rosa do Povo* (1945) surgiu como resultado do engajamento político de Drummond à esquerda que se acentuou com o correr dos anos. Depois uma nova

mudança na trajetória de Carlos Drummond está assinalada por *Claro Enigma* (1951) que evoca um período de desilusão ideológica.

Em *Lição de Coisas* (1962) há uma mescla de desilusão política com pesquisa estética que caracterizam a opção de Drummond para os livros seguintes.

*Boitempo* é uma obra memorialista formada por três livros recordando o “menino antigo”.

Carlos Drummond em seus poemas sobre os grandes acontecimentos imprime ao texto um tom de galhofa e de auto-análise. Essa auto-análise revela a vivência do cidadão brasileiro e do intelectual cosmopolita em tempos trágicos, dramáticos, nostálgicos, pessimistas ou alegres. A textura de suas sucessivas coletâneas contém a experiência privada e os fatos públicos nacionais e internacionais.

Drummond, a exemplo de Machado de Assis, está a dizer ao leitor que a confiança, que exala de seus textos não é um modo subjetivo de expressão, mas um modo de reconciliação humana através da palavra poética. Em síntese a confiança é “a perene insuspeitada alegria/de conviver”.

A solidão do poeta, tema desenvolvido à exaustão, nos poemas de Carlos Drummond, não tem como objetivo afastá-lo do convívio com os mortais. O jovem Drummond escrevendo sobre a poesia de Varela revelou que no aglomerado das grandes metrópoles o homem pode ser assaltado por uma terrível solidão. Na poesia de Drummond, encontra-se o mito das origens, as ansiedades do homem e a busca pelo poeta da expressão poética.

Para aproximar-se do leitor a poesia de Drummond trata “o quase nada e o quase tudo da história cotidiana”, descartando a perspectiva do herói. O poeta procura também se mostrar na condição do homem comum, qualquer José. A poesia de Drummond tematiza com insistência e sabedoria a vida provinciana de Itabira oferecida de maneira cosmopolita, sugerindo a impressão de que o poeta é um homem do mundo.

A situação ambivalente “pé na província e imaginação no mundo”, resulta então em uma dupla inserção do poeta na realidade.

Na poesia de Drummond, há também a ocorrência do binômio ser/ver. Enquanto ser está para os lugares, ver está para o mundo e os homens. Mas ver não é somente apreciar, há uma maneira de ver na qual a palavra ganha densidade.

A opção pelo “tempo presente e a vida presente” se evidencia em alguns versos do poeta, bem como a incomunicabilidade entre os seres humanos, principalmente, nas relações familiares.

As lembranças de Minas Gerais na poesia de Carlos Drummond de Andrade acontecem por um processo de negação, do pai como transmissor da cultura e da família como determinante da situação sócio-econômica do indivíduo na sociedade.

Na década de 50, Drummond e João Cabral de Melo Neto desenvolveram, através de seus textos, uma acirrada luta político-social, que revelou a condição subdesenvolvida do Brasil e a injustiça do mundo. Enquanto a visão de Cabral restringe-se ao Nordeste, a visão de Drummond tem sua “nascente” no mundo mineiro, que se irradia com o sentimento do mundo.

Drummond possui um olhar que acompanha a história desenhada no século XX como um todo.

As metáforas da noite para a tragédia universal que advém da guerra na Europa e da aurora que aponta para uma nova ordem mundial, anunciando a utopia estão evidentes no texto poético de Drummond. Há um anseio do autor por um mundo melhor que se desenvolve através da “leitura interpretativa, impiedosa e empenhada do fato histórico e político”.

No prefácio para Confissões de Minas, Drummond conclama os poetas cristãos seus companheiros para enxergar a possibilidade da transformação das engrenagens assassinas do mundo contemporâneo em um devir utópico.

Boitempo I, II e III são um conjunto de poemas que se voltam com simpatia e carinho sobre o passado itabirano. Aqui ocorre o olhar que se interioriza, abandona a vastidão geográfica do planeta e se detém nas dimensões acanhadas da cidade que o viu nascer.

Carlos Drummond de Andrade ultrapassou sua vida e transcendeu seu tempo, e revelou seu verdadeiro ser para a eternidade.



### 5.3 MÉTODO HERMENÊUTICO DE LEITURA DAS CRÔNICAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Fundamentaremos esse estudo da crônica de Carlos Drummond de Andrade em Paul Ricoeur (1989, p. 141), que se apóia na concepção de Dilthey para explicitar duas atitudes diante do texto: “explicar” e “interpretar”. A leitura hermenêutica da crônica é um exercício de reflexão sobre o texto e para Dilthey a explicação é o modelo de inteligibilidade recebido das ciências da natureza e alargado às ciências históricas, enquanto a interpretação é uma forma derivada da compreensão, na qual se vê a atitude fundamental das ciências do espírito. Dilthey propõe duas atitudes na relação com o texto: que se explique à maneira do sábio naturalista, ou se interprete à maneira do historiador. O teórico reconhece uma estreita complementaridade e reciprocidade entre explicação e interpretação.

Cabe, por isso, destacar o argumento de Ricoeur (1989, p. 143): “O texto produz, assim, uma dupla ocultação do leitor e do escritor; é deste modo que ele toma o lugar da relação de diálogo que liga, imediatamente, a voz de um ao ouvido do outro”.

No diálogo da voz do autor com o ouvido do leitor ocorre “uma profunda reviravolta” na relação leitor/autor, relação singular com o autor na obra e pela sua obra. Há também a complexidade da leitura do autor vivo ou do autor morto, pois quando o autor está morto a leitura se dá em plenitude porque o mesmo já não responde as perquirições do leitor.

Ricoeur (1989, p. 200) recomenda-nos também que: “O problema da compreensão exata já não pode ser resolvido por simples retorno à alegada intenção do autor”.

Propõe o autor um exercício de exploração da pluralidade das “camadas de significação” do texto. Sabemos também, conforme Ricoeur, que a explicação e a compreensão acontecem em dois estágios diferentes de um único “arco hermenêutico”<sup>26</sup>. Na escuta do texto se dá: “uma afinidade específica entre o leitor e a espécie da coisa de que fala o texto” (RICOEUR, 1989, p. 208). Esta “espécie da

---

<sup>26</sup> Arco hermenêutico: para Ricoeur é o trabalho dialético sobre o texto que compreende dois momentos: explicação e compreensão. O arco hermenêutico marca assim, a relação dialética entre o momento objetivo da explicação e aquele da compreensão.

coisa de que fala o texto” se expressa na semântica profunda que o texto evidencia, portanto Ricoeur sinaliza que devemos destacar o que está diante do texto, mas não algo escondido no texto. Assim a compreensão do texto propõe “um mundo possível” e como “mundo possível” temos a transposição para mundos que as referências textuais apontam.

Outra categoria relevante na compreensão e na explicação do texto é a semântica profunda que consiste não no que o autor quis dizer, mas aquilo de que trata o texto. Então da compreensão temos: “A compreensão tem, menos que nunca, a ver com o autor e a situação. Compreender um texto é seguir seu movimento do sentido para a referência, daquilo que ele diz para aquilo de que fala” (RICOEUR, 1989, p. 209).

A compreensão aqui será vinculada à semântica profunda, que não se apóia na apreensão intuitiva da intenção subjacente ao texto, mas está baseada na concepção do sentido do texto como um novo modo de ver as coisas. A compreensão confere ao texto o poder de desenvolver um mundo.

John B. Thompson (2002, p. 362) nos traz uma contribuição para a leitura hermenêutica da crônica quando afirma:

Por isso “explanção” e “interpretação” não devem ser vistas, como são muitas vezes como termos mutuamente exclusivos ou radicalmente antitéticos; antes, podem ser tratados como momentos complementares dentro de uma teoria compreensiva interpretativa.

A leitura então se dá no sentido de explorar a obra do autor através de uma reflexão em profundidade, motivo pelo qual a concepção de Thompson discorda em parte do entendimento de Ricoeur sobre hermenêutica de profundidade, porque Thompson valoriza as condições sócio-históricas e Ricoeur, ao contrário, atribui ênfase à autonomia semântica do texto.

Thompson apresenta-nos para o entendimento da hermenêutica de profundidade três fases ou procedimentos que são: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e a interpretação/re-interpretação. A análise sócio-histórica tem como objetivo reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, a reconstrução do ambiente e dos locais específicos e especiais que são fundamentais na análise sócio-histórica. A análise formal ou discursiva procura ocupar-se do sentido de uma mensagem, como o

sentido é construído e transmitido, as formas cotidianas do discurso também são parte dessa análise. A interpretação/re-interpretação implica um movimento novo de pensamento, ocorre por síntese, por construção criativa de possíveis significados. A construção criativa do significado é uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito.

Hans-Georg Gadamer (2002, p. 262) constrói com propriedade alguns questionamentos sobre a compreensão do texto comparando a literatura com a música:

Será que o sentido de todo o texto se realiza somente em sua recepção por quem o compreende? Será que compreender faz parte do acontecer de sentido de um texto - tal qual faz parte da música o fazer com que se torne audível? Gadamer afirma ainda que a compreensão dos textos resulta na “retransformação do rastro do sentido morto, em sentido vivo.

Assim o autor posiciona-se sobre a compreensão nos seguintes termos: “Compreender o que alguém diz, é como já vimos, pôr-se de acordo sobre a coisa, não se deslocar para dentro do outro e reproduzir suas vivências” (GADAMER, 2002, p. 559). A compreensão para Gadamer acontece somente em torno do texto escrito, não importando as vivências do autor.

Na aplicação teórica-prática na crônica de Carlos Drummond de Andrade temos a relação entre a voz do autor e o ouvido do leitor na seguinte passagem:

Já estamos no dia 9 e ainda não me convenci de que este é o mês de maio, tão celebrado nas memórias que guardo do tempo da infância. Faço um esforço generoso para sentir, no ar, o cheiro do incenso, misturado a um outro cheiro que não sei bem se será de flores cristãs ou de pensamentos cristãos - ambos suavíssimos. Procuro ouvir os sinos que na tarde pura, sem o pecado de uma nuvem, chamavam as devotas de xale preto, os homens simples e graves, as crianças ambiciosas de cartuchos de amêndoas - para a festa da coroação.

O cronista transmite na sua voz as sensações do mês mariano (maio) para deleite dos ouvidos do leitor.

Observamos as “camadas de significação” do texto no seguinte fragmento:

Já perceberam que eu desenvolvi aqui a filosofia surradíssima do “Eclesiastes”: tudo é vaidade, tudo passa, nada vale nada. A vida e os seus programas foram organizados com muita antecedência e mediocridade. Há um minuto para dançar e outro minuto para ficar quieto. Os que são coxos,

como Lord Byron, podem trocar a dança pela equitação, por exemplo. O que não é possível nem razoável é bisar eternamente o tango que sabíamos curto, ou dançar disfarçado, como fazem alguns pares incorrigíveis.

O fragmento trata da dança, mas a própria vida em termos figurativos faz com que o homem dê passos de tango e outros ritmos, e vá reduzindo tudo ao niilismo (nada vale nada).

A compreensão confere ao texto poder de desenvolver um mundo. E Drummond desenvolve uma proposição de mundo no seguinte texto:

Que teriam elas ido procurar, na sombra e entre os sinos das velhas cidades mineiras, cujo orgulho maior são as festas magníficas da Semana Santa? Não sou dado a pesquisas psicológicas, mas parece que o gosto do pitoresco - do pitoresco até no misticismo - há de ter influído nessa evasão que não foi um fenômeno isolado, caso de duas ou três garotas da Capital, mas bastante generalizado para preocupar um cronista grave e mundano.

O cronista mundano interroga sobre a atitude incomum das jovens que preferiram o recolhimento na Semana Santa no interior de Minas Gerais. Percebemos que o autor não pretende uma análise psicológica das jovens, mas as próprias jovens distinguem-se das demais porque optaram pela reflexão religiosa, descartando os bolos de Páscoa e os bailes de Mi-Carême”.

Assim a compreensão do texto propõe “um mundo possível” e como “mundo possível” temos a transposição para mundos que as referências textuais apontam como, por exemplo:

Nunca poderei compreender porque é proibido fumar nos três primeiros bancos. Por que nos três primeiros bancos? A humanidade que se senta neles não é mais ilustre que a outra que se acomoda nos demais bancos. Portanto, não tem direitos especiais a não ser incomodada com a fumaça dos maus cigarros.

O autor prevê a possibilidade de um novo mundo, uma nova forma de convivência permeada pelo respeito mútuo, expressa também uma crítica contra os fumantes.

Na perspectiva da análise sócio-histórica de Thompson, que reconstrói as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, selecionamos o texto que segue:

Habitantes da Cachoeirinha protestam contra as serenatas que o amor infeliz realiza ali todas as noites. A Cachoeirinha moderniza-se. Antigamente, eram os bairros aristocráticos que se queixavam dessa praga noturna, resíduo de velhos costumes sertanejos atuando na alma nova da cidade. Hoje são os bairros remotos, onde o traço urbano se confunde com a linha rural, que já não suportam os ais do amor não retribuído, os suspiros da ausência, os queixumes da ingratidão.

O cronista caracterizou e demonstrou as duas situações onde ocorrem as serenatas do ‘amor infeliz’, contrapondo o antigamente e o hoje com os traços que singularizam cada momento.

Para concluir destacamos uma inferência de Regina Souza Vieira (2002, p. 107):

A expectativa maior do cronista é, sem dúvida, atender ao leitor, esperando dele a aprovação ou a acusação contra os erros cometidos a fim de agradar ou, no mínimo, ir ao encontro daquilo que estava sendo pensado por quem o lê

#### 5.4 INTRODUÇÃO À ANÁLISE DAS CRÔNICAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Sobre as crônicas escritas por Carlos Drummond de Andrade sob o pseudônimo de Antônio Crispim<sup>27</sup> e Barba Azul<sup>28</sup> as considerações críticas de Rita de Cássia Barbosa (1985, p. 117) justificam a relevância da escolha dos textos publicados pelo cronista, na década de 30, no século XX. Conforme a autora, apenas uma crônica foi grafada com a assinatura de Carlos Drummond de Andrade, quando da apreciação de um texto de autoria de Manuel Bandeira, que se intitula “Libertinagem”.

Um argumento do próprio Drummond sobre Antônio Crispim revela-nos sua proposta:

<sup>27</sup> Crispim: Personagem da *commedia dell'arte* e da antiga comédia francesa, que representava o criado irrequieto, pretensioso, velhaco e bajulador. Vestia-se geralmente de negro, e usava espadim e botas.

<sup>28</sup> Barba Azul: personagem de um conto de Perrault que assassinava as esposas, exceto a que descobriu seu estratagema.

Antônio Crispim foi, voluntariamente, um pseudônimo banal. Gosto de disfarces assim, que criam uma forma de familiaridade com o leitor. Antônio Crispim é um sujeito igual aos outros, sem pretensões de destacar-se. Acho isso simpático. Eu precisava de um nome qualquer para assinar minhas crônicas no Minas Gerais, o diário oficial do Estado, para onde me transferi, deixando o Diário. Levei comigo o pseudônimo que já usava nesse. O jornal oficial, mais grave, permitia menos brincadeiras literárias e o tipo de crônica nele praticado por mim já era uma concessão benévola de um diretor generoso, Abílio Machado, seguido depois por Mário Casassanta, outro intelectual de espírito tolerante<sup>29</sup>.

Drummond realizou, através de pseudônimo, o que Barbosa (1985, p. 119) qualificou como: ‘jogo imbricado entre disfarce e personagem’ compondo assim suas crônicas, mas houve referências/dados que permeiam os textos e apontam para o próprio Drummond e passam ao largo do pacato Crispim. Como, por exemplo: cerimônias litúrgicas em Oberammergau<sup>30</sup> na Semana Santa, traços de erudição livresca, correspondência amigável com Raul Pederneiras, conhecimento da língua francesa e referência ao crítico e pintor André Lhote entre outras.

Antônio Crispim, enquanto personagem, confere ao cronista possibilidades de visão dos acontecimentos circunstanciais, retratando o cotidiano mineiro através do flerte, do *footing*, do chá dançante, do discurso, do concurso de *misses*, do clube de sociedade e do bonde operário, expressando-se em forma de tripé ao emitir opiniões do eu escritor (ele próprio), do cronista grave ou ainda mundano.

Pólvora (1975, p. 54) acrescenta que Drummond, em suas crônicas, agrega “acontecimentos que fazem o noticiário da cidade, do país e do mundo”, detalhando a importância da linguagem:

O vocabulário renovado, as inflexões que imprime à linguagem oral e às gírias, o esforço de acompanhar os fatos, surpreendendo-os às vezes em condições de ineditismo, são exteriorizações de uma forma única de pensar e de sentir que, de passagem, colhe o cronista à espreita e o transporta.

Barba Azul revela, em suas crônicas, algumas ambigüidades e contradições. Promete logo no primeiro texto, quase um fragmento de crônica, intitulado “Um minuto”, datado em 08-09 de junho de 1931, o que segue: a seção falará de moda,

<sup>29</sup> Fragmento de entrevista, escrita e assinada, que Carlos Drummond de Andrade concedeu a professora Rita de Cássia Barbosa, no Rio de Janeiro, a 14 de fevereiro de 1981.

<sup>30</sup> Comunidade da Alemanha (Baviera) nos Pré-Alpes bávaros, na qual se realizam famosas apresentações teatrais da paixão de Cristo, de dez em dez anos e tem como figurantes os habitantes da cidade em obediência a uma promessa feita em 1634 pelos seus antepassados, por ocasião de uma peste.

de sentimentos que passam com ela, de atrizes bonitas de cinema, de poetas que não usam entorpecentes e mil outros assuntos terrestres.

Propõe ainda que a seção seria curta como a vida e teria como senha a frivolidade. Outra característica da seção apontada pelo cronista não apresentaria as complicações da vida que eram na opinião dele: o telefone não-automático, o calo pisado na rua, o amor pisado no coração, a falta de horário, os telegramas cifrados, entre outras.

As crônicas selecionadas para a análise são dez escolhidas como um panorama do Brasil mineiro da década de 30.

O cronista movimenta-se entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte descrevendo e comparando as duas capitais em algumas crônicas. Finalizando com as impressões do próprio Drummond<sup>31</sup> sobre jornalismo e literatura:

O jornalismo é uma forma de literatura. Eu, pelo menos, convivi - e mil escritores conviveram - com uma forma de jornalismo que me parece muito afeiçoada à criação literária: a crônica. A meu ver, o cronista tem de ser bom escritor. Se não for um escritor, não sabe dominar a língua, não sabe encontrar os efeitos graciosos que a palavra pode oferecer. Vai ser, então, um mero jornalista sem qualificação. O jornalista que realmente se dedica à crônica é necessariamente um escritor. O exemplo mais glorioso que posso indicar é o de Machado de Assis. Ele brincava com as palavras. Tinha reflexão profunda das coisas, o comentário correto, lúcido e original [...]. Era um homem sisudo, sério, bem-comportado, burguês, e não era dado a molecagens. Entretanto, quando cronista, ele virava o diabo dando cambalhotas.

## 5.5 EXERCÍCIO DE ANÁLISE DAS CRÔNICAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

### 5.5.1 Elas voltaram

A crônica “Elas voltaram”, publicada no “Minas Gerais”, em 21-22 de abril de 1930 (p. 6) nos dá a possibilidade de uma reflexão sobre a sociedade mineira no

---

<sup>31</sup> Fragmento da última entrevista de Carlos Drummond de Andrade concedida ao repórter Geneton Moraes Neto.

aspecto dos hábitos religiosos no período entre o Domingo de Ramos e o Domingo da Ressurreição.

O pronome pessoal “elas” foi a expressão utilizada pelo cronista para representar as jovens que passaram a Semana Santa nas cidades históricas mineiras de Ouro Preto, Mariana e São João del-Rei, entre “outros abismos da história mineira”.<sup>32</sup> O autor atribuiu à beleza das tais jovens o colorido de uma das principais ruas e avenidas dessas cidades.

Através deste intróito, aproximamos o conceito de ideologia na perspectiva de Paul Ricoeur (1989, p. 374): a ideologia como ligação entre o mundo das representações e o mundo da vida real, a *práxis*, resultando uma imagem invertida da realidade.

O deslocamento das jovens da capital mineira para o interior das cidades históricas simboliza também a atitude de recolhimento característica das convicções impregnadas na memória coletiva, ou ainda, as jovens estavam reproduzindo em seu comportamento “tradições históricas” e a gama complexa de significados e valores que são passados de “geração a geração” na expressão de John B. Thompson (2002, p. 360-361), que se perpetua em forma de resíduos simbólicos. O autor reconhece a historicidade da experiência humana, na qual a condição do indivíduo não é apenas espectador ou observador, mas uma nova situação que o remete ao que veio antes.

O cronista descortina, através de instantâneos, a capital mineira em evolução, e mais uma vez se refere às figuras femininas responsáveis pela elegância de Belo Horizonte.

Ao tratar de um evento “de um mundo passado”, na concepção de Hans-Georg Gadamer (2002, p. 568), o cronista “torna presente toda uma humanidade passada”, inclusive a encenação da Paixão de Cristo na Baviera, imprimindo um elo de universalidade ao seu texto e acrescentando uma apreciação pessoal do comportamento social dominante.

Conforme Sant’Anna (1977), o autor trouxe para a narrativa a fórmula província versus metrópole, evidenciando o contraste dos dois espaços distintos: a capital de Minas e as cidades históricas do interior. Contrapondo os dois espaços, através de suas características, ou seja, o burburinho da capital em oposição à

---

<sup>32</sup> Expressão do cronista.



tranqüilidade e o sossego das cidades históricas e outros abismos da história mineira.

O cronista narrou de forma poética a magia das cerimônias litúrgicas da Semana Santa mineira, principalmente, o comportamento na perspectiva feminina. Perquiriu sobre qual o motivo psicológico das jovens para a evasão mística nas cidades históricas, mesmo sondando não conseguiu resposta. Porém, manteve a admiração pelas jovens místicas, pois reconheceu que elas têm: o “saber de experiência feito”.

### 5.5.2 Teste

Retratando o ambiente da escola, confrontando-o com as mudanças realizadas sob a influência dos “senhores de nomes estranhos mais simpáticos”<sup>33</sup>, estabelece o cronista um paralelo entre dois mundos. Os dois mundos em questão relacionam-se à escola antes e depois das teorias do aprender a aprender de Dewey, entre outros autores clássicos do pensamento educacional. Descreve também o cronista como eram fisicamente as professoras nos dois diferentes períodos (antigo e atual), e reconhece com tom cético que: “A escola ficou interessantíssima”.

A escola dos autores clássicos do pensamento educacional já referido foi uma necessidade do panorama social do final do século XIX, que se acelerou com a Primeira Guerra Mundial.

No caso brasileiro, a guerra traz prosperidade e riqueza, porque a indústria produz para os países aliados.

O proletariado urbano formado por homens, mulheres e crianças exigiu um avanço para o sistema educacional, e então uma burguesia incipiente despontou.

As transformações da cena brasileira são pertinentes para análise da produção de Drummond conforme José Guilherme Merquior (1976, p. 48): “Ora o conteúdo sociológico do lirismo drummondiano é tanto mais rico pelo fato de sua

---

<sup>33</sup> Referência do cronista aos autores clássicos do pensamento educacional: Decroly, Kerchensteiner e Dewey.

aventura pessoal - o filho do fazendeiro tornado burocrata na grande cidade - coincidir com a evolução social do Brasil”.

Os vocábulos “antigamente” do parágrafo inicial, e “hoje” do segundo parágrafo confluem para a seguinte asserção de Ricoeur (1989, p. 260): “Uma origem, no sentido que o futuro e passado aparecem como horizontes projetados para frente e para trás de um presente, de um agora que não deixa de ser a forma persistente do hoje”.

A escola que trabalhou o teste com entusiasmo foi a mesma que afirma:

A escola que existe talvez tenha dificuldade de enxergar as suas contradições e os seus sintomas por conta das sombras que atrapalham a visão. Essas sombras se estendem sob os nossos pés de dentro da famosa caverna de Platão, caverna essa que, alegoricamente, mas não só, definiu parcela importante da sociedade ocidental cristã que nos encerra (BERNARDO, 2000, p. 155).

Talvez a brincadeira com a nova modalidade de avaliação escolar, o teste fosse uma mera recordação do difícil momento da expulsão de Drummond do colégio por insubordinação mental, e reforçado pela idéia que se subentende no texto de que os esforços empreendidos para renovar a escola nem sempre produzem o efeito esperado, vide as situações de teste descritas na crônica.

Pelas imagens táteis, visuais, olfativas, gustativas e térmicas, por exemplo, ele re-experimenta as experiências de ontem despertando no corpo-memória os muitos “eus” vividos, numa alquimia de imagens espácio-temporais (SANT’ANNA, 1977, p. 160).

Através da imagem da escola e da professora, o autor visitou novamente a escola que ele conheceu, e a escola renovada/transformada que tem os teóricos e o teste como diferenciais.

### **5.5.3 Minuto para dançar**

“Minuto para dançar” é uma crônica de Crispim, que relata um baile da Associação Universitária. Rita de Cássia Barbosa (1985, p. 134) argumenta qual o

objetivo do cronista: “Para quebrar a monotonia de uma vida, habitualmente sempre igual e vazia, Crispim salienta a importância do baile anual, descrevendo-o”.

No clima de camuflagem, o cronista “observa o espetáculo do mundo”<sup>34</sup>, e ainda confessa que, através do texto, vingam-se dos que compareceram ao evento. Produz um jogo entre as expressões: “A mão que faz notícias para vocês também se fatiga”; “sempre chega uma hora em que os pés dançarinos se cansam”.

Mas a atitude do cronista exprime, além da pitada de vingança, porque não foi ao baile e está trabalhando, certo ar de brincadeira com relação aos dançarinos.

Reconhece que quando “os pés cansados” do baile descansarem, “as mãos fatigadas” pela escrita também repousarão.

A alusão temporal faz parte do repertório do cronista desde a abertura do texto, bem como o emprego de frases de efeito, como, por exemplo: “Está escrito que aquele que nasceu para dançar dançará sempre”, entre outras.

Regina Souza Vieira (2002, p. 77) manifesta-se a respeito das crônicas de Drummond da seção “Sociais”, na década de 30:

[...] o autor tinha plena consciência de que a crônica devia quebrar a seriedade dos problemas, discutindo-os com um certo ar de graça que levava a distrair o leitor e a torná-lo cúmplice da intenção jocosa do cronista.

Na perspectiva de Thompson (2002, p.366), o baile reproduz um campo de interação, isto é, espaço de posições e um conjunto de trajetórias, no qual as pessoas empregam vários tipos e quantidades de recursos, bem como uma variedade de regras e convenções, que se reproduzem no cotidiano.

Há uma convenção para participar do baile, conforme em “Minuto para dançar”. Por exemplo, os freqüentadores devem pertencer à Associação Universitária, no salão iluminado “sob o holofote” os participantes podem usar “*smoking*”, terno branco ou “roupa de ver Deus”. Os braços e os pés devem estar preparados para deslizar sobre o tapete do salão no ritmo do “*fox-trot*”, da valsa e do “*schottisch*”, caracterizando esses detalhes a confraternização dos acadêmicos.

A proposta do cronista foi mostrar como os acadêmicos costumavam reunir-se para diversões em grupo nos salões de baile, evitando assim a caceteação e a mediocridade.

---

<sup>34</sup> Expressão de Rita de Cássia Barbosa, 1985.

#### 5.5.4 De Maio

Expressou o cronista outra vez aspectos da religiosidade mineira, em uma ocasião especial: o mês de Maio “do tempo da infância”. Há um apelo aos sentidos do leitor, pois ele recorda o aroma do incenso e das flores cristãs, “ambos suavíssimos”, e também o bimbalar dos sinos conclamando “as devotas de xale preto, os homens simples e graves, as crianças ambiciosas de cartuchos de amêndoas - para a festa da coroação”. Então o autor passa a destacar algumas condições e quesitos para os festejos religiosos do mês mariano: uma virgindade de espírito sem sombras, sem desejos e sem ironia; materiais longe do bruaá metropolitano; a música não é de hoje; a poesia é estática; as cores são o branco, o azul e o cor-de-rosa.

Affonso Romano de Sant’Anna argumenta que Drummond conheceu cidades do interior onde aconteciam procissões, romarias, eventos religiosos nos quais toda a população participava como se fosse um teatro a céu aberto. Segundo o mesmo autor: “Seu desajustamento presente leva-o a procurar amparo nas imagens do passado, impelindo-o a regressar sentimentalmente ao mundo estável da infância” (SANT’ANNA, 1977, p. 56) verificável na crônica da expressão: “mês de maio, tão celebrado nas memórias que guardo do tempo da infância”.

Dilthey afirmou que: “o fim último da hermenêutica é compreender o autor melhor do que ele se compreendeu a si mesmo”, enquanto Sant’Anna reconhece no texto de Drummond, uma reinterpretação de seu próprio mundo, ao descrever sua antiga cidade através de uma mescla de “idealismo e realidade”.

A “compreensão de si” está presente na crônica quando o autor revela o “sentimento beatífico e ingênuo do homem do interior”, ele diz:

Foi-se o encantamento pueril e complicado de maio. A coroação da Santa só se faz nos domingos e dias de maior relevo, não é mais a festa cotidiana que punha um instante de serenidade religiosa nessa mistura de corpos e coisas que é a vida. E não há o respeito de antigamente. As próprias coroações eram mais bonitas naquele tempo.

Encontramos uma oposição entre o que acontecia no mês de maio das memórias do autor e o que acontece hoje:

A sua música não é de hoje, não bole com os nervos nem mexe com a gente. Maio desertou as cidades. Para onde teria ido? Positivamente, maio emigrou das capitais. E nem escuto os sinos nem aspiro esses velhos perfumes, na cidade que se vai forrando de macadame... Faço uma última tentativa, e vou às igrejas para descobrir, junto ao altar de Nossa Senhora, os anjos e as virgens que fugiram do céu numa hora em que S. Pedro cochilava, fazendo a digestão, e que vieram encher de cânticos a Terra. Mas em torno deles eu não vi os fiéis enlevados que enchiam as naves de minha infância. Achei caras melancólicas, identifiquei tipos preocupados.

Para Emanuel de Moraes (1972, p. 4), a cidade de Itabira apareceu com frequência na obra de Drummond: “Acontecimentos e sensações do tempo morto ressurgem integradas no tempo vivo”. Os versos de Augusto Meyer que finalizam o texto intensificam o clima de província na qual não faltam uma igreja, uma praça e uma escola.

### 5.5.5 Família no bonde

A imagem da família no bonde, na crônica de Carlos Drummond de Andrade, sob o pseudônimo de Antônio Crispim, ilustra o uso do transporte em um período diferente do qual nos escreveu Machado de Assis com suas regras para usuários dos “*bonds*”.

Tendo como aporte teórico Thompson que afirma que as formas simbólicas são produzidas em condições sociais e históricas específicas, situamos a cena da família no bonde na década de 30, do século XX, caracterizada por certa modernidade. Através da narrativa, o autor nos transporta para aqueles tempos e, em Geneton Moraes Neto (1994, p. 197), encontramos um depoimento de Drummond sobre o bonde enquanto meio de transporte:

Mas é que o progresso virou um fim em si. Isso me parece errado. Agora, como é que a gente andava de bonde? Em primeiro lugar, porque havia condições para o bonde andar. A gente andava no bonde e o bonde andava por conta própria. Considero a supressão do bonde um dos maiores crimes contra o bem-estar de uma cidade. Dir-se-á: mas agora o bonde não tem condições para andar, as ruas estão entupidas de automóvel. É exatamente isso. Uma providência - essa iniciativa de encher o Brasil de fábrica de automóveis para uso particular - tornou impossível o trânsito dos bondes. Um bonde transportava quantos passageiros? Digamos, oitenta. Um automóvel transporta dois, três.

A cena destacada do cotidiano mineiro pelo cronista nos conduz a uma argumentação de Ricoeur (1989, p. 27): “A vida é vivida e a história é contada”.

Nas primeiras linhas do texto, a história da “Família no bonde” sensibiliza o próprio narrador: “[...], pois à falta de ‘casos’ próprios, se interessam pelos dos outros, olharão sempre com ternura para uma família no bonde” (DRUMMOND, 1987, p. 84).

O narrador registra de forma detalhada a posição de cada um dos membros da família nuclear, o pai na beirada com ar protetor, a mãe ao lado e no meio o menino de dois anos.

Quando o autor escolhe o pai como o primeiro membro a ser referido deixa transparecer uma postura patriarcal/machista, e porque não dizer da tradição da sociedade mineira. A mãe comporta-se submissa aceitando a imposição do esposo para que o menino viaje sentado no banco como adulto, apesar de sua tenra idade. Porém o pequeno surpreende a todos e apronta “uma manha daquelas”.<sup>35</sup>

É o pequeno Bilico que confere uma nota poética e descontraída durante o passeio da “Família no bonde”, pois interage com diversos passageiros, deixando para a mãe uma única atitude um “sorriso de circunstância”, e a desistência do beliscão.

A atitude do condutor, ao cobrar as passagens com ar de repugnância pelo papel velho da nota de dois mil réis, foi assinalada pelo narrador.

Passamos novamente a focalizar a atenção no pequeno Bilico, que agora canta com “uma voz em botão”, e depois grita. Os gritos do menino causam irritação em todos os vinte e cinco passageiros e um deles lança uma pergunta ao pai: “O Sr. não pode dar um jeito nessa criança?” Outro passageiro com ares de mal dormido sugere ao narrador uma possível resposta: “Só matando”.

O tópico da família é apontado entre outros por Affonso Romano de Sant’Anna (1977, p. 11) como recorrente na produção de Drummond. Sant’Anna destaca na obra de Carlos Drummond de Andrade “o conflito Eu e o Mundo”, circundado pela crise da família no mundo industrializado.

---

<sup>35</sup> Expressão do cronista.

### 5.5.6 A mulher nossa de cada dia

“Cada dia traz o seu desejo e a sua necessidade” (BARBA AZUL).

Com a asserção acima, Barba Azul procura justificar a máxima: “sete vezes amou para sete vezes matar”. Ampliando essa reflexão, pretende defender a proximidade do amor e do ódio, ou a linha tênue que os separa. Propõe que se encare o amor em uma outra perspectiva, na expressão utilizada pelo cronista: “um amor diferente”.

No segundo parágrafo, a idéia de repetição é rechaçada, o tópico predominante é a necessidade de mudança, a quebra da rotina exemplificada por situações cotidianas.

“Você está empregando uma linguagem tão natural, tão brasileira e assuntando a fala do povo [...]” (DALL’ALBA, 2003, p. 235-236) dizia Mário de Andrade para Carlos Drummond em uma de suas cartas. Assim ao eleger o assunto da crônica: “A mulher nossa de cada dia”, Drummond, através da pena de Barba Azul, conversa sobre mulheres como assunto preferido pela maioria do público masculino, tanto quanto esportes, carros e aventuras. Há que se desvelar um certo toque melancólico no homem cansado do convívio rotineiro e sem novidades em torno de uma única pessoa. E o cronista propõe: “Pensando melhor, eu proporia seis mulheres para a semana”. Talvez o vocábulo “matar” esteja empregado em sentido simbólico procurando “matar” a monotonia, a pasmaceira e reiniciar, recomeçar todo o dia um *new romance*.<sup>36</sup>

“Se em Drummond há um ‘sentimento refletido’, certamente esse sentir sintoniza com o tempo e a circunstância” (BORDINI, 2002, p. 7). Para o período de mudanças, desde a Semana de Arte de 1922, a Revolução de 1930 e seu impacto apontam as opiniões de Drummond enquanto cronista sobre a mulher. A sociedade brasileira está industrializada e urbana, mas a mulher, na perspectiva do texto, parece uma propriedade à disposição do homem. Ao preocupar-se com a temporalidade, o cronista recorda em parte o Eclesiastes (3, 1-8) que contém

---

<sup>36</sup> Novo romance.

Todas coisas têm seu tempo, e todas elas passam debaixo do céu segundo o termo que a cada um foi prescrito. Há tempo de nascer, e tempo de morrer. Há tempo de plantar, e tempo de arrancar o que plantou. Há tempo de matar, e tempo de sarar. Há tempo de destruir, e tempo de edificar. Há tempo de chorar, e tempo de rir. Há tempo de se afligir, e tempo de saltar de gosto. Há tempo de espalhar pedras, e tempo de as ajuntar. Há tempo de dar abraços, e tempo de pôr longe deles. Há tempo de adquirir, e tempo de perder. Há tempo de guardar, e tempo de lançar fora. Há tempo de rasgar, e tempo de coser. Há tempo de calar, e tempo de falar. Há tempo de amor, e tempo de ódio. Há tempo de guerra, e tempo de paz.

Então temos o seguinte argumento de Ricoeur (1989, p. 42): “A intenção do autor ausente do seu texto, tornou-se uma questão de hermenêutica”.

Em torno do texto de Drummond qual o motivo/a intenção do autor enquanto cronista ao abordar o tema: “A mulher nossa de cada dia”?

A partir do pronome possessivo ‘nossa’ está evidente uma tendência para a posse da mulher, que se expressa através de uma visão da mulher submissa ao homem.

Destacamos alguns pares binários de diferentes parágrafos que sinalizam oposição, perspectiva negativa, ausência de renovação, rotina ou brevidade: sete vezes amou/para sete vezes matar; amar menos de sete vezes na vida/amar menos de sete vezes na semana; cada dia traz seu desejo/transferir esse desejo para o dia seguinte; não se assiste a um filme duas vezes/não se repete um sorvete de morango; a semana é tão comprida/a vida tão curta. Essas oposições apontam para as alternâncias do pensamento do cronista.

O cronista estabeleceu também estereótipos para as mulheres, conforme os dias da semana: domingo, segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira, denominada pelo autor de divisão sentimental da semana.

A posição secundária da mulher está presente ainda em um poema quando o autor coloca a figura materna nesta situação: “Quem senta do lado esquerdo/assim curvada?” Desta forma atribui o autor à mulher um papel em segundo plano, bem como a pouca importância que tem as diferentes mulheres para os dias da semana.

Contudo o objetivo do autor pode não ser tão comprometido assim, e na perspectiva de Regina Souza Vieira (2002, p. 77)

o cronista pretende: [...] o autor tinha plena consciência de que a crônica devia quebrar a seriedade dos problemas, discutindo-os com um ar de graça que levava a distrair o leitor e a torná-lo cúmplice da intenção jocosa do cronista.



O autor em síntese estabeleceu, em tom de galhofa, uma classificação das mulheres para cada dia da semana, excetuando as sextas-feiras para o descanso, com direito a aviso na porta: “Fechado para balanço”!

### 5.5.7 Crônica sem agá

O cronista surpreende-se com a informação de que a ortografia fonética foi imposta à escrita e nas suas palavras: “passou a ser a ortografia de todos nós”.

Mas o cronista insere algumas pistas quanto às mudanças mais evidentes na escrita como: extinção do “y”, do “ph” e algumas consoantes mudas ou dobradas que, em sua crítica, eram redundâncias ortográficas.

E prosseguindo em tom jocoso afirma: “Ninguém pensou na simplificação geral da vida, no esforço economizado, na delícia de escrever física em lugar de physica e de não errar mais na palavra retórica”.

O autor destaca ainda os nomes próprios dos amigos: para Ciro dos Anjos, o “y” desapareceu do alfabeto, em Otávio Ferreira, não há lugar para o “c” decorativo, em Cristóforo Fonte Boa não se usa mais “ph” e acrescenta que foi impulsionado a informá-los por telegramas.

O texto torna-se uma conversa sem maiores pretensões, quando o autor afirma que o esporte das pessoas da cidade será adivinhar como serão escritas as novas regras de alguns nomes.

A contribuição de Eduardo Dall’Alba (2003, p. 277) sobre o “modo de poetar drummondiano, um modo intencional, uma racionalidade reflexiva” se transfere para outras formas de expressão do autor, e tais características são notáveis em sua prosa bem como atesta a crônica em estudo. Acrescenta ainda o autor que: “Modernidade é então a capacidade de extrair da transitoriedade e da fugacidade de cada época aquilo que a caracteriza, ou seja, a sua marca, a sua essência, a novidade permanente”.

A menção das questões ortográficas em uma crônica especial aponta para: “O que se fixa por escrito se eleva de certo modo, à vista de todos, a uma esfera de sentido na qual pode participar todo aquele que esteja em condições de ler” (GADAMER, 2002, p. 571).

É importante refletir o argumento de Gadamer porque a preocupação do cronista volta-se para a escrita, para a ortografia, pois através da oralidade provavelmente não perceberíamos as novas regras ortográficas. Outra dedução é que a mudança adquire um certo caráter de perenidade, pelo menos até que os estudiosos da língua portuguesa realizem uma nova ortografia e postulem outras regras para a grafia de certos vocábulos e nomes próprios.

Trata-se também de um “discurso fixado pela escrita” na concepção de Ricoeur (1989, p. 141) e que tende a conservar-se pela escrita.

Apesar da exposição do assunto para os leitores não sabemos o que eles farão, senão pelas inferências do cronista. O autor pondera que ninguém ergueu as mãos aos céus para agradecer o desaparecimento do ‘c’ na palavra ‘anecdota’, e conclui o texto brincando com o uso do ‘h’ na palavra ‘humanidade’.

A continuidade do assunto do texto poderia ser “Crônica sem agá” parte II, quando o autor demonstraria a aceitação ou contrariedade dos usuários da língua para com a ortografia fonética.

A preocupação com a escrita de nomes próprios e demais vocábulos permeou toda a crônica, este fato demonstra o interesse do cronista em escrever correto e informar/esclarecer seus leitores.

### **5.5.8 Jornal das Moças**

O cronista revela sua tendência para colaborador do “Jornal das Moças”, mas sente-se impedido pela sua timidez e a sua falta de tempo. Através das descrições e elogios para o Jornal das Moças, percebe-se um desejo de proximidade com o periódico A Estação, revista de modas editada pela tipografia Lombaerts, uma publicação dedicada às senhoras e a família, na qual Machado de Assis desempenhou o papel de uma espécie de diretor espiritual, conforme Marlise Meyer (1992, p. 437).

Mas a aproximação permanece apenas com o público feminino para o qual o periódico fora redigido, pois afirma: “Aí não se encontra Machado de Assis, que tinha o gosto de velhas culturas e o travo de estranhas experiências; nem Nabuco, flor de civilização; nem os poetas da Arcádia, os puristas de ultramar, os parnasianos e os

simbolistas de Monimarte, os imitadores da penúltima coqueluche européia”. Em síntese o *Jornal das Moças* tem como conteúdo apenas a “boa prosa e pura literatura brasileira”.

O *Jornal das Moças* que, na verdade era uma revista, cuja característica principal era ser “dissimulado como todo o bicho-mulher”, apresentava um conteúdo peculiar e objetivo através de uma “visão direta e amorosa das coisas”.

Para o aprofundamento das questões do texto aproximamos Ricoeur (1989, p. 42) que argumenta: “O papel da hermenêutica, dissemos nós, é duplo: reconstruir a dinâmica interna do texto e restituir a capacidade da obra se projetar para fora na representação de um mundo que eu poderia habitar”.

A dinâmica interna do *Jornal das Moças* consiste em uma divagação sobre o próprio jornal que tem como tema principal o amor.

O mundo que o texto projeta é aquele espaço que prima pela “boa prosa, o nosso suculento lirismo nacional”, e podemos constatar estas referências nos pseudônimos dos colaboradores chamados: “Sempre Triste”, “Flor dos Montes”, “Gaúcho Elegante”, “Atacantes do Belo Sexo”, “Moreninha Esportiva”, “Coração Invencível”. Todos atestando uma brasilidade e o jeito próprio de nossa cultura, de nossos sentimentos derramados nas páginas hebdomadárias.

Ainda sobre o mundo que brota do texto predomina o amor como sentimento sem falsificação, isto é, segundo o cronista é algo muito próprio dos colaboradores e da função do jornal, que se propõe ao deleite.

Em síntese, na estrutura do texto não acontece um simples jogo de sentenças, mas sentenças encadeadas buscando um sentido pretendido pelo cronista, ou seja, uma louvação ao *Jornal das Moças*.

O olhar dissociador de Marcel Proust para a moça que passa nos reporta para uma atitude de Drummond que, segundo José Maria Cançado (2006, p. 221), quando admirava uma bela jovem, acompanhava-a anonimamente pelo passeio público. Então temos uma passagem que se destaca pela atitude de reflexão do cronista/diálogo interior. Sentencia o cronista: “Precisamos trocar a psicologia, a psicofisiologia pela visão direta e amorosa das coisas”, conclamando a todos os brasileiros para uma visão amorosa envolvendo os mais inusitados locais e situações sem o cultivo do pedantismo estético a exemplo do *Jornal das Moças*.

Mas Sant'Anna (1977, p. 51) sobre a temática amorosa posiciona Drummond: "O amor é sempre considerado como um jogo mais ou menos triste. Parece que o poeta está descrevendo apenas os aspectos caricaturais da empresa sentimental".

O jornal das moças era a boa prosa e a pura literatura brasileira que se mantém pela dedicação de seus colaboradores que, a exemplo do próprio cronista, peleja e sofre para atrair o gosto dos leitores.

### 5.5.9 O amor fugiu da cidade

As serenatas<sup>37</sup> do amor infeliz são as marcas do traço binário urbano / rural, ou representam uma nova cidade, um novo cenário na concepção do cronista entre as cidades de Cachoeirinha e Montes Claros. Dall' Alba (2003, p. 286) aponta a oralidade como característica da criação do mundo em Carlos Drummond de Andrade e assegura:

A técnica não exerce papel apenas formal na construção do poema, mas permanece aliada à construção do imaginário do poeta, sendo fiel a ele. Mesmo a negação dessa elementariedade da linguagem é usada como recurso de construção do imaginário a revelar uma Minas que não há mais.

Ampliando a perspectiva através da contribuição de Sant'Anna (1977, p. 56-57) averigua-se que:

O conflito espacial do *ex-cêntrico* deslocado num *canto*, à esquerda dos acontecimentos, assume um novo aspecto na fórmula província versus metrópole que, por sua vez, é outra das faces do conflito Eu versus Mundo. A província representada por Minas Gerais, embrionariamente já traz o conflito espacial que surpreenderia o *displaced*<sup>38</sup>, pois aí já existe o contraste entre dois espaços distintos: a capital da província (Belo Horizonte) e as cidades do interior. A capital construída dentro dos mais avançados padrões urbanísticos do princípio do século - e as cidades do interior, histórica e socialmente ainda presas ao século XVII e a um estilo medieval de vida.

<sup>37</sup> Serenata: música de conjunto instrumental, geralmente cantada, melodiosa e simples, algo semelhante às trovas dos cantadores ambulantes, executada ao ar livre, não raro sob a janela de alguém: seresta.

<sup>38</sup> *Displaced*: deslocado.

O autor apresenta na continuidade da leitura da crônica algumas características dos homens enamorados não correspondidos e sofredores que realizam as serenatas em oposição ao ‘homem normal’: bem nutrido, com boa vestimenta, cabelos penteados e bem amado.

O estudo da construção das mensagens é essencial porque ele examina as características estruturais em virtude das quais elas se constituem em fenômenos simbólicos complexos, capazes de mobilizar o significado (THOMPSON, 2002, p. 395).

Qual o significado dos grupos participantes da serenata no interior mineiro da década de 30? Eles pensam retomar a tradição dos trovadores medievos caudatária de Provença e dos líricos portugueses? O cronista pretende valorizar a serenata dos “últimos românticos barulhentos e melódicos” com questionamentos melancólicos: “Será o amor, hoje em dia, uma doença ruim? Que lepra é essa, para qual não há lazaretos<sup>39</sup> nem medicinas humanas?”

A cidade modernizou-se e não há lugar para “as serenatas do amor infeliz”, mesmo no subúrbio humilde os costumes sertanejos são rechaçados onde reside segundo o autor “a última gente que ainda amava no mundo”.

Uma conotação poética transparece na crônica através dos versos dos seresteiros que iniciam desprezando a mulher, passam a mudança de vida pelo amor até procurar o sustento pelas mãos da mulher. Finalizando o texto, os versos: “Sem teu amoor, eu prefiro morre picado de cobra ou cortado de faca [...]” que associam o sentimento amoroso a uma fatalidade.

A mensagem predominante nas canções das serenatas ainda faz sentido já que a cidade está mais moderna, ou ela serve apenas para os bairros remotos? A urbanização da cidade vai contrastando com habitantes mais frios e insensíveis, que não dispõem de tempo para estas manifestações populares dos seresteiros com seus soluços e suas modas de viola.

O cronista expõe no texto o perfil dos seresteiros que não dormem e “vão para a rua para o luar, para o desabafo da flauta e do pinho”, e são os tímidos, os traídos, os ciumentos e os dolorosos. Estes sujeitos não deixam de ser o “*gauche*”<sup>40</sup>,

<sup>39</sup> Lazareto: edifício para quarentena de indivíduos suspeitos de contágio. Leprosário.

<sup>40</sup> *Gauche*: significa basicamente o indivíduo desajustado, marginalizado, à esquerda dos acontecimentos.

pois estão em desajuste com a realidade que os circunda, conforme Sant'Anna (1977, p. 31).

Além do desprezo da população da cidade e do bairro, os seresteiros são afugentados e reprimidos pela polícia, principalmente das ruas do centro, mas também não são bem recebidos no arrabalde.

A crônica “O amor fugiu da cidade” retrata o esforço dos seresteiros na tradição da serenata pelas ruas da cidade, que se moderniza, e dispensa as canções do amor infeliz.

### 5.5.10 Incomodai-vos uns aos outros

Machado de Assis, que para Carlos Drummond de Andrade é um admirável cronista, escreveu regras para comportamento nos *bonds*, enquanto este último com ares de chiste pronuncia: “Incomodai-vos uns aos outros”. A expressão que também dá título ao texto e serve de mote para a polêmica sobre cigarros nos bondes da época, questiona a proibição do fumo nos três primeiros bancos.

A sua preocupação com a saúde e a qualidade de vida está evidente, quando o autor se refere ao “ar limpo e claro dos dias belo-horizontinos”, e deixa pairando no ar a dúvida sobre democratizar ou não o fumo no transporte coletivo.

A questão da fumaça fica na dependência do bom senso dos usuários do bonde, porque sendo um transporte coletivo todos merecem desfrutar o ar puro.

Assim Ricoeur (1989, p. 35) argumenta: É este mundo do texto que intervém no mundo da ação para configurar de novo ou, se o podemos dizer, para o transfigurar”.

Então o cronista constrói/transfigura um mundo em que há possibilidade de respeito mútuo no simples ato de não fumar no bonde.

Machado achou necessário prescrever regras no século XIX para os usuários do bonde, pois naquele momento as pessoas iniciavam a convivência em transporte público.

Outro aspecto a destacar é que nesta época fumar era considerado como uma atitude arrojada, avançada, com um certo *glamour*, diferente dos atuais em que

o cigarro está banido de diversos locais públicos como, por exemplo, ônibus, aviões, restaurantes, hospitais, escolas e outros.

Um traço de falta de consideração pelos demais é a postura de “fumar nos três primeiros bancos”, segundo Drummond. E o autor apela para o sentimento de igualdade quando afirma: “Por que nos três primeiros bancos? A humanidade que se senta neles não é mais ilustre que outra que se acomoda nos demais bancos”.

O cronista dá um qualificativo para os cigarros e diz: “fumaça dos maus cigarros”, se é que há cigarro bom!

Depois classifica e modula a intensidade da fumaça e do mau odor: um fumante no primeiro banco incomoda o bonde inteiro, ao passo que um fumante no quarto banco incomoda uma fração infeliz de gente que fica atrás dele, enquanto os passageiros da frente respiram o ar puro.

O fecho irônico do texto diz: “Ora, o razoável é incomodar todo mundo”. Sintetizando uma afirmação de Sant’Anna (1977, p. 46) que diz: “Por sua origem, a ironia é um instrumento de defesa e funciona como elemento reparador nas relações entre o indivíduo e o grupo social. Só um espectador pode ser livremente irônico”.

## 6 ENTRE O DIÁLOGO E A APROXIMAÇÃO DOS CRONISTAS

Ao olharmos as perspectivas dos dois cronistas: Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade foi possível conhecermos mais de perto os meandros sociais, econômicos, culturais, políticos e históricos dos séculos XIX e XX, respectivamente.

A peculiaridade da abordagem dos diferentes temas tratados nas crônicas de cada autor transparece por vezes a partir do título, e depois no próprio conteúdo desenvolvido. Temos em Machado de Assis um cronista preocupado/interessado no conjunto dos fatos sociais e históricos de seu tempo, desvelando-nos o progresso e o processo de evolução da sociedade brasileira que passa da escravidão para a Abolição no período do Império e chega à República, no espaço da cidade do Rio de Janeiro.

Carlos Drummond também se interessa pelo tecido social nas suas crônicas, principalmente sobre as Minas Gerais, explorando ainda o aspecto psicológico do ser humano influenciado pelos eventos que o circundam, como, por exemplo, o período pós-guerra, o início da industrialização brasileira e o primeiro governo da era Vargas.

Na aproximação dos dois cronistas, pretendemos evidenciar as convergências, os distanciamentos e as tensões originárias das crônicas dos mesmos. A dinâmica utilizada será o cruzamento/entrelaçamento de textos dos dois cronistas sob os aspectos já mencionados.

Construímos nosso primeiro enfoque a partir da crônica do fanqueiro literário na qual Machado traça o perfil afrancesado de um tipo que sobrevive produzindo uma espécie de literatura panfletária, comum e desqualificada, e que nos recorda Ricoeur e Gadamer quando afirmam serem os textos expressões da vida social fixadas na escrita. Para além da afirmativa dos teóricos citados podemos acrescentar que o autor de forma jocosa caracterizou outros tipos como, por exemplo, o empregado público aposentado e o folhetinista.

Por outro lado, Carlos Drummond elabora em sua crônica, segundo um argumento de Ricoeur sobre a ideologia, como uma ligação entre o mundo das representações e o mundo da vida real, mergulhando no interior histórico mineiro, ou



nos “abismos da história mineira”, usando as palavras do autor, delineando o quadro da religiosidade das jovens mineiras que abandonaram a capital, Belo Horizonte, na Semana Santa, que retrata/reproduz a convicção da memória coletiva como resíduo simbólico na inferência de Thompson.

Já na crônica datada de 20 de junho de 1864, Machado propõe vários assuntos, mas predomina a Questão Mexicana/Glorificação do México que surpreende o autor, porque trouxe ao Parlamento brasileiro um assunto de outro país. O cronista, a partir da fala do Sr. Lopes Netto, expressa algumas comparações entre os dois Impérios, o Brasileiro e o Mexicano, discurso realizado no Parlamento. Depois transforma o tom da conversa para a dotação do casamento das princesas Isabel e Leopoldina e no seguimento provoca A Cruz, órgão da sacristia da Igreja da Candelária (jornal). Antes cita Pascal: “Estranha justiça que um rio ou uma montanha separa! Verdade aquém dos Pirineus, erro além”, referindo-se à mudança de princípios conforme o país e a posição/a situação na qual se está.

Outra temática que desponta é a temporada teatral, os bailes solenes e as reuniões íntimas com a chegada do inverno fluminense.

Passa a tratar da ampliação das publicações literárias da Casa Garnier que chamam atenção pela nitidez e elegância, destacando no caso O Demônio Familiar de José de Alencar, uma comédia. Aqui coube ao cronista aliar a necessidade de leitura ao uso de óculos, e então fala-nos da Ótica do Sr. Reis.

Assim ao trazer fatos do cotidiano Machado articula sua narrativa com o argumento de Ricoeur que nos diz que todo o discurso está ligado ao mundo.

Da mesma forma como Machado nos revela que o inverno fluminense era um período que propiciava bailes e reuniões íntimas, Drummond sob pseudônimo de Crispim comenta que o Baile da Associação Universitária conforme Rita de Cássia Barbosa quebra a rotina da cidade. Contudo o cronista não frequenta o baile, mas emite sua opinião à distância. O baile serve como campo de interação na perspectiva de John Thompson. Enquanto Machado apenas enumera os tipos de diversão dos fluminenses, Drummond detalha inclusive os ritmos que serão executados e quais os trajes permitidos aos tradicionais mineiros.

Motivado por outras inclinações, Drummond, como cronista, passa a comparar a escola antiga e a escola moderna, trazendo inclusive alguns teóricos da escola nova para o texto bem como as novas transposições de conteúdo que serão utilizadas pelas professoras em sentido cômico, terminando o texto com uma

espécie de piada. Conforme José Guilherme Merquior, o autor apresenta, em seu texto, a evolução social do Brasil.

Escolhendo uma outra temática, Machado trouxe-nos a informação do passamento de José de Alencar e de Alexandre Herculano, uma dupla perda para a literatura, uma no âmbito do Brasil e a outra em Portugal. Machado expressa que: “Ambas as literaturas do nosso idioma estão de luto; com pouco intervalo as feriu a lei da morte”. Lúcia Miguel Pereira afirma que a admiração e a amizade que Machado nutria por Alencar levou a dedicar-lhe uma crônica em tom de homenagem.

Drummond, ao contrário de Machado, que não sintonizava com qualquer espécie de mística, encontra na religiosidade mineira novamente motivo para sua crônica De Maio, recordando aspectos das celebrações em torno da Virgem Maria típicas daquele mês. Affonso Romano de Sant’Anna percebe que Drummond conheceu cidades do interior onde aconteciam intensas manifestações religiosas. Dilthey vê na interpretação um modo de melhor compreender o autor. É preciso reconhecer também o conflito província x metrópole que perpassa esta produção de Drummond.

Diverso do contexto de regras para uso dos freqüentadores dos *bonds* em julho de 1883 de Machado, Família no bonde comove o cronista e, ao invés de exigir um convívio com polidez, o cronista foca seu olhar no pequeno Bilico cantando e perturbando alguns passageiros. Em outro aspecto, para os dois períodos o bonde promove o convívio social que, segundo Faoro, proporciona o contato entre as diferentes classes sociais. Desenvolve-se no quadro do deslocamento dos usuários do transporte uma construção de imagem, uma representação teatral segundo proposição de Ricoeur.

Cruzando A reforma pelo jornal e A mulher nossa de cada dia, temos a percepção de que é possível que o jornal, como obra endereçada a um grupo limitado de leitores, constrói metáforas, a mulher constitui-se em um novo ser a cada dia da semana, promovendo nas sextas-feiras um intervalo para o descanso. Porém o jornal não deixa esse espaço, pois é a forma, segundo Machado, da humanidade compartilhar seu destino coletivo, além de promover um discurso de progresso e de igualdade.

A futilidade parece ser o traço que aproxima o folhetinista e a Crônica sem agá, pois enquanto o folhetinista elabora seu texto colhendo do útil e do fútil da

sociedade, a Crônica sem agá confirma a conversa fiada que é a própria crônica, porque logo os leitores esquecerão as novidades ortográficas anunciadas.

Passamos então ao universo das lendas no qual predomina a vontade de transmissão na inferência de Gadamer, enquanto Ricoeur reforça a invenção dos povos de narrar e contar histórias tais quais “Os Imortais” que Machado nos recorda. Histórias que podem ser de amor como as veiculadas no *Jornal das Moças* que se nutre da “boa prosa e pura literatura brasileira” (expressão de Barba Azul). O cronista defende que o jornal não se compõe de “importação clandestina”. O papel duplo da reconstrução da dinâmica do texto e a projeção da obra para fora se evidenciam no *Jornal das Moças* em sua divagação que tem como tema central o amor.

A missa campal em louvor à Abolição e as serenatas dos seresteiros entrelaçam-se no aspecto da surpresa que causam os dois eventos. O jogo intertextual entre o episódio abolicionista e o Evangelho resulta em uma síntese de um período da História Brasileira. E os seresteiros remontam a imagem de uma cidade que já existiu e a linguagem predominante é como a dos trovadores/cantadores ambulantes entoando serestas ao ar livre. Podemos reconstituir as condições sociais e históricas da Abolição, bem como as da seresta, porque a Abolição transforma a sociedade, deslocando os escravos na pirâmide social. Os seresteiros, por sua vez, manifestam sua infelicidade amorosa “soluçando no pinho”. A tensão entre as duas narrativas está para a nova ordem social com a libertação dos escravos e a manutenção da seresta nas ruas da cidade que se moderniza.

Uma nova configuração de mundo, ou uma transfiguração na proposição de Ricoeur, é o que transparece na crônica que questiona “O que é política?” e também na crônica “Incomodai-vos uns aos outros”, porque nas duas situações há necessidade de bom senso, isto é, uma resposta adequada sobre o que é política, não sendo possível seguir apenas o senso comum como se percebe em algumas pessoas consultadas por carta. Faz-se necessária sensibilidade em relação ao outro para perceber que fumar no bonde incomoda os usuários. Aqui é pertinente a observação de Affonso Romano de Sant’Anna sobre a evidente ironia que no texto de Drummond funciona como instrumento de defesa. Enquanto Granja argumenta que Machado tem preferência pelo tema da política, mas não é seu objetivo principal.

Assim, os autores em questão apresentam, ao mesmo tempo, semelhanças e diferenças nas suas propostas temáticas, ideológicas e literárias. Entretanto, suas crônicas transitam ora pela ironia, ora pelo humor, aproximando-os ou distanciando-os, através de um diálogo onde o sujeito se apropria da linguagem para reencontrar-se nela mais rico de experiência na palavra do outro.

## 7 À GUIA DE CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado, procuramos, através da pesquisa, explicitar a seguinte hipótese:

Quais as possibilidades e os limites da crônica como texto de análise compreensiva dentro dos Estudos Literários, aplicando-se a hermenêutica filosófica neste exercício.

Para tal tarefa realizamos a priori um estudo teórico sobre a hermenêutica partindo das origens à contemporaneidade com os seguintes autores: Gadamer, Ricoeur e Thompson, que serviram de aporte para as análises.

Estruturamos também um estudo teórico da crônica em diferentes tópicos, objetivando um maior conhecimento e reconhecimento do gênero.

A leitura hermenêutica das crônicas de Machado de Assis e de Carlos Drummond de Andrade favoreceu a análise aprofundada dos textos por meio de um “caráter compreensivo e explicativo” para nos valer de uma expressão de Ricoeur.

Essa nova leitura, a partir dos Autores referidos, conferem às crônicas uma abordagem singular na sua caracterização como gênero.

Tendo os teóricos como aporte, foi viável evidenciar uma estreita complementaridade e reciprocidade entre teoria e aplicação.

Apresentamos alguns exemplos de aplicação prática do método hermenêutico de leitura da crônica, selecionando trechos de Machado de Assis e de Carlos Drummond de Andrade.

Ao destacar um exemplo significativo da relação de diálogo que liga a voz de um ao ouvido do outro temos em Machado por inferência de Ricoeur o texto que segue:

- Um milagre! - Qual? Suou sangue algum santo?Reconciliou-se a Cruz (papel) com a doçura evangélica?Apareceu alguma ave rara?A Phenix? O cisne preto? O melro branco?  
 Não leitores nada d’isso aconteceu; aconteceu outra cousa e muito melhor.  
 Foi um milagre verdadeiro, um milagre que apareceu quando a gente menos esperava, como deve proceder todo o milagre consciencioso; um milagre positivo [...].  
 Sucedeu isso em pleno parlamento, à luz do sol, no ano da graça de 1864 [...].  
 Que houve então no parlamento brasileiro, à luz do sol, no ano da graça de 1864?<sup>41</sup>

<sup>41</sup> DIÁRIO do Rio de Janeiro - 20 de junho de 1864.

Em Drummond exploramos as “camadas de significação” como propõe Ricoeur:

Já perceberam que eu desenvolvi aqui a filosofia do “Eclesiastes”: tudo é vaidade, tudo passa, nada vale nada. A vida e seus programas foram organizados com muita antecedência e mediocridade. Há um minuto para dançar e outro minuto para ficar quieto. Os que são coxos, como Lord Byron, podem trocar a dança pela equitação, por exemplo. O que não é possível nem razoável é bisar eternamente o tango que sabíamos curto, ou dançar disfarçado, como fazem alguns pares incorrigíveis.

Ao realizarmos a pesquisa foi fundamental a contribuição dos vários estudiosos da hermenêutica filosófica e da teoria da crônica para melhor explorar o gênero na sua potencialidade literária, proceder as análises das crônicas de Machado e de Drummond, desvelando o sentido oculto no sentido aparente através da interpretação e a partir dos autores/cronistas estudados vislumbrar a viabilidade do mesmo estudo literário com outros autores.

Na hermenêutica filosófica, buscamos a tradição dos debates literários da Grécia Clássica e relacionamos também o vocábulo ao deus Hermes, descobridor da linguagem e da escrita. Por outro lado, a hermenêutica pretende a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos.

Com o estudo hermenêutico propusemos o desvelamento das crônicas não como resposta definitiva, mas como um olhar sobre as imagens de um tempo social transformadas em narrativas do cotidiano.

A leitura hermenêutica da crônica é uma contribuição efetiva para os estudos literários, amplia o exercício de releitura dos autores no cruzamento da Literatura com a Filosofia, podendo estender-se então a outras ciências humanas afins.

No estudo da crônica, fizemos uma reflexão sobre os gêneros literários e seus respectivos conceitos até estabelecer uma tipologia. Disso concluímos que a crônica é um texto que transita entre o Jornalismo e a Literatura sempre num instigante diálogo com o leitor.

Os dados biográficos de Machado de Assis e de Carlos Drummond de Andrade foram incontestáveis para estabelecer critérios e relações do gênero com o Jornalismo e a Literatura.

Em um segundo momento, trabalhamos com as análises em profundidade das crônicas de Machado de Assis e de Drummond, aplicando o exercício

anteriormente anunciado, complementando os argumentos da hermenêutica com outros críticos e teóricos.

O *corpus* privilegiado para a análise constitui-se de dez crônicas escolhidas previamente por autor, sendo que as de Machado de Assis pertencem a décadas diversas, e as de Drummond foram produzidas na década de 30.

Sintetizando, concluímos que é possível utilizar a hermenêutica para a análise de crônicas nos estudos literários, porque confere à leitura das mesmas um novo perfil, isto é, vai produzindo um desvelamento dos sentidos ocultos no texto. A apropriação, com base na hermenêutica, nos faz ver o desdobramento da obra, enfim sua revelação. Porém há o limite, pois nem todas as perquirições do texto são respondidas e interpretadas pela perspectiva da hermenêutica, porque as argumentações de outros autores e de outros saberes podem ampliar nosso entendimento.

Entendemos, pois, que a proposta do trabalho - Novos olhares, novas leituras das crônicas de Machado de Assis e de Carlos Drummond de Andrade - em relação ao processo de análise, com suas implicações conceituais e metodológicas, procurou oferecer, a partir de figuras singelas, uma compreensão nova das crônicas machadianas e drummondianas.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, José M. de. **Ao correr da pena**. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.].

ANDRADE, Ana Luiza. **Transportes pelo olhar de Machado de Assis**: “passagens entre o livro e o jornal”. Chapecó: Grifos, 1999.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Cadeira de balanço**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973a.

\_\_\_\_\_. **Fala, amendoeira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973b.

\_\_\_\_\_. **A bolsa & a vida**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1974a.

\_\_\_\_\_. **De notícias & não notícias faz-se a crônica**: histórias, diálogos, divagações. Rio de Janeiro: Olympio, 1974b.

\_\_\_\_\_. **Os dias lindos** - Crônicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

\_\_\_\_\_. **Crônicas 1930 - 1934**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, 1987.

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. **Enigma e comentário**: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ASSIS, J. M. Machado de. **BONS DIAS! Crônicas [1888-1889]** São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1990.

ASSIS, J. M. Machado de. **Crônicas (1859-1888)**. Rio de Janeiro: Jackson, 1944. 4 v.

BARBOSA, Rita de Cássia. Crônicas de um falso Drummond. In: **BOLETIM BIBLIOGRÁFICO BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE**. v. 46, n. 1\4, jan./dez. 1985.

BERNARDO, Gustavo. **Educação pelo argumento**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.



BORDINI, Maria da Glória. Medida e desmedida em Drummond. **Zero Hora**, Segundo Caderno, Porto Alegre, 19 out. 2002.

BOSI, Alfredo. et al. **Machado de Assis**. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Escritores Brasileiros: Antologia e Estudos; 1)

BOSI, Alfredo. **O enigma do olhar**. São Paulo: Ática, 2000.

BRAYNER, Sonia. **Labirinto do espaço romanesco**: tradição e renovação da literatura brasileira, 1880-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRAYNER, Sonia. Mesa Redonda. In: BOSI, Alfredo et al. **Machado de Assis**. São Paulo: Ática, 1982.

BRAYNER, Sonia. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas. In: CANDIDO, Antonio et al. **A Crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. **Ensaios Machadianos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

CAMPOS, Ápio. Algumas observações estilístico-lingüísticas sobre a moderna crônica brasileira. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, **Acta**, v.111. Coimbra, 1963. p. 284

CANÇADO, José Maria. **Os sapatos de Orfeu**: biografia de Carlos Drummond de Andrade; prefácio Armando Freitas Filho. São Paulo: Globo, 2006.

CANDIDO, Antonio. et al. **A Crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CESAR, Constança Marcondes (Org.). **A hermenêutica francesa: Paul Ricoeur**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CESAR, Constança Marcondes (Org.). **Paul Ricoeur: ensaios**. São Paulo: Paulus, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COIMBRA, David. **Crônica**. Porto Alegre; Faculdade de Letras, 19 abr. 2004. Coordenação: Profa. Dileta Silveira Martins.

COSTA, Lígia Militz da. **Representação e teoria da literatura: dos gregos aos pós-modernos**. 2. ed. Cruz Alta: UNICRUZ, 2001.

COUTINHO, Afrânio. **A filosofia de Machado de Assis e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

DALL'ALBA, Eduardo. **Noite e música na prosa de Carlos Drummond de Andrade**. Porto Alegre: AGE, 2003.

DANTAS, José Maria de Souza. **Didática da Literatura**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DVD Poeta de Sete Faces. **Carlos Drummond de Andrade**. Filme de Paulo Thiago. Narração: Júlia Lemmertz e Antônio Grassi. Montagem: Carlos Brajsblat. Diretor de fotografia: Guy Gonçalves. Roteiro: Paulo Thiago. Produção: Vitória Produções Cinematográficas Ltda. Co-produção: Estúdio Mega. Produção: Gláucia Camargos. Direção: Paulo Thiago. 2004. 94 minutos.

FACIOLI, Valentim. Várias histórias para um homem célebre (Biografia intelectual). In: BOSI, Alfredo et al. **Machado de Assis**. São Paulo: Ática, 1982.

FAORO, Raimundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FARINA, Sérgio. Quando o texto é uma crônica. **Revista Palavra Como Vida**, ano 3, n. 19, maio 1994.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Luís Antônio Paim. **A pós-modernidade na crônica jornalística de Diogo Mainardi**. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Programa de Pós-Graduação Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2000.

HAUSER, Arnold. **História Social da Arte e da Literatura**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LIMA, Elaine Azambuja de. **O lugar do leitor na crônica contemporânea brasileira**. Porto Alegre: PUCRS, 2001. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul.

LIMA, Luiz Costa. **Lira e antilira: Mário, Drummond, Cabral**. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

MAGALHÃES JR., R. **Idéias e Imagens de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MARTINS, Dileta Silveira. **As faces cambiantes da crônica moreyriana**. Porto Alegre: PUCRS, 1977. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul.

MARTINS, Dileta Silveira. **O estudo da crônica**. 1985. (Mimeo.)

MAYA, Alcides. **Machado de Assis (Algumas notas sobre o humour)**. Rio de Janeiro: Livraria Editora "Jacintho Silva", 1912.

MERQUIOR, José Guilherme. **Verso universo em Drummond**. Trad. de Marly de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1976.

MEYER, Marlise. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MEYER, Marlise. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**: prosa. São Paulo: Cultrix, 1983.

\_\_\_\_\_. **A criação literária**: poesia. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 1984.

MORAES NETO, Geneton. **O dossiê Drummond**. São Paulo: Globo, 1994.

MORAES, Emanuel de. **Drummond rima Itabira mundo**. Rio de Janeiro: Olympio, 1972.

NEVES, Margarida de Souza. *Uma escrita do tempo*: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

NISKIER, Arnaldo. **O olhar pedagógico em Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.

NUNES, Benedito; CAMPOS, Maria José (Org.). **Hermenêutica e poesia**: o pensamento poético. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Carlinhos. O território livre da crônica. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1973.

PAES, José Paulo; MOISÉS, Massaud. **Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1967.

PEDROSA, Inês. A arte de galvanizar a palavra. **Zero Hora**, Segundo Caderno, Porto Alegre, 30 jul. 2005.

PEREIRA, Kênia Maria de Almeida. **Machado de Assis**: outras faces. Uberlândia: Aspectus, 2001.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis (Estudo Crítico e Biográfico)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1955. (Coleção Documentos Brasileiros).

PICCHIO, Luciana Stegagno. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

PIRES, Orlando. **Manual de teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Presença, 1980.

PÓLVORA, Hélio. **Graciliano, Machado, Drummond e outros**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

RESENDE, Beatriz. Em caso de desespero, não trabalhem. In: CANDIDO, Antonio et al. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. Porto: RÉ, 1983.

\_\_\_\_\_. **O conflito das interpretações**. Porto: RÉ, 1988.

\_\_\_\_\_. **Do texto à acção**. Porto: RÉ, 1989.

\_\_\_\_\_. **Interpretações e ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

\_\_\_\_\_. **Tiempo y Narración**. I Configuración del tiempo en el relato histórico. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1995.

RONCARI, Luiz. A estampa da rotativa na crônica literária. In: BOLETIM BIBLIOGRÁFICO BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE. v. 46, n. 1\4, jan.-dez. 1985.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo: Ática, 2001.

SABINO, Fernando. **A companheira de viagem**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SAMUEL, Rogel (Org.). **Manual de teoria literária**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Carlos Drummond de Andrade: análise da obra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1977.

SANTIAGO, Silvano. Introdução à leitura dos poemas de Carlos Drummond de Andrade. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. v. 3.

SILVEIRA, Nise da. **Jung**: vida e obra. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1968.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre hermenêutica**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TELES, Gilberto Mendonça. **Drummond** - a estilística da repetição. Prefácio do Prof. Othon Moacyr Garcia. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Olympio, 1976.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

TRIGO, Luciano. **O viajante imóvel**: Machado de Assis e o Rio de Janeiro de seu tempo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

## ANEXOS

## ANEXO A - Crônicas de Machado de Assis

**OS FANQUEIROS LITERÁRIOS/MACHADO DE ASSIS -  
AQUARELAS - 11 DE SETEMBRO DE 1859**

Não é isto uma sátira em prosa. Esboço literário apanhado nas projeções sutis dos caracteres, dou aqui apenas uma reprodução do tipo a que chamo em meu falar seco de prosador novato - fanqueiro literário.

A fancaria literária é a pior de todas as fancarias. É a obra grossa, por vezes mofada, que se acomoda à ondulação das espáduas do paciente freguês. Há de tudo nessa loja manufatora do talento - apesar da raridade da tela fina; e as vaidades sociais mais exigentes podem vazar-se, segundo as suas aspirações, em uma ode ou discurso parvamente retumbantes.

A fancaria literária poderá perder pela elegância suspeita da roupa feita, mas nunca pela exigüidade dos gêneros. Tomando a tabuleta por base o silogismo comercial é infalível chegar logo à proposição menor, que é a prateleira guapamente atacada a fazer cobiça às modéstias mais insuspeitas.

É um lindo comércio. Desde José Daniel, o apóstolo da classe - esse modo de vida tem alargado a sua esfera - e, por mal de pecados, não promete ficar aqui. O fanqueiro literário é um tipo curioso.

Falei em José Daniel. Conheceis esse vulto histórico? Era uma excelente organização que se prestava perfeitamente à autópsia. Adelo ambulante da inteligência, ia farto como um ovo, de feira em feira, trocar pela enzinavrada moeda o pratinho enfezado em suas lucubrações literárias. Não se cultivava impunemente aquela amizade; o folheto esperava sempre os incautos, como a Pharsalia hebdomadária das bolsas mal avisadas.

A audácia ia mais longe. Não contente de suas especulações pouco airosas, levava o atrevimento a ponto de satirizar os próprios fregueses - como em uma obra em que embarcava, diz ele, os tolos de Lisboa, para uma certa ilha; a ilha era, nem mais, nem menos, a algibeira do poeta. É positiva a aplicação.

Os fanqueiros modernos não vão à feira; é um pudor. Mas que de compensações! Não se prepara hoje o folheto de aplicação moral contra os



costumes. A vereda é outra; exploram-se as folhinhas e os pregões matrimoniais e as odes d'este natalício ou d'aqueles desposórios. Nos desposórios é então um perigo; os noivos tropeçam no intempestivo de uma rocha tarpeia antes mesmo de entrar no Capitólio.

Desposório, natalício ou batizado, todos esses marcos da vida são pretextos de inspiração às musas fanqueiras. É um eterno *gênesis* a referver por todas aquelas almas (almas!) rescendentes de zuarte.

Entretanto, esta calamidade literária não é tão dura para uma parte da sociedade. Há quem se julgue motivo de cuidados no Pindo - assim com pretensões a semideus da Antigüidade; e um soneto ou uma alocução retheadinha de divagações acerca do *genesis* de uma raça - sempre eriça os colarinhos a certas vaidades que por aí pululam - sem tom nem som.

Mas entretanto - fatalidade! - por muito consistentes que sejam essas ilusões, caem sempre diante das conseqüências pecuniárias; o fanqueiro literário justifica plenamente o verso do poeta: *não arma do louvor, arma do dinheiro*. O entusiasmo da ode mede-o ele pelas possibilidades econômicas do elogiado. Os banqueiros são então os arquétipos da virtude sobre a terra; tese difícil de provar.

Querendo imitar os espíritos sérios, lembra-se ele de colecionar os seus disparates, e ei-lo que vai de carrinho e almanaque na mão - em busca de notabilidades sociais. Ninguém se nega a um homem que lhe sobe as escadas convenientemente vestido, e discurso na ponta dos lábios. Chovem-lhe assim as assinaturas. O livrinho é prontificado e sai a lume. A teoria do embarcamento dos tolos é então posta em execução; os nomes das vítimas subscritoras vêm sempre em ar de escárnio no pelourinho de uma lista epílogo. É sobre queda, coice.

Mas tudo isso é causado pela falta sensível de uma inquisição literária! Que espetáculo não seria ver evaporar-se em uma fogueira inquisitorial tanto ópio encadernado que por aí anda enchendo as livrarias!

Acontece com o talento o mesmo que acontece com as estrelas. O poeta canta, endeusa, namora esses pregos de diamante do docel azul que nos cerca o planeta; mas lá vem o astrônomo que diz muito friamente:

- *Nada! isto que parece flores debruçadas em mar anilado, ou anjos esquecidos no transparente de uma camada etérea, - são simples globos luminosos e parecem-se tanto com flores, como vinho com água.*

Até aqui as massas tinham o talento como uma faculdade caprichosa operando ao impulso da inspiração, santa sobretudo em todo o seu poder moral.

Mas cá as espera o fanqueiro. Nada! o talento é uma simples máquina em que não falta o menor parafuso, e que se move ao impulso de uma válvula onipotente.

É de desesperar de todas as ilusões!

Em Paris, onde esta classe é numerosa, há uma especialidade que ataca o teatro. Reúnem-se meia dúzia em um café e aí vão eles de colaboração alinhavar o seu *vaudeville* quotidiano. A esses milagres de faculdade produtiva se devem tantas banalidades que por lá rolam no meio de tanto e tão fino espírito.

Aqui o fanqueiro não tem por ora lugar certo. Divaga como a abelha de flor em flor em busca de seu *mel* e quase sempre, mal ou bem, vai tirando suculento resultado.

Conhece-se o fanqueiro literário entre muitas cabeças pela extrema cortesia. É um *tic*. Não há homem de cabeça mais móbil, e espinha dorsal mais flexível; cumprimentar para ele é um preceito eterno; e ei-lo que o faz à direita e à esquerda; e, cousa, natural! Sempre lhe cai um freguês n'essas cortesias.

O fanqueiro literário tem em si o termômetro das suas alterações financeiras; é a elegância das roupas. Ele vive e trabalha para comer bem e ostentar. Bolsa florescente, ei-lo *dandy* apavoneado - mas sem vaidade; lá protesta o chapéu contra uma asserção que se lhe possa fazer n'esse sentido.

A Buffon escapou esse animal interessante; nem Cuvier lhe encontrou osso ou fibra perdidos em terra antediluviana. Por mim, que não faço mais que reproduzir em aquarelas as formas grotescas e *sui generis* do tipo, deixo ao leitor curioso essa enfadonha investigação.

Uma última palavra.

O fanqueiro literário é uma individualidade social e marca uma das aberrações dos tempos modernos. Esse moer contínuo do espírito, que faz da inteligência uma fábrica de Manchester, repugna à natureza da própria intelectualidade. Fazer do talento uma máquina, e uma máquina de obra grossa, movida pelas probabilidades financeiras do resultado, é perder a dignidade do talento, e o pudor da consciência.

Procurem os caracteres sérios abafar *esse estado no estado* que compromete a sua posição e o seu futuro.

## DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (DÉCADA DE 1860) - 20 DE JUNHO DE 1864

Quero tratar os meus leitores à vela de libra. D'esta vez não lhes dou simples notícias: - dou-lhes um milagre.

- Um milagre! - Qual? Suou sangue algum santo? Reconciliou-se a *Cruz* (papel) com a doçura evangélica? Apareceu alguma ave rara? A Phenix? O cisne preto? O melro branco?

Não, leitores, nada d'isso aconteceu; aconteceu outra cousa e muito melhor.

Foi um milagre verdadeiro, um milagre que apareceu quando a gente menos esperava, como deve proceder todo o milagre consciencioso; um milagre positivo, autenticado, taquígrafado, impresso, distribuído, lido e relido; um milagre semelhante ao casamento do duque de Lauzun, que a bela Sevigné dizia ser, entre todos os sucessos, o mais miraculoso, o mais imprevisto, o mais singular.

Sucedeu isto em pleno parlamento, à luz do sol, no ano da graça de 1864, em presença de cerca de quinhentas pessoas, isto é, mil ouvidos, que se não podiam enganar a um tempo, incluindo n'esse número os dois ouvidos de um taquígrafo infalível que recolheu as palavras do milagre, traduziu-as em vulgar, e reproduziu-as no *Correio Mercantil* de terça-feira passada.

Que houve então no parlamento brasileiro, à luz do sol, no ano da graça de 1864?

- A Glorificação da Invasão do México. Este acontecimento não podia deixar de entrar n'estas páginas, a título de política amena.

E desde já declaro que o tom de gracejo com que me exprimo resulta da natureza do folhetim e da natureza do milagre. A intenção e a pessoa do representante da nação, autor do discurso pró México, ficam respeitadas.

Estava o México em debate? Não; o que se debatia era a dotação das augustas princesas, cujo casamento se há de efetuar este ano, segundo anunciou Sua Majestade ao parlamento, e que o país espera com a mais simpática ansiedade.

O Sr. Lopes Netto orava contra a elevação do dote e desfiava as razões que tinha para isso. Um aparte anônimo desviou o orador, e deixando de parte a dotação de Suas Altezas, entrou S. Excia. A dizer o que pensava a respeito do México.

Pensa S. Excia:

Que o novo Império não é o resultado da invasão francesa, mas apenas uma obra da grande maioria do país;

Que a nova monarquia é uma monarquia constitucional;

Que o império do México é em tudo igual ao império do Brasil;

Que o México vai entrar em uma era de paz e de prosperidade;

Que o século não é de conquistas, - e portanto - o México não é uma conquista francesa.

S. Excia. pensa ainda outras cousinhas que eu não posso reproduzir, a fim de não alongar as proporções do folhetim.

Vejamos agora o que pensa o resto do mundo, exceto a deputação mexicana, os notáveis, os pró-consules de Napoleão, o governo francês, o *Monitor Oficial*, as folhas officiosas de Paris e o Sr. Lopes Netto.

Não conto n'estas conclusões os tomadores de apólices do empréstimo mexicano, porque esses, com certeza, não pensam nada, arriscam-se em uma empresa, como se arriscariam à banca, entre um valete e um ás.

O que o resto do mundo pensa é que o México é apenas uma conquista francesa, tanto em vista dos fatos anteriores, como dos fatos atuais, conquista feita pelas armas e apoiada no interior por um partido parricida.

Pensa ainda o resto do mundo:

Que o império mexicano, filho do império francês, traz as mesmíssimas feições do pai; isto é, as leis de exceção, as instituições mancas, o reinado da polícia, o adiamento indefinido de complemento do edifício, adiamento que o próprio discurso de Maximiliano deixa entrever menos claramente que o célebre discurso de Bordeaux;

Que entre aquele império e o império do Brasil, ninguém pode achar afinidades possíveis, nem quanto às origens, nem quanto às esperanças do futuro;

Que, qualquer que seja o estado de um país e qualquer que seja a probabilidade de pronta regeneração, depois de uma nova ordem de cousas, - nenhum outro país pode impor-lhe um governo estranho, seja república, seja monarquia constitucional ou absoluta, seja governo aristocrático, democrático ou teocrático;

Que tendo o império francês imposto um governo estrangeiro ao México, acontece que o último argumento do Sr. Lopes Netto é um argumento falso e virado

do avesso, o qual pode ser virado d'este modo: - A expedição francesa foi uma conquista, - portanto, o século é ainda de conquistas;

Que a grande maioria do país é semelhante àquela grande maioria de uma ópera espanhola, onde Astucio, presidente de um conselho composto de sua mulher unicamente, declara que, em vista da maioria, não pode admitir como cantora a pretendente castelhana;

Que a tranqüilidade do México é cousa problemática, à vista das guerrilhas que ainda ocorrem o país, e das dissensões que já lavram entre os franceses e alguns homens influentes do partido que a França foi ajudar;

Que, em face de tal futuro, é para lamentar que o jovem imperador Maximiliano se metesse em uma aventura tão arriscada, sem reparar que serve ao interesse e aos caprichos de um governo estrangeiro e violador dos princípios que tão alto proclama;

Que, dadas todas estas razões de princípio e de fato, deve ser cousa de espantar ouvir-se um deputado no parlamento brasileiro, à luz do sol, no ano da graça de 1864, glorificar a expedição do México, e tecer loas à generosidade de Napoleão.

É isto o que pensam e sabem todos, menos aqueles que eu excetuei acima, e como nas exceções só há um brasileiro, que é o Sr. Lopes Netto, eis porque julguei dever mencionar antes de tudo este espantosíssimo milagre.

Diria acaso o Sr. Lopes Netto a mesma cousa, se qualquer governo estrangeiro mandasse uma esquadra às nossas águas, rasgasse as nossas instituições, dissolvesse os poderes constitucionais, derribasse o trono, e plantasse...o quê? - a melhor utopia de governo possível?

Não diria, de certo; e é isto o que eu deploro; é esta alteração dos princípios segundo as regiões, que faz dizer com Pascal: "*Plaisante justice, qu'une rivière ou une montagne borne! Verité au deçà des Pyrénées, erreur au dela!*"

Sem querer, vou dando ao folhetim uns ares de política nova. Mudo de rumo. Por exemplo, faço uma perguntinha à *Cruz*, órgão da sacristia da Candelária.

A *Cruz* parece olhar com bons olhos a expedição francesa, sem dúvida por lembrar-se que ela achou um esteio no partido clerical do México. Sabe acaso a *Cruz* que já as cousas não andam bem entre os generosos estrangeiros e os pastores da igreja mexicana? Sabe que o arcebispo do México declarou em um

escrito que a religião e seus ministros eram mais infelizes sob a ditadura francesa do que sob o governo de Juarez?

Dou este aviso à *Cruz* para que ela não esfrie o santo zelo de que anda possuída.

E depois d'este assunto, mais ou menos incandescente, leitores, passemos a falar do inverno.

É amanhã o dia designado nas folhinhas de Laemmert e Brandão para a entrada solene e oficial d'este hóspede. Quem o dirá? A temperatura tem se conservado moderada e branda, fresca sempre, mas nunca fria; e isto muito antes do dia assinalado nas folhinhas de Laemmert e Brandão.

É que o nosso inverno difere dos outros invernos e do inverno pagão; é um velho, sim, mas é um velho apertadinho, afivelado, encasacado, bamboleando o corpo para disfarçar o reumatismo, rindo para disfarçar a tosse; calculando as visitas pelas variações do termômetro.

Só de ano a ano temos algum inverno um tanto áspero. De ordinário, o inverno do Rio de Janeiro não passa d'isto. Todavia, como é forçoso dividir o ano em quatro estações, dão-se sempre três meses ao inverno; e assim resolvem os fluminenses sentir frio desde 21 de junho a 21 de setembro.

Tudo isto não passa de um pretexto para as partidas e para os teatros. Então se sucedem os bailes solenes e as reuniões íntimas, os teatros procuram melhorar o repertório, e, mal ou bem, há sempre uma companhia italiana.

D'esta vez nada nos falta... Relativamente.

O mundo elegante pode ir dos salões do Club às reuniões particulares, d'aí ao teatro lírico, onde uma companhia tanto ou quanto regular executa três vezes por semana as obras dos mestres da arte. Aplaudirá aí a voz agradável e a arte mímica de Isabel Alba, cujo talento, sem pretender arcar com as altas capacidades líricas, sabe conquistar um aplauso simpático e justo.

A isto acresce a presença da eminente artista dramática portuguesa Emília das Neves e Souza, que chegou ontem da Europa.

É um dos talentos mais celebrados de Portugal, em cujo teatro ocupa lugar primeiro. Sua reputação atravessara de há muito o oceano e chegara até nós. A artista, tendo percorrido ultimamente grande parte do reino, lembrou-se de vir até às nossas plagas; é uma ocasião que nos fornece de apreciá-la e aplaudi-la.

Esta semana pode contar que foi rica em produções dramáticas: duas comédias em um ato!

Dos dois autores, um é estreante, o Sr. Ataliba Gomensoro, estudante da faculdade de medicina. Não assisti à representação; mas ouvi dizer que a comédia agradou muito, que é cheia de vida e movimento, e semeada de bastante sal cômico. Tem por título: *Comunismo*, e foi representada no Ginásio.

A outra comédia é de autor conhecido e aplaudido, o Sr. Dr. Augusto de Castro; intitula-se *Por um óculo*, e foi representada no teatro de S. Januário.

De todas as produções do autor é a que me parece mais divertida, mais fácil, mais correta. Abundam n'ela as situações cômicas, o diálogo corre natural, vivo, animado, e o espectador ri e aplaude espontaneamente.

Nenhuma outra produção veio aumentar a lista da semana.

A casa Garnier acaba de receber de Paris os exemplares de uma edição que mandou fazer da comédia do Sr. conselheiro J. de Alencar - *O Demônio Familiar*.

O público fluminense teve já ocasião de aplaudir esta magnífica produção d'aquela pena culta e delicada, entre as mais delicadas e cultas do nosso país.

A edição do Sr. Garnier é o meio de conservar uma bela comédia sob a forma de um volume. A nitidez e elegância do trabalho convida a lê-lo até o fim.

A casa Garnier vai abrindo d'este modo a esfera das publicações literárias e animando os esforços dos escritores. É justo confessar que as suas primeiras edições não vinham expurgadas de erros, e era esse um argumento contra as impressões feitas em Paris. Agora esse inconveniente desapareceu; acha-se em Paris, à testa da revisão das obras portuguesas, por conta da casa Garnier, um dos melhores revisores que nossa imprensa diária tem possuído.

Já as últimas edições têm revelado um grande melhoramento.

Nada mais natural do que passar de uma casa de livros a uma casa de óculos. É com os óculos que muita gente lê os livros. Se se acrescentar que muita gente há que ler os livros sem óculos, mas que precisa d'eles para ver ao longe, e finalmente uma classe de homens que vê perfeitamente ao longe e ao perto, mas que julga de rigor forrar os olhos com vidros, como forra as mãos com luvas, ter-se-á definido a importância de uma casa de óculos e a razão por que ela pode entrar n'este folhetim.

É no estabelecimento do Sr. Reis, à rua do Hospício, que eu me refiro. Como as folhas anunciaram, e eu tive ocasião de ver com meus próprios olhos, acabam de

sair das oficinas d'aquela estabelecimento excelentes trabalhos em ouro, de lavor perfeito e apurado gosto. Em óculos e lunetas, quaisquer que sejam as formas e as fantasias, não vi ainda nada melhor ou até comparável.

A casa do Sr. Reis é bastante conhecida. Dedicando-se ao aperfeiçoamento dos objetos próprios de um estabelecimento d'aqueles, o Sr. Reis tem procurado e conseguido reunir os artistas mais aptos, os instrumentos mais capazes, e com eles têm levado a casa ao pé das primeiras da Europa.

Não é só o caráter individual d'este fato, que impõe à imprensa uma menção especial, é igualmente porque este fato tende a fazer apreciar a aptidão que há no nosso país, e liberta-nos, como vai acontecendo em outras classes, da exclusiva importação estrangeira.

Acho que se devem agradecer os esforços conscienciosos e felizes do estabelecimento Reis.

Some-se-me o papel debaixo da pena. As poucas linhas que restam, quero ocupá-las com um pedido aos leitores, e vem a ser: - que se reúnam a mim para rogar a Deus pela vida de quem completa amanhã - dia do inverno - um quarto de século.

### **OS IMORTAIS - 18 DE SETEMBRO DE 1859**

As lendas são a poesia do povo; elas correm de tribo em tribo, de lar em lar, como a história doméstica das idéias e dos fatos; como o pão bento da instrução familiar.

Entre essas lendas aparecem os contos populares dos imortais; em muitos povos há uma legenda de criaturas voltadas à vida perpétua por uma fatalidade qualquer. Sabido é o mito do paganismo grego que mostrava Prometeu atado ao rochedo do Cáucaso em castigo de seu arrojamento contra o céu, onde se guardavam as chaves da vida. Um abutre a rasgar-lhe as vísceras, o fígado a renascer à proporção que era devorado, e depois um Hércules, individualidade meio-ideal, e meio-verdadeira - que o desata das correntes eternas - tudo isto embeleza a arrojada concepção do grande povo da Antigüidade.



Um apanhado ligeiro de algumas d'essas lendas, vai o leitor contemplar diante de si. Começo por uma balada alemã; o povo alemão é o primeiro povo para essas concepções fantásticas, como um livro de seu compatriota Hoffmann. As margens do Reno são uma procissão continuada de tradições e de mitos, em que um espírito profundamente supersticioso se manifesta. É lá a verdadeira terra da fantasia.

Reza a tradição popular, que um cavalheiro d'aquelas regiões era doido pela caça a que se entregava de corpo e alma como o rei Carlos IX, que não tinha outro mérito além d'esse, exceto o de fazer matar huguenotes, doce emprego para um rei imbecil, como era.

Era pois o cavalheiro da lenda um caçador consumado, e tanto que fazia da caça o seu cuidado favorito, único, exclusivo. Esmolas? Ele não as dava quando na estrada se lhe apresentava a mão descarnada do mendigo; curvo sobre seu cavalo, feroso lá ia ele por montes e vales, como o furacão do inverno; tudo destruía, tudo derrubava, ao pobre lavrador que gastava tempo e vida nas suas messes; passava pela igreja como pela porta de uma taverna; nem lá entrava para orar - ao menos pelo descanso de seus antepassados; o sino que chamava os fiéis à oração não chegava aos seus ouvidos ensurdecidos pelo som da corneta; era a raiva da caça. Deus cansou-se com aquela vida de destruição, e o feriu com sua mão providencial. O castigo caiu sobre a cabeça d'esse cavalheiro condenado a vagar pelas florestas das montanhas de Harz, envoltos ele, cavalo e monteiros no turbilhão de uma caça fantástica. Todas as noites o povo crê ouvir o caçador eterno com toda a sua comitiva em busca de vítimas na floresta. Não é talvez mais que um efeito de imaginação esse rumor da montanha produzido pelo sopro de um vento dominante n'essa floresta; mas o povo crê, e não convém destruir as fábulas do povo.

Se é um fato, se é a demonstração de uma máxima, não podemos aqui discutir; eis aí a tradição que o engenho popular construiu, e a religião das lendas tem conservado. Há talvez aqui uma bela análise; talvez uma definição que se compadeça com os destinos do povo. Este cultivo dos mitos não é, talvez, o guardar laborioso das verdades eternas?

É o que não sabemos.

## A REFORMA PELO JORNAL - 23 DE OUTUBRO DE 1859

Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. Devia ser curioso vê-las quando um século despertou ao clarão deste fiat humano; era a cúpula de seu edifício que se desmoronava.

Com o jornal eram incompatíveis esses parasitas da humanidade, essas fofas individualidades de pergaminho alçado e leitos de braços. O jornal que tende à unidade humana, ao braço comum, não era um inimigo vulgar, era uma barreira...de papel, não, mas de inteligências, de aspirações.

É fácil prever um resultado favorável ao pensamento democrático. A imprensa, que encarnava a idéia no livro, expendi eu em outra parte, sentia-se ainda assim presa por um obstáculo qualquer; sentia-se cerrada naquela esfera larga mas ainda não infinita; abriu pois uma represa que a impedia, e lançou-se uma noite aquele oceano ao novo leito aberto: o pergaminho será a Atlântida submergida.

Por que não?

Todas as coisas estão em germen na palavra, diz um poeta oriental. Não é assim?

O verbo é a origem de todas as reformas.

Os hebreus, narrando a lenda do Gênesis, dão à criação da luz a precedência da palavra de Deus. É palpitante o símbolo. O Fiat repetiu-se em todos os casos, e, coisa admirável! sempre nasceu dele alguma luz.

A história é a crônica da palavra. Moisés, no deserto; Demóstenes, nas guerras helênicas; Cristo, nas sinagogas da Galiléia; Huss, no púlpito cristão; Mirabeau, na tribuna republicana; todas essas cabeças salientes do passado, não são senão o fiat multiplicado levantado em todas as confusões da humanidade. A história não é um simples quadro de acontecimentos; é mais, é o verbo feito livro.

Ora pois, a palavra, esse dom divino que fez do homem simples matéria organizada, um ente superior na criação, a palavra foi sempre uma reforma. Falada na tribuna é prodigiosa, é criadora, mas é o monólogo; escrita no livro, é ainda criadora, é ainda prodigiosa, mas é ainda o monólogo; esculpida no jornal, é prodigiosa e criadora, mas não é o monólogo, é a discussão.

E o que é a discussão?

A sentença de morte de todo o *statu quo*, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda.

Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade.

Examinemos.

A primeira propriedade do jornal é a reprodução amiudada, é o derramamento fácil em todos os membros do corpo social. Assim, o operário que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vai lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquele pão do espírito, hóstia social da comunhão pública. A propaganda assim é fácil; a discussão do jornal reproduz-se também naquele espírito rude, com a diferença que vai lá achar o terreno preparado. A alma torturada de individualidade ínfima recebe, aceita, absorve sem labor, sem obstáculo àquelas impressões, aquela argumentação de princípios, aquela arguição de fatos. Depois de uma reflexão, depois um braço que se ergue, um palácio que se invade, um sistema que cai, um princípio que se levanta, uma reforma que se coroa.

Malévola faculdade - a palavra!

Será ou não o escolho<sup>42</sup> das aristocracias modernas, este novo molde do pensamento e do verbo?

Eu o creio de coração. Graças a Deus, se há alguma coisa a esperar é a das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não.

As aristocracias dissolvem-se, diz um eloqüente irmão d'armas<sup>43</sup>. É a verdade. A ação democrática parece reagir sobre as castas que se levantam no primeiro plano social. Os próprios brasões já se humanizam mais, e alguns jogam na praça sem notarem que começam a confundir-se com as casacas do agiota.

Causa riso.

Tremem, pois, tremem com este invento que parece abranger os séculos - e a rasgar desde já um horizonte largo às aspirações cívicas, às inteligências populares.

---

<sup>42</sup> Recife, rochedo à flor d'água, obstáculo, perigo.

<sup>43</sup> Possível referência a Charles Ribeyrolles, escritor e político francês, chegado ao Brasil em 1858, como exilado. Homem ardoroso, republicano fanático, foi amigo de Machado de Assis, sobre quem, juntamente com Eugène Pelletan, exerceu influências, em especial, nas idéias expostas neste texto.

E se quiserem suprimi-lo? Não seria mau para eles; o fechamento da imprensa e a supressão da sua liberdade, é a base atual do primeiro trono da Europa.

Mas como! Cortar as asas de águia que se lança no infinito, seria uma tarefa absurda, e, desculpem a expressão, um cometimento parvo. Os pergaminhos já não são asas de Ícaro. Mudaram as cenas; o talento tem asas próprias para voar; senso bastante para aquilatar as culpas aristocráticas e as proibidades cívicas.

Procedem estas idéias entre nós? Parece que sim. É verdade o jornal aqui não está à altura da sua missão; pesa-lhe ainda o último elo. Às vezes leva a exigência até à letra maiúscula de um título de fidalgo.

Mas, não importa! eu não creio no destino individual, mas aceito o destino coletivo da humanidade. Há um pólo atraente e fases a atravessar. - Cumpre vencer o caminho a todo o custo; no fim há sempre uma tenda para descansar, e uma relva para dormir<sup>44</sup>.

### **O FOLHETINISTA - 30 DE OUTUBRO DE 1859**

Uma das plantas europeias que dificilmente se têm aclimatado entre nós, é o folhetinista.

Se é defeito de suas propriedades orgânicas, ou da incompatibilidade do clima, não o sei eu.

Enuncio apenas a verdade.

---

<sup>44</sup> Esta crônica, de quando Machado de Assis tinha vinte anos de idade, expressa um ideário liberal-reformista quase completo, pelo democratismo, enquanto crença na supremacia moral do povo frente às aristocracias. Reivindicação de liberdade de opinião e expressão etc. O texto, contudo, tem um tom radical e contundente que, nas condições brasileiras da época, colocam Machado de Assis junto dos grandes panfletários do Império. Se continuasse nessa linha de pensamento, certamente se tornaria republicano. Quanto à linguagem, Machado opera com a contradição operário e proletário x aristocracia, sem recorrer ao conceito impreciso de povo. Ironia e sarcasmo estão presentes em algumas passagens do texto.

Note-se o relevo com que Machado de Assis expõe o valor da discussão ao do monólogo, deixando entrever uma de suas constantes mais eficazes: o antidogmatismo como postura, que o leva a questionar e duvidar sempre das verdades que se apresentam prontas e acabadas. Já era clara sua consciência do arbitrário das representações simbólicas na cultura.

Entretanto, eu disse - dificilmente - o que supõe algum caso de aclimação séria. O que não estiver contido n'esta exceção, vê já o leitor que nasceu enfezado, e mesquinho de formas.

O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá se espalhou pelo mundo, ou pelo menos por onde maior proporção tomava o grande veículo do espírito moderno; falo do jornal.

Espalhado pelo mundo, o folhetinista tratou de acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais. Se o têm conseguido por toda a parte, não é meu fim estudá-lo; cinjo-me ao nosso círculo apenas.

Mas comecemos por definir a nova entidade literária.

O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudônimo, o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação.

O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como pólos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.

Efeito estranho é este, assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. D'aquela cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca ao devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; o capital próprio.

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política.

Assim aquinhoado pode dizer-se que não há entidade mais feliz n'este mundo, exceções feitas. Tem a sociedade diante de sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo, e a *bas-bleus* para aplaudi-lo.

Todos o amam, todos o admiram, porque todos têm interesse de estar bem com esse arauto amável que levanta nas lojas do jornal, a sua aclamação de hebdomadária.

Entretanto, apesar d'essa atenção pública, apesar de todas as vantagens de sua posição, nem todos os dias são tecidos de ouro para os folhetinistas. Há-os negros, com fios de bronze; à testa d'eles está o dia... adivinhem? o dia de escrever!

Não parece? Pois é verdade puríssima. Passam-se séculos nas horas que o folhetinista gasta à mesa a construir a sua obra.

Não é nada, é o cálculo e o dever que vem pedir da abstração e da liberdade - um folhetim! Ora, quando há matéria e o espírito está disposto, a coisa passa-se bem.

Mas quando, à falta de assunto se une aquela morbidez moral, que se pode definir por um amor ao *far niente*, então é um suplício...

Um suplício, sim.

Os olhos negros que saboreiam essas páginas coruscantes de lirismo e de imagens, mal sabem às vezes o que custa escrevê-las.

Para alguns não procede este argumento; porque para alguns há provimento de matéria, certos livros a explorar, certos colegas a empobrecer...

Esta espécie é uma aberração do verdadeiro folhetinista; exceções desmoralizadoras que nodoam as reputações legítimas.

Escritas, porém, as suas tiras de convenção, a primeira hora depois é consagrada ao prazer de desferrar-se de uma maçada que passou. N'aquela noite é fácil encontrá-lo no primeiro teatro ou baile aparecido.

A túnica de Nessus caiu-lhe dos ombros por sete dias.

Como quase todas as cousas d'este mundo o folhetinista degenera também. Alguma das entidades que possuem essa capa, esquecem-se de que o folhetim é um confeito literário sem horizontes vastos, para fazer d'ele um canal de incenso às reputações firmadas, e inventivas às vocações em flor, e aspirações bem cabidas.

Constituindo assim cardeal-diabo da cúria literária, é inútil dizer que o bom senso e a razão friamente o condenam e votam ao ostracismo moral, ausência de aplausos e de apoio.

Não é este o único abuso que se dá. É costume de outros levantarem o folhetim como a chave de todos os corações, como a foice de todas as reputações indeléveis.

E conseguem [...]

Na apreciação do folhetinista pelo lado local temo talvez cair em desagrado negando a afirmativa. Confesso apenas exceções. Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se, nas suas divagações sobre o *boulevard e café Tortoni*, de que está sobre um *mac-adam* lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio de um deserto.

Alguns vão até Paris estudar a parte fisiológica dos colegas de lá; é inútil dizer que degeneram no físico como no moral.

Força é dizê-lo: a cor nacional, em raríssimas exceções, tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil.

Entretanto, como todas as dificuldades se aplanam, ele podia bem tomar mais cor local, mais feição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional, tão presa a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa.

### 15 DE DEZEMBRO DE 1877

#### I

Toda a história d'estes quinze dias está resumida em um só instante e n'um acontecimento único: a morte de José de Alencar. Ao pé d'esse fúnebre sucesso, tudo o mais empalidece. Quando começou a correr a voz de que o ilustre autor do Guarani sucumbira ao mal que há muito o minava, todos recusavam dar-lhe crédito, tão impossível parecia que o criador de tantas e tão notáveis obras pudesse sucumbir ainda em pleno vigor do espírito.

Quando uma individualidade se acentua fortemente e alcança, através dos anos e dos trabalhos, a admiração de todos, parece ao espírito dos demais homens que é incompatível com ela a lei comum da morte. Uma individualidade d'essas não cai do mesmo modo que as outras; não é incidente vulgar, por mais vulgar e certo que seja o destino que a todos está reservado; é um acontecimento, em alguns casos é um luto público.

#### II

José de Alencar ocupou nas letras e na política um lugar assaz elevado para que o seu desaparecimento fosse uma comoção pública. Era o chefe aclamado da literatura nacional. Era o mais fecundo de nossos escritores. Essa imaginação vivíssima parecia exprimir todo o esplendor da natureza da sua pátria. A política o furtou alguns anos; a alta administração alguns meses; e na política, como na administração, como no foro, deu testemunho de inteligência das cousas positivas.

Não contarei a vida de José de Alencar; é das mais cheias e das mais exemplares. A imprensa jornalística o revelou ao país, em artigos de estudo poético,

singular estréia para a primeira das imaginações brasileira. Um dia, mais tarde, veio uma crítica e um ensaio de romance; uma comédia depois; e d'aí em diante não teve mais repouso aquele espírito, cuja lei era o trabalho.

Como romancista e dramaturgo, como orador e polemista, deixa de si exemplos e modelos dignos dos aplausos que tiveram e hão de ter. Foi um engenho original e criador; e não foi só isso, que já seria muito; foi também homem de profundo estudo, e de aturada perseverança. José de Alencar não teve lazeres; a sua vida era uma perpétua oficina.

### III

Já a esta hora a notícia do desastre das nossas letras corre o Império; já o fio telegráfico a levou, através do Atlântico, por onde nos trouxe não há muito a notícia da morte do autor do Eurico.

Ambas as literaturas do nosso idioma estão de luto; com pouco intervalo as feriu a lei da morte.

Que a geração que nasce e as que hão de vir aprendam no modelo literário que acabamos de perder as regras da nossa arte nacional e o exemplo do esforço fecundo e de uma grande vida. A geração atual pode legar com orgulho aos vindouros a obra vasta e brilhante do engenho d'esse poeta da prosa, que soube todos os tons da escala, desde o mavioso até o épico.

Poucas linhas são estas, poucas e pálidas, mas necessárias ainda assim, porque são a expressão de um dever de brasileiro e de admirador.

## GAZETA DE NOTÍCIAS -4 DE JULHO DE 1883

Ocorreu-me compor umas certas regras para uso dos que freqüentam *bonds*. O desenvolvimento que tem tido entre nós esse meio de locomoção, essencialmente democrático, exige que ele não seja deixado ao puro capricho dos passageiros. Não posso dar aqui mais do que alguns extratos do meu trabalho; basta saber que tem nada menos de setenta artigos. Vão apenas dez.

### Art. I - *Dos encatarroados*

Os encatarroados podem entrar nos *bonds* com a condição de não tossirem mais de três vezes dentro de uma hora, e no caso de pigarro, quatro.



Quando a tosse for tão teimosa, que não permita esta limitação, os encatarroados têm dois alvitres: - ou irem a pé, que é bom exercício, ou meterem-se na cama. Também podem ir tossir para o diabo que os carregue.

Os encatarroados que estiverem nas extremidades dos bancos, devem escarrar para o lado da rua, em vez de fazerem no próprio *bond*, salvo caso de aposta, preceito religioso ou maçônico, vocação, etc., etc.

*Art. II - Da posição das pernas*

As pernas devem trazer-se de modo que não constriam os passageiros do mesmo banco. Não se proíbem formalmente as pernas abertas, mas com a condição de pagar os outros lugares, e fazê-los ocupar por meninas pobres ou viúvas desvalidas, mediante uma pequena gratificação.

*Art. III - Da leitura dos jornais*

Cada vez que um passageiro abrir a folha que estiver lendo, terá o cuidado de não roçar as ventas dos vizinhos, nem levar-lhes os chapéus. Também não é bonito encostá-los no passageiro da frente.

*Art. IV - Dos quebra-queixos*

É permitido o uso dos quebra-queixos em duas circunstâncias: - a primeira quando não for ninguém no bonde, e a segunda ao descer.

*Art. V - Dos amoladores*

Toda a pessoa que sentir necessidade de contar os seus negócios íntimos, sem interesse para ninguém, deve primeiro indagar do passageiro escolhido para uma tal confidência, se ele é assaz cristão e resignado. No caso afirmativo, perguntar-se-lhe-á se prefere a narração ou uma descarga de pontapés, a pessoa deve imediatamente pespegá-los. No caso, aliás extraordinário e quase absurdo, de que o passageiro prefira a narração, o proponente deve fazê-lo minuciosamente, carregando muito nas circunstâncias mais triviais, repetindo os ditos, pisando e repisando as coisas, de modo que o paciente jure aos seus deuses não cair em outra.

*Art. VI - Dos perdigotos*

Reserva-se o banco da frente para a emissão dos perdigotos, salvo nas ocasiões em que a chuva obriga a mudar a posição do banco. Também podem emitir-se na plataforma de trás, indo o passageiro ao pé do condutor, e a cara para a rua.

Art. VII - *Das conversas*

Quando duas pessoas, sentadas a distância, quiserem dizer alguma coisa em voz alta, terão o cuidado de não gastar mais de quinze ou vinte palavras, e, em todo caso, sem alusões maliciosas, principalmente se houver senhoras.

Art. VIII - *Das pessoas com morrinha*

As pessoas que tiverem morrinha, podem participar dos *bonds* indiretamente: ficando na calçada, e vendo-os passar de um lado para outro. Será melhor que morem em rua por onde eles passem, porque então podem vê-los mesmo da janela.

Art. IX - *Da passagem às senhoras*

Quando alguma senhora entrar, o passageiro da ponta deve levantar-se e dar passagem, não só porque é incômodo para ele ficar sentado, apertando as pernas, como porque é uma grande má-criação.

Art. X - *Do pagamento*

Quando o passageiro estiver ao pé de um conhecido, e, ao vir o condutor receber as passagens, notar que o conhecido procura o dinheiro com certa vagareza ou dificuldade, deve imediatamente pagar por ele: é evidente que, se ele quisesse pagar, teria tirado o dinheiro mais depressa.

## 8 DE JULHO DE 1885

O que é política? Aqui há anos, creio que por 1849, lembrou se alguém de propor a questão em um jornal. A questão era saber o que é honra. Em vez, porém, de escrever deveras aos outros, coligir as respostas e publicá-las, engendrou as respostas no escritório, e deu-as a lume.

Compreende-se que isso se fizesse em 1849. Naquele tempo fazia-se a eleição a bico de pena. Mas depois da lei de 1880<sup>45</sup>, não há meio de recorrer a outra cousa que não seja o sufrágio direto.

Foi o que fiz em relação à política. Peguei de tudo o que sabia nesta matéria (e não valia dois caracóis), arranjei um embrulho e mandei deitá-lo à praia. Depois

---

<sup>45</sup> Lei eleitoral promulgada em janeiro de 1881 pelo gabinete chefiado por José Antônio Saraiva, “estipulando o processo da eleição direta e, pela primeira vez, firmando o princípio liberal da capacidade eleitoral dos católicos e dos libertos”, segundo Pandiá Calógeras.

escrevi uma carta aos meus concidadãos, pedindo-lhes que me dissessem francamente o que consideravam que fosse política, e dispensando-os de citar Aristóteles nem Maquiavelli, Spencer nem Comte, não só porque apenas se devem citar os devedores remissos (e Deus sabe se aqueles quatro são credores de meio mundo!), como porque os referidos autores são estranhos completamente ao

Tirolito que bate, bate,

Tirolito que já bateu.

Relativamente a este *Tirolito*, disse-lhes que era uma cantiga, e que as cantigas, ao contrário do que queria o nosso Álvares de Azevedo, fazem adiantar o mundo. *Il chantent, ils payeront*, dizia não sei que profundo político francês; e o nosso maestro Ferrari, original como um bom italiano, emendou a máxima, e aplicou-a aos nossos dias: *Nous chanterons, ils payeront*. Um e outro são muito superiores aos mestres apontados<sup>46</sup>.

Não tardou que o correio começasse a entregar-me as respostas; e, como eu não pagava o porte, reconheci que há neste mundo uma infinidade de filhos de Deus, ou do Diabo que os carregue, que estão à espreita de um simples pretexto para comunicar as suas idéias, ainda à custa dos vinténs magros.

Não publico todas as definições recebidas, porque a vida é curta, *vita brevis*. Faço, porém, uma escolha rigorosa, e dou algumas das principais, antes de contar o que me aconteceu neste inquérito, e foi o que se há de ver adiante, se Deus não mandar o contrário.

Uma das cartas dizia simplesmente que a política é tirar o chapéu às pessoas mais velhas. Outra afirmava que a política é a obrigação de não meter o dedo no nariz. Outra, que é, estando à mesa, não enxugar os beiços no guardanapo da vizinha, nem na ponta da toalha. Um secretário de *club* dançante jura que a política é dar excelência às moças, e não lhes pôr alcunhas quando elas já têm par para festa. Segundo um morador da Tijuca, a política é agradecer com um sorriso animador ao amigo que nos paga a passagem.

Muitas cartas são tão longas e difusas, que quase se não pode extrair nada. Citarei dessas a de um barbeiro, que define a política como a arte de lhe pagarem as

---

<sup>46</sup> Os dois versos da cantiga infantil e popular parecem indicar que Machado de Assis vai “pesquisar” o conceito de política segundo o senso comum. Nisso é que está a superioridade, aponta ironicamente, do “profundo político francês e do Maestro Ferrari”, sobre os quatro pensadores antes indicados. Vê-se pelo jogo de palavras em francês que, para o senso comum, a política é uma questão de interesses privados, particulares, e não públicos coletivos.

barbas, e a de um boticário para quem a verdadeira política é não comprar nada na botica da esquina.

Um sectário de Comte (viver às claras) afirma que a política é berrar nos *bonds*, quer se trate dos negócios da gente, quer dos estranhos.

Não entendi algumas cartas. A letra de outras é ilegível. Outras repetem-se. Cinco ou seis dão como suas, opiniões achadas nos livros. Uma dama gamenha escreve-me, dizendo que a política é praticar com os olhos o que está no Evangelho de S. Mateus, cap. VII, verso 7: “batei e abrir-se-vos-á”.

Note-se que, em todo esse montão de cartas, não há uma só de deputado ou senador, e contudo escrevi a todos eles pedindo uma definição.

Minto; o Sr. Zama deu-me anteontem uma resposta, embora indiretamente. S. Ex<sup>a</sup>. disse na Câmara que quer a abolição imediata, mas aceitou o projeto passado e aceita este, pela regra Terêncio: quando não se pode obter o que se quer, é necessário que se queira aquilo que se pode. Regra que me faz lembrar textualmente aquela outra de Thomas Corneille:

*Quando n n'a pás ce que l'on aime, Il faut aimer ce que l'on a.*

Terêncio ou Corneille, tudo vem a dar neste velho adágio, que diz que quem não tem cão, caça com o gato. É oportunismo, confesso; mas prefiro-lhe o aparte de um deputado, no discurso do Sr. Rodrigues Alves, este tachava um presidente de interventor, não porque recomendasse candidatos, mas porque fez favores a amigos destes. “Quería que os fizesse aos amigos de V. Ex<sup>a</sup>.?” Perguntou um colega. Tal qual a política do boticário: não comprar na botica da esquina.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Ao atribuir às cartas supostamente recebidas as opiniões sobre a política, o cronista, através do humor e sátira, questiona o oportunismo. E demonstra que o oportunismo é o modo corriqueiro de o indivíduo sobrepor seus interesses particulares ou de grupo ao bem comum. Na crônica, há um movimento temporal (no passado justificava-se forjar resposta porque o resultado das eleições era também forjado, isto é, eleição a bico de pena), em que ocorre uma atualização do passado para o presente, o qual não é diferente daquele. Isso implica que a lei eleitoral de 1880 apenas teria servido para mascarar as eleições a bico de pena e propiciar o florescimento do oportunismo. Este é tema constante em Machado, nas crônicas, contos e romances, abarcando as personagens que vivem na periferia do poder. Brás Cubas é talvez o maior oportunista na obra de Machado. O leitor poderá pesquisar o assunto em Machado e relacioná-lo com a vida política do país.

## BONS DIAS! - 19 DE MAIO DE 1888

Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post facto, depois do gato morto*, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira<sup>48</sup>, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa dos seus dezoito anos, mais ou menos<sup>49</sup>. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que os meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

No golpe do meio (*coup du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua<sup>50</sup>), levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que, acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio a abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho), pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembléia que correspondesse ao ato que eu acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvei cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

- Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

<sup>48</sup> I. é no dia 7 de maio.

<sup>49</sup> Este “mais ou menos” talvez encerre uma história. Se tivesse realmente dezoito anos, Pancrácio teria nascido antes da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), e portanto, não sendo ingênuo, valeria mais. Será que seu generoso senhor “esqueceu-se”, ou simplesmente falsificou a sua data de nascimento?

<sup>50</sup> O *coup du milieu*, que normalmente vem escrito “*coupe de milieu*”, era uma bebida, às vezes acompanhada de brindes, que se tomava no meio de um banquete. Nosso herói não só mostra um patriotismo ridículo ao traduzir esta frase, como é bem possível que traduza mal, pois a tradução lógica seria “taça do meio”. Às vezes, como neste caso, ou na frase “*boire um coup*”, a palavra pode significar “taça” e não “golpe”.

- Oh! meu senhô! fico.
- ..Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...
- Artura não qué dizê nada, não, senhô...
- Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis<sup>51</sup>; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.
- Eu vaio um galo, sim, senhô.
- Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposição) é então professor de Filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

BOAS NOITES.

---

<sup>51</sup> Para dar uma idéia do mínimo valor deste ordenado, que seria mensal, dou os preços de alguns artigos: uma camisa normal custava uns 3 mil-réis, o aluguel mensal de uma casa de duas salas, dois quartos, cozinha e quintal, por mês, 35 mil-réis, um almoço ou jantar no Hotel Javanês, quatrocentos réis. A *GN* custava quarenta réis.

## Bons Dias! - 20-21 de Maio de 1888 (Imprensa Fluminense)

Algumas pessoas pediram-me a tradução do evangelho que se leu na grande missa campal do dia 17<sup>52</sup>. Estes meus escritos não admitem traduções, menos ainda serviços particulares; são palestras com os leitores e especialmente com os leitores que não têm que fazer. Não obstante, em vista do momento, e por exceção, darei aqui o evangelho, que é assim:

- No princípio era Cotejipe<sup>53</sup>, e Cotejipe estava com a Regente, e Cotejipe era a Regente<sup>54</sup>.

- Nele estava a vida, com ele viviam a Câmara e o Senado.

- Houve então um homem de São Paulo, chamado Antônio Prado<sup>55</sup>, o qual veio por testemunha do que tinha de ser enviado no ano seguinte.

- E disse Antônio Prado: O que há de vir depois de mim é o preferido, porque era antes de mim.

- E, ouvindo isto, saíram alguns sacerdotes e levitas e perguntaram-lhe: Quem és tu?

- És tu, Rio Branco<sup>56</sup>? E ele respondeu: Não o sou. És tu profeta? E ele respondeu: Não. Disseram-lhe então: Quem és tu logo, para que possamos dar resposta aos chefes que nos enviaram?

- Disse-lhes: Eu sou a voz que clama no deserto. Endireitai o caminho do poder, porque aí vem o João Alfredo<sup>57</sup>.

- Estas coisas passaram-se no Senado, da banda de além do Campo da Aclamação, esquina da Rua do Areal.

---

<sup>52</sup> Missa ao ar livre, celebrada no Campo de São Cristóvão em 17 de maio, em ação de graças pela Abolição, na presença da princesa regente e de muitos outros dignitários.

<sup>53</sup> João Maurício Wanderley, Barão de Cotejipe (1815-1889), presidente do Conselho, 1885-88. Antiabolucionista, forçado a se demitir em março de 1888, a fim de abrir caminho para o governo de João Alfredo, que decretou a completa abolição.

<sup>54</sup> Princesa Isabel (1846-1921).

<sup>55</sup> Antônio da Silva Prado (1840-1929). Importante político paulista, que mudou de posição em 1887, passando do combate à Abolição ao reconhecimento de sua necessidade. Tal mudança foi decisiva para a queda do governo de Cotejipe.

<sup>56</sup> José Maria da Silva Paranhos, Visconde de Rio Branco (1819-1880), cujo governo, em 1871, aprovou a Lei do Ventre Livre.

<sup>57</sup> João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919); ministro do império no governo Rio Branco, mas contra a Abolição até o final de 1887, quando se convenceu de sua necessidade. Presidente do Conselho no governo formado em março de 1888.

- No dia seguinte, viu Antônio Prado a João Alfredo, que vinha para ele, depois de guardar o chapéu no cabide dos senadores, e disse: Eis aqui o que há de tirar os escravos do mundo. Este é o mesmo de quem eu disse: Depois de mim virá um homem que me será preferido, porque era antes de mim.

- Passados meses, aconteceu que o espírito da Regente veio pairar sobre a cabeça de João Alfredo, e Cotejipe deixou o poder executivo e o poder executivo passou a João Alfredo.

- E João Alfredo, indo para a Galiléia<sup>58</sup>, que é no caminho de Botafogo<sup>59</sup>, mandou dizer a Antônio Prado, que estava perto da Consolação<sup>60</sup>. Vem, que é sobre ti que edificarei a minha igreja.

- Depois, indo a uma cela de convento, viu lá um homem por nome Ferreira Viana<sup>61</sup>, o qual descansava de uma página de Agostinho, lendo outra de Cícero, e disse-lhe: Deixa esse livro e segue-me, que em breve te farei outro Cícero, não de romanos, mas de uma gente nova; e Ferreira Viana, despindo o hábito e envergando a farda, seguiu a João Alfredo.

- Em caminho achou João Alfredo a Vieira da Silva<sup>62</sup>, e perguntou-lhe: És tu maçom?

- E ele respondeu: Sou, mas posso dizer-te, pelo que tenho visto, que maçom e ministro de ordem terceira é a mesma pessoa. Disse-lhe então João Alfredo: Vem comigo; serás ministro da ordem primeira, e trabalharás pelo Céu.

- Depois, vendo um homem que passava, disse João Alfredo: Vem aqui: não és Rodrigo Silva<sup>63</sup>, que agricultavas a terra no tempo de Cotejipe? E Rodrigo respondeu: Tu o disseste. E tornou João Alfredo: Onde vai agora que parece

<sup>58</sup> Galiléia é um famoso engenho de Pernambuco, província pela qual João Alfredo foi senador. O irônico significado religioso é suficientemente claro.

<sup>59</sup> Isto é, o Palácio Isabel (hoje Palácio Guanabara), a residência da regente e do seu consorte, o Conde d'Eu.

<sup>60</sup> O Palacete da Consolação, residência particular de Antônio Prado em São Paulo.

<sup>61</sup> Antônio Ferreira Viana (1832-1903); ministro da Justiça no gabinete João Alfredo. Conhecido adepto do clericalismo, muitas vezes caricaturado como um religioso. Também é famoso por seu discurso "Conferência dos divinos", atacando o imperador, a quem chamou de "César caricato" em 1882. Sua escolha como ministro foi, portanto, assunto de muitos comentários irreverentes.

<sup>62</sup> Luís Antônio Vieira da Silva, Visconde de Vieira da Silva (1828-1889); ministro da Marinha. Importante e antigo membro da maçonaria, cujos interesses defendeu durante a crise da "Questão Religiosa", em 1873. O comentário irônico sobre a identidade dos maçons e membros de ordens religiosas caritativas remonta a essa mesma crise que teve sua origem na questão de se devia ou não permitir aos maçons ingressar em tais ordens. Machado de Assis jamais viu a "Questão" em termos de princípios, como a viam os litigantes; considerava-a uma disputa em torno de um pseudoprincípio.

<sup>63</sup> Rodrigo Augusto da Silva (1843-1889). Ministro da Agricultura no gabinete Cotejipe e também no gabinete João Alfredo. Quando Antônio Prado foi para São Paulo, depois da formação deste último, assumiu o cargo de ministro de Relações Exteriores (isto é, relações com "os gentios").



abandonar-me? Vem comigo, e lavrarás a terra, e tratarás com os gentios, ao mesmo tempo, porque Antônio Prado vai a São Paulo, onde padecerá e donde voltará mais robusto.<sup>64</sup>

- Depois, vendo Tomás Coelho, o homem justo, da tribo de Campos<sup>65</sup>, disse: O Senhor Deus dos Exércitos manda que sejas ministro da Guerra. E descobrindo Costa Pereira<sup>66</sup>: Este é o que esteve comigo em 1871: eu o conheço; vem, serás também meu discípulo.

- Unidos os sete, disse João Alfredo: Sabeis que vim libertar os escravos do mundo, e que esta ação nos há de trazer glória e amargura; estais dispostos a ir comigo?

- E respondendo todos que sim, disse um deles por parábola, que no ponto em que estavam as coisas, melhor era cortar a perna que lavar a úlcera, pois a úlcera ia corrompendo o sangue.

- Mas, ficando João Alfredo pensativo, disseram os outros entre si: Que terá ele?

- Então o mestre, ouvindo a pergunta, disse: Prevejo que há de haver uma consulta de sacerdotes e levitas, para ver se chegam a compor certo unguento, que os levitas aplicarão na úlcera; mas não temais nada, ele não será aplicado.

- E como perguntassem alguns qual era a composição desse unguento, o discípulo Viana, mui lido nas escrituras disse:

- Está escrito no livro de *Elle Haddebarim*, também chamado *Deuteronômio*, que quando o escravo tiver servido seis anos, no sétimo ano o dono o deixe ir livre, e não com as mãos abanando, senão com um alforje de comida e bebida. Este é de certo o unguento lembrado, menos talvez o alforje e os seis anos<sup>67</sup>.

- E acudiu João Alfredo: Tu o disseste: três anos bastam aos levitas e sacerdotes, mas a úlcera é que não espera.

- Ora pois vinde e falemos a verdade aos homens.

<sup>64</sup> Antônio Prado ficou doente em São Paulo, durante o mês de abril de 1888. Houve quem dissesse que a doença era fingida, e que apenas queria distanciar-se, nos sentidos literal e metafórico, do governo de João Alfredo. Daí talvez o tom desta última frase.

<sup>65</sup> Tomás José Coelho de Almeida (1838-1895). Ministro da Guerra. Dono de engenho em Campos. A frase “homem justo” pode ser uma referência pessoal, por parte de Machado, porque Coelho o fizera chefe de seção no Ministério da Agricultura, em 1876, e foi felicitá-lo por ocasião da sua promoção a oficial da Ordem da Rosa.

<sup>66</sup> José Fernandes da Costa Pereira (1835-1889). Ministro do império no novo gabinete. Presidente de São Paulo em 1871 - daí talvez “esteve comigo em 1871”.

<sup>67</sup> A citação é do *Deuteronômio* 15:12-14. *Elle Haddebarim* é um nome alternativo para o livro, e corresponde às duas primeiras palavras hebraicas do texto: “Estas são as palavras”.

- E, tendo a Regente abençoado a João e seus discípulos, foram estes para as câmaras, onde apresentaram o projeto de lei, que, depois de algumas palavras duras e outras cálidas de entusiasmo, foi aprovado no meio de flores e aclamações.
- A Regente, que esperava a lei nova, assinou com sua mão delicada e superna.
- E toda a terra onde chegava a palavra da Regente, de João Alfredo e dos seus discípulos, levantou brados de contentamento, e os próprios senhores de escravos a ouviam com obediência.
- Menos no Bacabal, província do Maranhão, onde alguns homens declararam que a lei não valia nada, e, pegando no azorrague, castigaram os seus escravos cujo crime nessa ocasião era unicamente haver sido votada uma lei, de que eles não sabiam nada; e a própria autoridade se ligou com esses homens rebeldes.
- Vendo isto, disse um sisudo de Babilônia, por outro nome Carioca: Ah! Se estivessem no Maranhão alguns ex-escravos daqui, que depois de livres, compraram também escravos, quão menor seria a melancolia desses que são agora duas coisas ao mesmo tempo, ex-escravos e ex-senhores. Bem diz o *Eclesiastes*: Algumas vezes tem o homem domínio sobre outro homem para desgraça sua.<sup>68</sup> O melhor de tudo, acrescento eu, é possuir-se a gente a si mesmo.

BOAS NOITES.

---

<sup>68</sup> *Eclesiastes* 8: 9.

ANEXO B - Crônicas de Carlos Drummond de Andrade sob o Pseudônimo de Antônio Crispim

**FAMÍLIA NO BONDE**

Publicada no Minas Gerais em 10/ 05/ 1930, p. 12.

Aqueles que, solteirões como eu, não têm o coração ressequido pelo escasso funcionamento, pois, à falta de “casos” próprios, se interessam pelos dos outros, olharão sempre com ternura para uma família no bonde. Falo de uma família decomposta em seus membros essenciais: pai, mãe e filho. As chamadas famílias cearenses, que costumam abranger dezenas de pessoas, não produzem a mesma impressão; de resto, nem caberiam no bonde. Eu me refiro é a essas comoventes pequenas famílias de três pessoas, ou de duas pessoas e meia, porque o garoto é de colo (podia ser de circo) e todo se aconchega no regaço materno. O pai senta-se na beirada, com ar protetor (está provado que esse lugar do bonde é o mais perigoso e não ficava bem a um pai expor os entes queridos aos riscos, mesmo duvidosos, dessa colocação). A mãe senta-se ao lado e, no meio, como uma pessoa grande, o homenzinho de dois anos. A mãe não queria que o menino se sentasse assim: pagaria passagem, ao passo que no colo...”No colo não, intervém, orgulhoso, o pai da criança. Meu filho tem idade suficiente para pagar passagem e graças a Deus, eu tenho dinheiro”. “Não precisa barulho, José, responde a mulher, eu sento o menino no banco”. Sorriso vitorioso do pai. Condescendência afetuosa da mãe. Enquanto isso, o garoto apronta uma manhã daquelas.

Ele não quer ficar sentado e não quer ficar no colo. Agita-se no banco, na direção de um chapéu feminino, absurdo, que lhe acena um cacho de uvas maduras. Coitado, não sabe que as uvas estão verdes, isto é, são artificiais. A dona do chapéu vira o rosto para protestar. A mãe ia dar um beliscão no menino, mas não dá. Para vingar-se da outra, compõe um “sorriso de circunstância”, à maneira de Carlito, e envolve com ele as carnes tenras e adoráveis do filho.

Chega o condutor. O pai tira do bolso, convictamente, uma nota de dois mil réis, emendada no meio, e com a numeração difícil de se ler. Percebe-se que condutor sentiu uma ligeira repugnância por esse papel velho. Oh, uma repugnância

ligeira. O condutor dobra a nota entre os dedos, puxa o troco no bolso do colete. Reclamação do pai: “Não Sr., tire três passagens: o pequeno também paga”. A mãe abre os olhos espantados de lástima: “Você é um perdulário, José. Ele nem tinha reparado no Bilico”.

Porém, Bilico desenvolve uma atividade tremenda para que todo mundo repare nele. Começa a cantar. Não é propriamente o que se chama um cantor. Será, quando muito, uma voz em botão. “Fez dois anos em fevereiro”, informa, enternecida, a mãe, à vizinha do banco, que carrega um embrulho de jornal e pede essa informação com o nariz. Bilico já não canta mais: grita. Assim, não é engraçado, é francamente insuportável. “O sr. não pode dar um jeito nessa criança?” Perguntam, não com os lábios, mas com os olhos, os vinte e cinco passageiros do veículo. Um sujeito esverdeado e provavelmente mal dormido, ruma o assassinato do inocente: “Só matando”. Ele não diz isso, mas há uma sombra de crime na sua fisionomia. O garoto corre perigo.

Felizmente o bonde chega ao fim da linha, ou a família ao fim da viagem, e os pais descem com infinita precaução o “encanto do lar”. Sorriso vitorioso do pai. Ternura derramada da mãe. Bilico vai importante entre essas duas felicidades.

## DE MAIO

Publicação no Minas Gerais em 09/05/1930, p. 10.

Já estamos no dia 9 e ainda não me convenci de que este é o mês de maio, tão celebrado nas memórias que guardo do tempo da infância.

Faço um esforço generoso para sentir, no ar, o cheiro do incenso, misturado a um outro cheiro que não sei bem se será de flores cristãs ou de pensamentos cristãos - ambos suavíssimos. Procuo ouvir os sinos que na tarde pura, sem o pecado de uma nuvem, chamavam as devotas de xale preto, os homens simples e graves, as crianças ambiciosas de cartuchos de amêndoas - para a festa da coroação. E nem escuto os sinos nem aspiro esses velhos perfumes, na cidade que se vai forrando de macadame betuminoso e enchendo de autos e panatropes. Positivamente, maio emigrou das capitais. Também não era aqui o lugar dele. Maio exige uma virgindade de espírito sem sombras, sem desejos e sem ironia. Na

composição de seu sortilégio entram materiais que estão longe de ser encontrados no bruaá metropolitano. A sua música não é de hoje, não bole com os nervos nem mexe com a gente. A sua poesia é estática. As próprias cores de que se veste o mês mariano são cores que não figuram no arco-íris moderno nem tingem a nossa vida urbana: ele é branco e azul. É também cor-de-rosa. Ora, isto não são cores que se confessem.

Faço uma última tentativa, e vou às igrejas para descobrir, junto ao altar de Nossa Senhora, os anjos e as virgens que fugiram do céu numa hora em que S. Pedro cochilava, fazendo a digestão, e que vieram encher de cânticos a Terra. Sim, lá estavam eles, pequenininhos e azuis. Mas em torno deles eu não vi os fiéis enlevados que enchiam as naves de minha infância. Achei caras melancólicas, identifiquei tipos preocupados. O câmbio? A situação da Índia? O livro do sr. Graça Aranha? A febre dos suicídios? Não sei; mas eram caras preocupadas.

Foi-se o encantamento pueril e complicado de maio. A coroação da Santa só se faz nos domingos e dias de maior relevo, não é mais a festa cotidiana que punha um instante de serenidade religiosa nessa mistura de corpos e coisas que é a vida. E não há o respeito de antigamente. As próprias coroações eram mais bonitas naquele tempo.

Maio desertou as cidades. Para onde teria ido? Não perguntemos, meus irmãos. É melhor ler aqueles versos de Augusto Meyer, que começam assim:

*O sino da Matriz bateu seis horas,  
Viva o dia que foi-se embora!  
E que continuam nesse tom:  
Infância, fonte clara... A vela  
arde e treme no altar da capela  
Talvez que maio tenha emigrado para a poesia. Quem sabe?*

### **MINUTO PARA DANÇAR**

Publicada no Minas Gerais em 08\05\1930, p. 11-12.

À hora em que escrevo estas linhas, estão dançando no vasto salão sob o holofote, na rua Rio de Janeiro, mas à hora em que elas forem lidas, ninguém estará

dançando mais, e eu, que não fui ao baile da Associação Universitária, tiro com isso uma vingança de todos que foram lá. Afinal, meus amigos, sempre chega uma hora em que os pés dançarinos se cansam. A mão que faz a notícia para vocês também se fatiga, e no dia indiferente, de uma indiferente claridade, mãos e pés concordam em classificar a vida como uma inutilidade e uma caceteação.

Não me julguem perverso, apenas porque insinuo essas reflexões, aliás baratas. Se alguém as lesse, já de smoking, terno branco, ou simplesmente com a roupa “de ver Deus” (não é exigido traje de rigor, dizem os convites), duvido muito que trocasse essa indumentária pelo pijama e, em vez de ir dançar, fosse ler os “Pensamentos Consoladores”, de São Francisco Sales. Está escrito que aquele que nasceu para dançar, dançará sempre, e os salões deste mundo continuarão abertos para o fox-trot que já se chamou valsa e também schottisch. Os pés sentem cócegas sobre o tapete, e os braços, que adquiriram o hábito (doce hábito) de cingir a feminina cintura apresentam-se para mais um experimento desse gênero. Sim, seria inútil eu tentar convencer aos meus leitores e leitoras de que não devem ir ao baile da Associação Universitária e a todos os outros bailes possíveis e impossíveis. Praticamente, a festa dos estudantes já é uma linda coisa acabada. Estão dançando no salão da rua Rio de Janeiro, mas daqui algumas horas não dançarão mais. Seria inútil e absurdo mandar parar este tango ou calar este trombone de vara, tango e trombone passageiros como eu, como você que me lê, ela que não me lê e outros habitantes humorísticos da América do Sul.

Já perceberam que eu desenvolvi aqui filosofia surradíssima do “Eclesiastes”: tudo é vaidade, tudo passa, nada vale nada. A vida e os seus programas foram organizados com muita antecedência e mediocridade. Há um minuto para dançar e outro minuto para ficar quieto. Os que são coxos, como Lord Byron, podem trocar a dança pela equitação, por exemplo. O que não é possível nem razoável é bisar<sup>69</sup> eternamente o tango que sabíamos curto, ou dançar disfarçado, como fazem alguns pares incorrigíveis. Pensando bem, é melhor dançar um minuto do que gastar esse minuto zombando dos outros que dançam. E por falar nisso: terça-feira que vem, Hugo Gouthier vai dar o grande baile deste ano do Centro dos Acadêmicos de Direito, no edifício da Escola Normal Modelo.

---

<sup>69</sup> O vocábulo encontra-se grafado com “z” na publicação pesquisada.

## ELAS VOLTARAM

Publicada no Minas Gerais em 21-22/04/1930, p. 6.

Elas já voltaram, as que foram passar a Semana Santa em Ouro Preto, Mariana, São João Del-Rei e outros abismos da história mineira. Entre dois domingos, o de Ramos e o da Ressurreição, a cidade ficou vazia de alguns dos seus rostos mais lindos, e só não se lamentou muito esse desaparecimento simultâneo porque os dias sagrados convidavam à meditação sobre as verdades eternas, distraíndo o espírito de todo vão cuidado terreno. Mas agora que mergulhamos de novo no efêmero e no cotidiano, e que é preciso colorir esse cotidiano, não custa nada a gente confessar que tinha percebido a falta dos rostos bonitos nos dias tristes. Tinha percebido e tomado nota.

Felizmente elas já voltaram. No feriado de ontem, a Avenida cheia mostrava com orgulho as criaturas que a transformam, pisando os arabescos pretos e brancos do passeio, na claridade infinita que dão as árvores cortadas (a Avenida Afonso Pena remoçou dez anos co a poda das árvores; é pena que os seus prédios, quase todos contemporâneos do Borba Gato, e feios como o Borba, não tenham feito o mesmo). Se alguém, com autoridade para tanto, fizesse a chamada, não deixaria de responder nenhum dos nomes femininos que têm a responsabilidade da elegância belo-horizontina. Chamada impossível há alguns dias atrás, quando as cidades históricas, alimentam tradições religiosas, nos haviam roubado alguma coisa da alegria e da sensibilidade de Belo Horizonte.

Que teriam elas ido procurar, na sombra e entre os sinos das velhas cidades mineiras, cujo orgulho maior são as festas magníficas da Semana Santa? Não sou dado a pesquisas psicológicas, mas parece que o gosto do pitoresco - do pitoresco até no misticismo - há de ter influído nessa evasão que não foi um fenômeno isolado, caso de duas ou três garotas enjoadas da Capital, mas bastante generalizado para preocupar um cronista grave e mundano. Eu as estou vendo daqui, subindo as ladeiras de pedras difíceis, em meio à procissão de velas acesas e cantos longos e lentos, com todo o cerimonial, não digo do Triunfo Eucarístico, mas das boas festas religiosas de antigamente. E palavra, fiquei gostando mais dessas garotas que preferiram trocar a liturgia discreta, os bolos de Páscoa e os bailes de Mi-Carême de Belo Horizonte, por um mergulho reto e alto no passado cheio de

rezas, andores, centuriões e músicas, de S. João e Ouro Preto. Elas voltaram com memórias lindas nos olhos e sem nenhuma teia de aranha nos cabelos. E quando lhes falarmos de Oberarmmegau, e das maravilhas da Paixão de Cristo que ali se reproduzem todos os anos, sorrirão docemente da nossa erudição livresca, - porque têm o “saber de experiência feito”.

## TESTE

Publicada no Minas Gerais em 24/04/1930, p. 11.

Antigamente as professoras usavam óculos e não eram bonitas. Por isso mesmo o ensino se fazia com dificuldades horríveis e ninguém aprendia a ler e escrever, ou aprendia sem gosto, para se utilizar desses conhecimentos lendo ou escrevendo artigos contra a feiúra das professoras. Feiúra respeitável, que se apoiava na palmatória, na varinha de marmelo inquieta sobre a mesa, e no capacete de papel que, apesar de tudo, era o lado mais ameno da escola e dava à gente uma ilusão tímida de Carnaval. Todo mundo se julgava profundamente infeliz, e as professoras também.

Hoje elas são bonitas e não usam óculos. O ensino mudou. Vieram uns senhores de nomes estranhos mais simpáticos - o dr. Decroly, o dr. Kerchensteiner, o dr. Dewey - que substituíram com vantagem as barbas do Barão de Macaúbas e o cavanhaque severo de Felisberto de Carvalho.

Veio também uma palavra nova, rápida e feliz, uma palavra que a gente apenas começa a pronunciar e já acabou: teste. Há testes de tudo: de aritmética, de linguagem, de geografia e de inteligência. A escola ficou interessantíssima. Os alunos são testados pelas professoras e estas, por sua vez, se deixam testar pelo dr. Simon, aquele doce e grave dr. Simon, que achou as professoras mais adiantadas do que as estagiárias e as diretoras mais adiantadas ainda do que as professoras: exatamente na ordem hierárquica. Depois de tudo isso, testar é um prazer, e eu testo, você testa, ele testa.

O último exercício desse gênero a que me foi dado assistir foi um teste de absurdos. A professora dizia uma frase absurda e, de relógio na mão, esperava a classe corrigir. Por exemplo: “Na rua São Paulo, um homem caiu da bicicleta, de



cabeça para baixo, e morreu instantaneamente. Foi conduzido ao hospital mas há receio de que ele não fique bom”. Todo mundo viu logo que isso não podia ser e que o sujeito estava morto mesmo.

O segundo exemplo foi mais trágico: “Acharam no mato o corpo de um rapaz cortado em 18 pedaços. Dizem que ele se suicidou. Será exato?” A maioria repeliu imediatamente essa hipótese, mas um garoto a admitiu, lembrando que o rapaz podia ter obtido aquela porção de pedaços cortando os dedos. Com quê? Indagou outro. Ele não respondeu e a classe passou-lhe um trote.

Deixei para o fim a terceira pergunta, não propriamente porque ela envolva uma anedota engraçada - e não envolve - mas porque faz pensar.

A professora disse que tinha sete irmãos: “Pedro, Arthur, Joaquina, Janjão, Romualdo, e eu”. Certo? Houve um momento amargo de indecisão. Afinal, uma garotinha de sete anos descobriu: “Errado! A gente não pode ser irmão de si mesmo”.

Sussurro de aprovação do auditório. Mas um menino experimentado e de óculos, ruga precoce na testa, levantou-se para protestar: “Está errado. Onde se viu a gente ter tanto irmão num tempo desses?”

ANEXO C - Crônicas de Carlos Drummond de Andrade sob o Pseudônimo  
de Barba Azul

**A MULHER NOSSA DE CADA DIA**

Publicada em 17 de junho de 1931, p. 11.

Afinal, a razão estava mesmo com aquele senhor tenebroso, que sete vezes amou para sete vezes matar. Não que tivesse razão em matar, mas em amar sete vezes. Estou convencido - e a humanidade também o estará, sem o dizer - que é realmente impossível amar menos de sete vezes na vida. Que digo? É impossível amar menos de sete vezes na semana, e cada vez de um amor diferente. Cada dia traz o seu desejo e sua necessidade. Transferir esse desejo para o dia seguinte, ou emendá-lo com o do dia anterior, não parece boa política. O melhor é - com a folhinha diante dos olhos - fazer com que o amor de segunda-feira seja diferente.

Que necessidade há em repetir? Não se assiste a um filme duas vezes, não se repete um sorvete de morango. Os jornais de três dias atrás perderam todo o interesse e o rei do Sião quando morre, morre uma vez só.

De resto, a semana é tão comprida e a vida tão curta! Há pessoas que, chegando à quinta-feira, já não se lembram do que fizeram na segunda e olham para domingo como para a Ásia longínqua. Outras, quando se despedem, dizem “até amanhã”, como se embarcassem para Manaus, e o seu abraço afetuosíssimo vigora apenas por 24 horas.

E depois, os sete dias da semana são tão diferentes uns dos outros. Mulheres há que talvez não convenham à calma bonacheirona dos domingos, que foi feito para as senhoras gordas. São nervosas, finas, rápidas: precisamente mulheres próprias para as quartas-feiras. E outras, diretas e exatas, são ótimas para se começar a semana, uma semana de trabalho, de lutas e de entusiasmo: mulheres das segundas-feiras.

Há também (e é o lado difícil dessa divisão sentimental da semana) as mulheres das sextas-feiras. São mulheres fatais ou cacetes. Sempre terríveis. Vestem-se de marrom e passam por sobre a gente como um Studebaker.

Pensando melhor, eu proporia seis mulheres para a semana; e em vez de descansarmos no domingo, descansaríamos na sexta, com leituras piedosas e um aviso na porta: “Fechado para balanço”.

## CRÔNICA SEM AGÁ

Publicada em 21 de junho de 1931, p. 12

Ontem pela manhã, ao ser informado de que a ortografia fonética passou a ser ortografia de todos nós, o meu primeiro impulso foi expedir telegramas aos amigos, comunicando: a Ciro dos Anjos, que o y desapareceu do alfabeto português; a Otávio Ferreira, que já não há lugar para o c decorativo do seu nome; a Cristóforo Fonte Boa, que a inovação liquidou com o ph; a Wellington Brandão, que não pense em nacionalizar a sua certidão de batismo. É esse esporte que toda a cidade está cultivando no momento: saber como é que Fulano escreverá o seu nome, antevendo, com maldoso prazer, as dificuldades com que o hábito saltará os Scylla, os Tymburimbá, os Ignácio, os Jeovah de antigamente, obrigados de súbito a raspar as barbas e os bigodes ortográficos que os adornavam, e passando a mão espantada no queixo, a procura dos yy, os hh, pleonásticos e desaparecidos...

Houve quem telefonasse insistentemente para um senhor chamado Astolpho Cherubim de Mattos Moraes, só para participar-lhe que estava intimado a depor os ph, os ch, os tt e o e que constituíam o sobressalente e, talvez, a alegria única do seu nome. Eis aí: a volúpia de ver o vizinho com o nome estragado. Ninguém pensou na simplificação geral da vida, no esforço economizado, na delícia de escrever física em lugar de physica e de não errar mais na palavra retórica. Ninguém refletiu que a atmosfera ficou mais leve e que só açúcar não mudou de gosto. O trabalhão que era atinar com o c da palavra anecdota (antes do d ou do t?), que fazia muita gente deixar de rir da mesma, e outros trabalhos menores da escrita, ninguém levantou as mãos ao céu por eles terem acabado. Só os possíveis efeitos humorísticos a tirar dos nomes próprios divertiram a todos. Assim é a humanidade, com ou sem h, mas sempre com malícia.

## **INCOMODAI-VOS UNS AOS OUTROS**

Publicada em 17 de julho de 1931, p. 10.

Nunca poderei compreender porque é proibido fumar nos três primeiros bancos. Por que nos três primeiros bancos? A humanidade que se senta neles não é mais ilustre que a outra que se acomoda nos demais bancos. Portanto, não tem direitos especiais a não ser incomodada com a fumaça dos maus cigarros.

Um indivíduo que fumasse no primeiro banco ou no cara-dura incomodaria o bonde inteiro.

O fumo e o mau cheiro distribuir-se-iam eqüitativamente. Seria mais democrático. Ao passo que o fumante do quarto banco só incomoda uma fração infeliz de gente, colocada atrás dele. Os da frente respiram o ar limpo e claro dos dias belo-horizontinos.

Ora, o razoável é incomodar todo o mundo.

## **O AMOR FUGIU DA CIDADE**

Publicada em 13 -14\julho de 1931, p. 11

Habitantes da Cachoeirinha protestam contra as serenatas que o amor infeliz realiza ali todas as noites. A Cachoeirinha moderniza-se. Antigamente, eram os bairros aristocráticos que se queixavam dessa praga noturna, resíduo de velhos costumes sertanejos atuando na alma nova da cidade. Hoje são os bairros remotos, onde o traço urbano se confunde com a linha rural, que já não suportam os ais do amor não retribuído, os suspiros da ausência, os queixumes da ingratidão. O amor, banido do perímetro urbano, é repudiado, agora, no próprio subúrbio humilde, em que moram os operários, os pequenos empregados, os guarda-civis - a última gente que ainda amava no mundo, em suma.

Porque a serenata é o amor sofrendo, chorando, apanhando e pedindo mais. Nunca se viu namorado feliz passeando na rua a horas mortas e soluçando no pinho:

*É inútil você me percurá,  
eu tenho corpo fechado  
para o má...*

Esse homem rouco, inquieto e ligeiramente toldado pelo melhor álcool de Montes Claros, que aí passa com dois ou três companheiros do mesmo estilo, esse homem deve ter sofrido bastante para modular assim com tanta decisão:

*Vou ver se posso largar da orgia  
só por tua causa  
oh! Guiomar!*

Vê que ele está cansado, que já não agüenta mais, que a última corda rebentou, quando diz, entre cínico e melancólico:

*Não nasci para fazer força,  
quem quiser casar comigo,  
tem que me sustentar.*

Evidentemente o homem normal, bem comido, bem vestido, bem penteado e bem amado, não faz serenatas. Mas os tímidos, os traídos, os ciumentos, os dolorosos, esses não encontram o sono na cama inimiga, em que tentam repousar. Levantam-se e vão para a rua para o luar, para o desabafo da flauta e do pinho.

A polícia tange-os das ruas do centro, as ruas do arrabalde não os querem, não há lugar para eles na cidade. Será o amor, hoje em dia, uma doença ruim? Que lepra é essa, para a qual não há lazaretos nem medicinas humanas? Duas perguntas tristes, que os seresteiros têm o direito de fazer neste momento.

Por favor, não me expulsem da Cachoeirinha esses últimos românticos barulhentos e melódicos.

É impossível que não haja mulher alguma para se interessar pelo que eles cantam e contam, e deixar-se acordar pela música estraçalhante, o rosto moreno pousado no travesseiro morno. E daqui eu pressinto a nacional Maria de Jesus, de que nos fala o poeta Guilhermino César, abrindo “a janela sem taramela” de sua morada exígua, para espiar, no frio da noite, destacando-se da silhueta indecisa das fábricas, a figura sofredora do anspeçada Raimundo - o famoso Mundico, da banda do 5º Batalhão - que chora e que geme:

*Sem teu amoor,  
eu prefiro morrê  
picado de cobra ou cortado de faca...*

## JORNAL DAS MOÇAS

Publicada em 02 de julho de 1931, p. 13

Se eu tivesse tempo e não fosse tímido, passaria a minha vida colaborando no “Jornal das Moças”.

O próprio título dessa publicação já é uma gostosura, tão claro, tão expressivo: “Jornal das Moças”. Enquanto os outros são “do Comércio” ou “da Tarde”, esse é “das Moças”. E dissimulado como todo bicho-mulher, nem é propriamente um jornal, porque é uma revista.

Estou convencido de que a melhor literatura brasileira está nessas páginas hebdomadárias do “Jornal das Moças”. Aí não se encontra Machado de Assis, que tinha o gosto de velhas culturas e o travo de estranhas experiências; nem Nabuco, flor de civilização; nem os poetas da Arcádia, os puristas de ultramar, os parnasianos e os simbolistas de Monimarte, os imitadores da penúltima coqueluche européia. Aí não há nada do que se convencionou chamar nosso, que é quase sempre francês, inglês, português ou alemão. Nenhuma importação clandestina. Apenas a boa e pura literatura brasileira, a nossa boa prosa, o nosso suculento lirismo nacional. Os colaboradores do “Jornal das Moças” chamam-se “Sempre Triste”, “Flor dos Montes”, “Gaúcho Elegante”, “Atacantes do Belo Sexo”, “Moreninha Esportiva”, “Coração Invencível”. É a própria brasilidade, a cor e a linha dos nossos sentimentos, suspiros e ânsias. Todo o brasileiro é do amor. O “Jornal das Moças” é do amor.

Em literatura, nós falsificamos o sentimento nacional com resíduos de psicanálise e monólogo interior. Somos muito bocós, e olhamos para a garota que passa com o olho dissociador de Marcel Proust. O olho que convinha a essa redonda e adorável criatura, era, entretanto, o de Catulo da Paixão Cearense. Precisamos trocar a psicologia, a psicofisiologia pela visão direta e amorosa das coisas. Ora, o “Jornal das Moças” não cultiva nenhum pedantismo ou preconceito estético. Ele promove o amor entre os brasileiros e oferece a todos a oportunidade de se conhecerem através de postais que não excedam determinado número de linhas e guardem a devida compostura. Esses postais são um importantíssimo documento humano. Toda a saudade brasileira lateja nesses bilhetes. E há desejos terríveis que se transportam de São Mateus, na linha auxiliar na Central do Brasil,

para o mais longe Goiás, nas asas desse pombo-correio. É o amor doce e triste, áspero e vão, o amor, em suma, de que rezam os tratadistas.

E por último o “Jornal das Moças” ainda institui um concurso para saber qual o príncipe dos seus colaboradores. A edição mais recentemente chegada a esta Capital consigna 948 votos para “Diamante-Azul”, de Carmo da Mata. Ele é o príncipe, pelo menos provisório, das letras patricias. Quantos sufrágios alcançaria, num concurso como esse, o sr. Coelho Netto, colaborador do “Jornal do Brasil”? Ou o sr. Barba Azul, colaborador do “Minas Gerais”? Entretanto, como esse ditoso príncipe de Carmo da Mata, nós também pelejamos e sofremos para agradar aos nossos leitores [...].